



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS (IESA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEO)

MARIZA FERNANDES DOS SANTOS

**A Geografia e a questão racial: a produção de geógrafos/as
negros/as brasileiros/as (1987-2018)**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

[] Dissertação [X] Tese

2. Nome completo do autor

Mariza Fernandes dos Santos

3. Título do trabalho

A GEOGRAFIA E A QUESTÃO RACIAL: A PRODUÇÃO DE GEÓGRAFOS/AS NEGROS/AS BRASILEIROS/AS (1987-2018)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento [] SIM [X] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Alecsandro José Prudêncio Ratts**,
Professor do Magistério Superior, em 24/01/2022, às 18:55, conforme



horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariza Fernandes dos Santos, Discente**, em 25/01/2022, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2643833** e o código CRC **6EFF6299**.

Referência: Processo nº 23070.018435/2021-15

SEI nº 2643833



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Mariza Fernandes dos Santos

3. Título do trabalho

A GEOGRAFIA E A QUESTÃO RACIAL: A PRODUÇÃO DE GEÓGRAFOS/AS NEGROS/AS BRASILEIROS/AS (1987-2018)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Alecsandro José Prudêncio Ratts, Professor do Magistério Superior**, em 03/04/2023, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariza Fernandes Dos Santos, Usuário Externo**, em 03/04/2023, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3640922** e o código CRC **73AAE4A8**.

Referência: Processo nº 23070.018435/2021-15

SEI nº 3640922

**A Geografia e a questão racial: a produção de geógrafos/as
negros/as brasileiros/as (1987-2018)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de concentração: Natureza e Produção do Espaço

Linha de Pesquisa: Dinâmicas

Socioespaciais

Doutoranda: Mariza Fernandes dos Santos

Orientador: Alecsandro José Prudêncio

Ratts

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Santos, Mariza Fernandes dos
A Geografia e a questão racial [manuscrito] : A produção de geógrafos/as negros/as brasileiros/as (1987-2018) / Mariza Fernandes dos Santos. - 2022.
157 f.

Orientador: Prof. Dr. Alecsandro José Prudêncio Ratts.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2022.
Bibliografia. Anexos.
Inclui siglas, gráfico.

1. Geografia. 2. Raça. 3. Racismo. 4. Trajetórias Socioespaciais. I. Ratts, Alecsandro José Prudêncio, orient. II. Título.

CDU 911



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº 58/2021 da sessão de Defesa de Tese de Mariza Fernandes dos Santos que confere o título de Doutora em Geografia, na área de concentração em Natureza e Produção do Espaço.

Aos quinze dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, a partir das 14 horas, por meio de videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada “A GEOGRAFIA E A QUESTÃO RACIAL: A PRODUÇÃO DE GEÓGRAFOS/AS NEGROS/AS BRASILEIROS/AS (1987-2018)”. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Alecsandro José Prudêncio Ratts (IESA/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora Catia Antonia da Silva (UERJ), membro titular externo; Professor Doutor Josué da Costa Silva (UNIR), membro titular externo, Professor Doutor José Borzacchiello da Silva (UFC), membro titular externo; Professor Doutor Adriano Rodrigues de Oliveira (IESA/UFG), membro titular interno. Durante a argüição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Alecsandro José Prudêncio Ratts, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos quinze dias do mês de abril de dois mil e vinte e um.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Rodrigues De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 21/01/2022, às 13:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alecsandro José Prudêncio Ratts, Professor do Magistério Superior**, em 21/01/2022, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CATIA ANTONIA DA SILVA, Usuário Externo**, em 21/01/2022, às 22:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Josué da Costa Silva, Usuário Externo**, em 24/01/2022, às 12:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Soares Cherem,**



Coordenador de Pós-graduação, em 26/01/2022, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2640121** e o código CRC **62E41567**.

Referência: Processo nº 23070.018435/2021-15

SEI nº 2640121

Aos meus pais, Maria Fernandes e Manoel Mendes
Aos meus irmãos, Renata Fernandes e Diogo Mendes

Agradecimentos

Ao meu amigo e orientador, Alex Ratts, pela generosidade e afeto e por ter me reorientado todas as vezes em que isso foi necessário. Nosso encontro foi, sem dúvida, um ponto de virada em minha trajetória.

Ao meu amigo e professor Erinaldo Dias, pela importante contribuição a toda a etapa de análise sistemática de literatura nesta pesquisa. Sem a sua leitura atenta e afetuosa, essa parte do trabalho não seria possível.

À minha amiga Jordana Barbosa, que me acompanha e me incentiva durante todo esse percurso desde a graduação.

À minha amiga Ana Lucia Nunes de Sousa pelas longas e várias conversas que me confortaram e me ajudaram a encontrar caminhos.

Aos colegas e pesquisadores do Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-raciais e Espacialidades (LaGENTE). Os diálogos em nosso grupo de estudos foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos colegas de trabalho da Diretoria de Jornalismo da Secretaria de Comunicação da UFG pelo apoio, incentivo e compreensão que permitiram conciliar o doutorado com a jornada de trabalho.

Resumo

Nosso objetivo é analisar as pesquisas em Geografia que abordam a temática racial com foco na população negra, produzidas por geógrafos/as negros/as em programas de pós-graduação no Brasil. A hipótese é de que Geógrafos/as negros/as podem apresentar pontos de vista próprios para o pensamento geográfico, principalmente no que diz respeito à abordagem da questão racial no espaço e na Geografia; e tais pontos de vista estão relacionados às suas trajetórias socioespaciais. Nossos objetivos específicos são: (1) Realizar uma análise sistemática de literatura sobre as teses e dissertações em Geografia no Brasil que abordem a temática racial com foco na população negra, e (2) Realizar uma análise de conteúdo sobre o conjunto de teses em Geografia produzidas no Brasil por geógrafos/as negros/as, que abordem a questão racial. Os resultados indicam que o número de teses e dissertações dedicadas ao tema cresceu a partir de 2003, sendo que o período com o maior número de produções foi o ano de 2016. Os pontos de vista aparecem como elementos importantes nas pesquisas de geógrafos/as negros/as sobre a questão racial, principalmente em três momentos: a escolha do tema, a escolha do referencial teórico e a escolha da metodologia.

Palavras-chave: Geografia; raça; racismo; trajetórias socioespaciais.

Abstract

Our goal is to analyze researches in Geography that focus on the black population, produced in postgraduate programs in Brazil. The hypothesis is that black geographers may present their own points of view for geographic thinking, especially with regard to addressing the racial issue in space and geography; and such points of view are related to their socio-spatial trajectories. Our specific objectives are: (1) Conduct a systematic analysis of literature on theses and dissertations in Geography in Brazil that address the racial theme with a focus on the black population, and (2) Conduct a content analysis on the set of theses in Geography produced in Brazil by black geographers, who address the racial issue. The results indicate that the number of theses and dissertations dedicated to the topic increased since 2003, with the period with the largest number of productions being the year 2016. The points of view appear as important elements in the research of black geographers / on the racial issue, mainly in three moments: the choice of the theme, the choice of the theoretical framework and the choice of the methodology.

Keywords: Geography; race; racism; socio-spatial trajectories.

QUADROS E GRÁFICOS

Quadros

Quadro 1 - Protocolo adotado no levantamento bibliográfico para elaboração e análise do GC.....	72
Quadro 2 Pesquisadores que orientaram mais de um trabalho sobre a questão racial em programas de pós-graduação em Geografia na região Sudeste	77
Quadro 3 - Teses e dissertações que abordam a questão racial com foco na população negra na Geografia no Brasil, defendidas antes de 1990.....	83
Quadro 4 - Pesquisas defendidas antes do ano 2000.....	84
Quadro 5 - Pesquisas na tendência “Espaço e Relações étnico-raciais”	89
Quadro 6 - Teses e dissertações na tendência “Identidades e Territorialidades Negras”	91
Quadro 7 - Teses e dissertações na tendência “Território e lugar das manifestações culturais negras”	94
Quadro 8 - Teses e dissertações na tendência “Ensino de Geografia da África e Afro-brasileira	96
Quadro 9 - Teses e dissertações na tendência “Corporeidades Negras no Espaço e no Território”	97
Quadro 10 - Pesquisadores/as que abordaram a temática étnico/racial no mestrado e no doutorado	98
Quadro 11 - Distribuição das pesquisadoras por tendência de estudo	100
Quadro 12 - Protocolo adotado para a elaboração do PC	101
Quadro 13 - Teses que compõem o PC	104
Quadro 14 - Ficha Documental	110
Quadro 15 - Elementos das trajetórias dos/as geógrafos/as negros/as	114
Quadro 16 - Pontos de vista apresentados por geógrafos/as negros/as	119
Quadro 17 - Aspectos gerais da tese de Denilson Araújo Oliveira	126
Quadro 18 - Aspectos gerais da tese de Diogo Marçal Cirqueira	127
Quadro 19 - Aspectos gerais da tese de Jonathan da Silva Marcelino	128
Quadro 20 - Tese de Ana Maria Martins Queiroz.....	132
Quadro 21 - Aspectos gerais da tese de Andreelino de Oliveira Campos	133
Quadro 22 - Aspectos gerais da tese de Lorena Francisco de Souza	134
Quadro 23 - Aspectos gerais da tese de Geny Ferreira Guimarães	134

Gráficos

Gráfico 1 Teses e dissertações que abordam a questão racial com foco na população negra na Geografia no Brasil, por região, defendidas entre 1987 e 2018.	76
Gráfico 2 - Autoria das teses e dissertações que abordam a questão racial na Geografia no Brasil, por gênero	
Gráfico 3 - Quantidade de trabalhos produzidos por ano	82
Gráfico 4 - Tendências de pesquisa em trabalhos que abordam a temática étnico-racial na Geografia	88
Gráfico 5 - Cor/raça dos/as autores/as das teses	102

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. ESPAÇO ACADÊMICO E RACISMO	17
1.1 Novas perspectivas para as Universidades	24
2. A GEOGRAFIA E A QUESTÃO RACIAL NEGRA	27
2.1 Visões de mundo e trabalho científico	30
2.2 Ideologia e Racismo	39
2.3 Ideologias geográficas e racismo	40
2.4 As comunidades científicas e a questão racial na Geografia	43
2.5 Ciência, sociedade e definição de campos epistemológicos	53
2.6 O espaço geográfico e a geograficidade da raça	61
2.7 As Geografias Negras no Brasil	66
3. A TEMÁTICA RACIAL NA GEOGRAFIA	69
3.1 Etapas da Revisão Sistemática de Literatura	69
3.1.1 Etapa 1 – Planejamento	71
3.1.2 Etapa 2 - Busca exploratória	73
3.1.3 Etapa 3 - Busca oficial e sistematização do Grande <i>Corpus</i> em planilha	74
3.1.4 Etapa 4 - Análise do Grande <i>Corpus</i> e apresentação dos resultados	75
3.1.4.1 Aspectos Regionais	75
3.1.4.2 Aspectos de autoria	79
3.1.4.3 Aspectos Cronológicos	82
3.1.4.4 Principais temas	87
3.1.5 Etapa 5 - Sistematização do Pequeno <i>Corpus</i> em planilha	101
4. A GEOGRAFIA E A QUESTÃO RACIAL: A PRODUÇÃO DE GEÓGRAFOS/AS NEGROS/AS	106
4.1 Procedimentos Metodológicos	106
4.1.1 Análise temática	107
4.2 Etapas da Análise de Conteúdo	107
4.3 Tratamento dos resultados e interpretações	111
4.3.1 Trajetórias Socioespaciais	111
4.4 Trajetórias socioespaciais de geógrafos/as negros/as	113
4.5 Pontos de vista negros na Geografia brasileira	118
4.6 Aspectos epistemológicos	124
4.6.1 Estudos voltados à construção de um marco teórico	126
4.6.2 Estudos da questão racial na Geografia	132

	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS	148
ANEXOS	156
Anexo A – Manifesto Por uma Geo-grafia Negra	156

INTRODUÇÃO

A geografia é comumente associada à modernidade, período no qual adquiriu o status de ciência. Apesar disso, Ratts (2020) chama a atenção para o fato de que, entre o final do século XIX e o fim da Segunda Guerra Mundial, esse campo disciplinar em formação se comprometeu com processos tanto modernizantes como colonialistas, a exemplo da segunda colonização da África (partilha da África). Na análise do autor, a Geografia é uma ciência moderno-colonial que raramente tem sua narrativa de formação vinculada à colonização, ao colonialismo e à questão racial. Ratts (2020) se dedica a problematizar o lugar epistemológico da questão racial na ciência geográfica.

Na virada do século XIX para o XX, uma “geografia imaginativa” (SAID, 1990) foi se constituindo em meio a várias elaborações culturais e seus significados políticos – relatos de viagens, desenhos, gravuras, fotografia, literatura e música – e em conjunto com teorias racialistas, formando uma cartografia racial simplista – Europa/branca, África/negra, Ásia/amarela e América/vermelha (ou ainda amarela e indígena). A relação entre estas classificações e suas espacializações varia, por exemplo, para cada autor ou cartógrafo. Desta maneira, uma “geografia colonial” se constitui, portanto, se coadunando com sua dimensão “moderna”. (RATTS, 2020, p. 9)

O autor aponta elementos que indicam um interesse de geógrafos denominados clássicos pelos temas da raça e da etnia; e uma posterior supressão dessas temáticas na ciência geográfica após a Segunda Guerra Mundial. Outros/as geógrafos/as (CIRQUEIRA, 2015; OLIVEIRA, 2011; MARCELINO, 2018) têm se dedicado a investigar o percurso da temática étnico racial na Geografia. Cirqueira (2015) estudou, em sua tese de doutorado, como a questão racial foi abordada ao longo da história da ciência geográfica. O pesquisador verificou que a formação da Geografia europeia no período moderno foi marcada pela racialidade, que se manifestou principalmente em teorias que associavam meio e raça. A partir das chamadas “virada crítica” e “virada cultural” (1970), no entanto, as discussões sobre raça e etnia tornaram-se rarefeitas entre geógrafos/as (RATTS, 2020).

Desde o início dos anos 2000, no bojo da implantação de políticas de ação afirmativa para a população negra no ensino superior, a temática racial tem voltado¹ a receber a atenção de pesquisadores/as da Geografia (CIRQUEIRA; CORRÊA, 2012). O período coincide com um aumento no ingresso de pessoas negras no ensino superior. Um marco nesse processo foi a criação, em 2019, da Rede de Geógrafos e Geógrafas Negros

¹ Cabe destacar que há estudos sobre questões étnicas e raciais na Geografia brasileira nas décadas anteriores aos anos 2000, a exemplo de Ratts (1996), Lopes (1998) e Campos (1998), mas não em um volume tão grande quanto o identificado a partir desse período.

e Negras no Brasil, um movimento composto por geógrafos e geógrafas com distintas trajetórias, mas que possuem, em comum, estudos e pesquisas dirigidas para as questões negras, raciais, étnicas e africanas, em alguns casos, correlacionadas com as dimensões espaciais da etnicidade, gênero e sexualidade.

Partindo desse contexto, nosso objetivo é analisar as pesquisas em Geografia que abordam a temática racial com foco na população negra, produzidas em programas de pós-graduação no Brasil por geógrafos/as negros/as. A hipótese é de que Geógrafos/as negros/as podem apresentar pontos de vista próprios para o pensamento geográfico, principalmente no que diz respeito à abordagem geográfica da questão racial; e tais pontos de vista estão relacionados às suas trajetórias socioespaciais, nas quais se observa, mas não obrigatoriamente, uma formação acadêmica militante. Nossos objetivos específicos são: (1) Realizar uma análise sistemática de literatura sobre as teses e dissertações em Geografia no Brasil que abordem a temática racial com foco na população negra, e (2) Realizar uma análise de conteúdo sobre o conjunto de teses em Geografia produzidos no Brasil por geógrafos/as negros/as que abordem a questão racial.

Como procedimentos metodológicos, adotamos a revisão sistemática de literatura na etapa de localização, análise, sistematização e interpretação das teses e dissertações que foram nosso objeto de estudo; e a análise de conteúdo na fase de análise das teses. Os achados foram organizados em “Grande *Corpus*² (GC)” e “Pequeno *Corpus* (PC)”. O GC é composto por todos os trabalhos selecionados no levantamento. O PC, por sua vez, é formado por teses selecionadas especificamente para as análises relacionadas ao nosso segundo Objetivo Específico. Com o levantamento e sistematização de tais dados, construímos uma ferramenta³ que pode servir como referência para pesquisadores/as interessados/as em propor avanços no que diz respeito à abordagem da temática étnico-racial com foco na população negra pela Geografia.

Em parte, o tema desta tese está relacionado à nossa pesquisa de mestrado (SANTOS, 2016), na qual investigamos as trajetórias socioespaciais de estudantes negros/as na Universidade Federal de Goiás (UFG). A noção de Trajetórias Socioespaciais está em desenvolvimento, principalmente entre estudiosos/as da abordagem geográfica da questão racial (RATTS, 2007; CIRQUEIRA, 2010;

² A palavra *corpus* (latim; plural *corpora*) significa simplesmente corpo. Nas ciências históricas, ela se refere a uma coleção de textos. Pode ser definida como “um corpo de uma coleção completa de escritos ou coisas parecidas; [...]”. (BAUER; AARTS, 2012, p. 44)

³ Os achados da pesquisa serão disponibilizados no *site* do Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-raciais e Espacialidades (LaGENTE). Disponível em: <https://lagente.iesa.ufg.br/>

MACHADO e RATTS, 2012; SANTOS e RATTS, 2015). Ela é baseada no entendimento de que raça e etnia estruturam as relações sociais (RATTS 2010) e, portanto, devem ser consideradas nos estudos que envolvem o espaço geográfico.

Nessa perspectiva, raça e etnia são elementos que marcam as trajetórias dos sujeitos, no sentido de que colaboram para determinar lugares, percursos e a forma como indivíduos ocupam e experimentam diferentes espacialidades. Entendemos que as espacialidades de sujeitos de diferentes raças e etnias são marcadas por seu pertencimento étnico-racial.

Compreendemos que a entrada de pessoas negras no ensino superior brasileiro, principalmente após a adoção de ações afirmativas como as cotas nas universidades públicas, é capaz de causar fissuras na estrutura do espaço acadêmico, lançando luz a temas para os quais os/as geógrafos/as deixaram de olhar ou olharam a partir de uma perspectiva eurocêntrica, como a questão racial com foco na população negra. Esse entendimento fundamenta-se na argumentação proposta pela socióloga Patrícia Hill Collins (2019) na obra “Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento”, na qual a pesquisadora realiza uma descrição e análise do pensamento feminista negro, buscando contribuir para seu desenvolvimento como teoria social crítica.

Para Collins (2016; 2019), as mulheres negras estadunidenses fundaram as bases analíticas para visões diferentes sobre o eu, a comunidade e a sociedade; e as condições de opressão às quais essas mulheres foram submetidas ao longo da história dos Estados Unidos, desde a escravidão, estabeleceram as condições para o surgimento do que a autora (2019, p. 38) define como “dialética da opressão e do ativismo”.

[...] ou seja, a tensão entre a supressão das ideias das afro-americanas e nosso ativismo intelectual contra essa supressão constitui a política do pensamento feminista negro nos Estados Unidos. Compreender essa dialética é crucial para identificarmos como o pensamento feminista negro nos Estados Unidos - seus temas centrais, sua importância epistemológica e suas conexões com a prática feminista negra nacional e transnacional - está fundamentalmente inscrito em um contexto político que desafia o próprio direito de existência dessas ideias (COLLINS, 2019, p. 38).

A autora destaca, em sua análise, a centralidade da situação de opressão na constituição do pensamento feminista negro. Conforme apontamos no Capítulo 2, Collins (2016) desenvolveu o conceito de *outsider within*⁴ para definir a visão de mundo das

⁴ “O termo *outsider within* não tem uma correspondência inquestionável em português, por isso optamos por manter o termo original. Possíveis traduções do termo poderiam ser “forasteiras de dentro”, “estrangeiras de dentro.” (COLLINS, 2016, p. 1 [n. da t.]).

intelectuais negras estadunidenses, assumindo que a produção científica é marcada por elementos da subjetividade dos/as intelectuais e evidenciando a importância de se produzir ciência a partir de uma perspectiva que valoriza os pontos de vista.

Para compreender a possibilidade de contribuição dos pontos de vista dos/as geógrafos/as negros/as para a ciência geográfica, estabelecemos um diálogo com a obra “A estrutura das revoluções científicas”, de Thomas Kuhn ([1962] 2009). O autor define as revoluções científicas como situações que forçam a comunidade de cientistas a rejeitar uma teoria científica que antes era aceita em favor de uma nova, incompatível com a anterior, o que produz alterações no que é considerado um problema de pesquisa, assim como no que é aceito como possível solução.

Desta e de outras maneiras, a ciência normal desorienta-se seguidamente. E quando isto ocorre – isto é, quando os membros da profissão não podem mais esquivar-se das anomalias que subvertem a tradição existente da prática científica – então começam as investigações extraordinárias que finalmente conduzem a profissão a um novo conjunto de compromissos, a uma nova base para a prática da ciência. (KUHN, [1962] 2009, p. 24)

Os resultados de nossa pesquisa não nos permitem afirmar que o esforço crescente de geógrafos/as negros/as para construir uma abordagem geográfica da temática racial provocará uma revolução científica. No entanto, nos inspiramos em algumas das proposições de Kuhn ([1962] 2009) para pensar no que esse movimento representa para o campo disciplinar da Geografia brasileira.

A tese está organizada da seguinte forma: no Capítulo 1 – Espaço acadêmico e Racismo –, discutimos alguns dos aspectos que demarcam a exclusão da população negra na pós-graduação e seus efeitos na produção científica, principalmente no que diz respeito à temática racial com foco na população negra. No Capítulo 2 – A Geografia e a Questão Racial Negra –, buscamos responder à seguinte questão: como os/as cientistas elegem os problemas que devem ser considerados relevantes e, portanto, objeto de investigação? Mais especificamente, pretende-se verificar como os/as geógrafos/as realizam esse procedimento. A partir da revisão bibliográfica sobre o tema, investigaremos quais fatores perpassam o processo de silenciamento sobre a questão racial na Geografia. No Capítulo 3 – A Temática Racial na Geografia –, descrevemos os procedimentos e os resultados da revisão sistemática de literatura. Buscamos identificar e analisar as teses e dissertações em programas de pós-graduação em Geografia defendidas no Brasil, que abordem a questão étnico-racial com foco na população negra. Avaliamos dados como: volume de pesquisas defendidas, gênero dos/as pesquisadores, aspectos cronológicos,

regionalização dos estudos e principais tendências de pesquisa. No Capítulo 4 – A Geografia e a questão racial: a produção de geógrafos negros –, analisamos 7 teses defendidas por geógrafos/as negros/as, cujos temas de pesquisa estão relacionados à temática racial na Geografia. Nessa etapa da pesquisa, estudamos alguns elementos das trajetórias socioespaciais dos/a pesquisadores/s e sua relação com os pontos de vista adotados em seus estudos e com as escolhas do objeto de pesquisa, do referencial teórico e da metodologia.

1. ESPAÇO ACADÊMICO E RACISMO⁵

O conteúdo deste capítulo se constitui a partir da reflexão sobre alguns dos aspectos que demarcam a exclusão da população negra na pós-graduação e seus efeitos na produção científica, principalmente no que diz respeito à temática racial com foco na população negra. A Universidade segue um conjunto de paradigmas, práticas, modelos, teorias e experiências baseadas em uma concepção de modernidade que teve origem na Europa do século XVII, quando o ser humano foi elevado ao centro do conhecimento com a eleição da razão como base para um saber científico objetivo. De acordo com Marilena Chauí (2018), a legitimidade da Universidade está fundamentada na construção da noção de que o saber tem autonomia face à religião e ao Estado. “Em outras palavras, sobretudo depois da Revolução Francesa, a Universidade concebe-se a si mesma como uma instituição republicana e, portanto, laica” (CHAUÍ, 2018, p. 183).

Ao estabelecer-se como marco para a definição do que é o conhecimento válido, os europeus deram a si mesmos e ao conjunto de pessoas encarregadas de produzir ciência – em sua maioria homens brancos – o poder de classificar, categorizar, hierarquizar e produzir discursos sobre o outro, colocado na condição de objeto de conhecimento. Como resultado, tem-se que a ideia de cientista ou sujeito produtor de conhecimento que predomina na atualidade tem como referência o homem branco, desapegado de qualquer crença espiritual que possa confrontar o método cartesiano de compreensão e totalmente distanciado do objeto de estudo.

Ainda nesse contexto, passa-se a considerar como ciência somente aquilo que é produzido dentro das instituições que existem para este fim. Desconsidera-se qualquer saber que tenha se constituído a partir da vivência prática e das relações cotidianas. Para Boaventura de Sousa Santos (2009), o estatuto de universal concedido a uma única epistemologia – a europeia – e a eliminação do contexto cultural e político⁶ do processo de produção e reprodução de saberes tem a ver com a imposição do colonialismo e do capitalismo aos povos não ocidentais e não-cristãos.

⁵ Este capítulo é resultado dos artigos produzidos em duas disciplinas cursadas no doutorado: (1) “Direito ao Desenvolvimento” - El fracaso del desarrollo sostenible y la necesidad de alternativas al desarrollo: inspiraciones desde el sumak kawsay (buen vivir) y el budismo, cursada no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos; e (2) Tópicos Especiais em Dinâmicas Socioespaciais: Turismo e Agroecologia, no PPGEO; além da participação no II Encuentro latinoamericano contra el neoliberalismo y por la universidad democrática y popular, em 2018.

⁶ Para Boaventura de Sousa Santos (2009), qualquer conhecimento válido é sempre contextual, tanto do ponto de vista cultural quanto político, o que tem a ver com distribuições desiguais de poder.

A imposição dessa racionalidade, segundo o autor, implicou na marginalização dos conhecimentos considerados não modernos, o que teve como resultado o epistemicídio, ou seja, a eliminação dos conhecimentos locais e a importação de uma epistemologia “alienígena”. As teorizações de Boaventura de Sousa Santos (2009) apresentam uma grande contribuição para pensar a elaboração das epistemologias dominantes, ao evidenciar a construção de linhas abissais visíveis e invisíveis que estabelecem uma divisão entre as formas de conhecer, o que exclui das noções de verdadeiro e falso qualquer saber que não possa ser mensurado pelos critérios científicos de verdade.

A linha abissal estabelece ainda uma divisão espacial do pensamento científico, na medida em que a separação entre científico/não-científico, razão/emoção, mente/corpo, é também uma categorização entre metrópole/colônia, civilizado/selvagem, moderno/não-moderno. É nesse sentido que Santos (2009) aborda a divisão entre um Norte e um Sul que não corresponde à noção geográfica, pois tem a ver fundamentalmente com a relação entre colonizadores e colonizados.

A pretensa objetividade e universalidade das epistemologias europeias tem sido alvo de críticas por parte de grupos que se propõem a elaborar novas formas de conhecer. Um exemplo são as Epistemologias do Sul, propostas por Boaventura de Sousa Santos (2009) com o objetivo de valorizar conhecimentos que potencializam as lutas dos oprimidos, sendo, portanto, uma estratégia de emancipação pela ciência. Outro exemplo são as Epistemologias Feministas, que questionam a hegemonia masculina e a pretensa objetividade da ciência a partir da noção de “saberes localizados” ou “conhecimentos situados”, apresentada inicialmente por Donna Haraway (1995). Para a autora, a falsa separação entre corpo e mente preconizada pelas epistemologias dominantes é uma forma de excluir o que o sujeito pensa e sente ao elaborar conhecimentos sobre uma determinada realidade. Assim, o indivíduo deixa de se responsabilizar pelo objeto de estudo.

O que Haraway (1995) propõe é que todo conhecimento parte de uma posição ou posicionamento, ainda que este seja negado. Não existe conhecimento sem sujeito cognoscente e esse sujeito está inserido sempre em uma determinada cultura, vive em um determinado contexto, sente, se relaciona com outros sujeitos e vê o mundo de uma forma específica, datada e localizada.

Um outro ponto a ser destacado com relação às epistemologias que predominam atualmente no espaço acadêmico é que estas surgem em contextos de disputas de poder⁷. Foucault (2007) demonstra como saber e poder se articulam em uma relação de reciprocidade que fundamenta as relações sociais, políticas e econômicas. Quijano (2005), ao abordar a colonialidade do poder, nos oferece um panorama de como a ideia de raça, como um modo de classificação social universal da população mundial, se constituiu como um eficaz instrumento de dominação colonial, vindo posteriormente a sustentar o que o autor chama de divisão racial do trabalho no contexto capitalista. Destaque-se, ainda, o considerável investimento das ciências geográficas na mobilização das categorias homem/meio como base para a legitimação de teorias racistas (CIRQUEIRA, 2018).

Ao realizar uma reflexão sobre a ideia de modernidade como algo que introduziu na ciência um período de certeza sobre os benefícios proporcionados pelo capital, Escobar (2014) nos apresenta um elemento para pensar sobre como chegamos à universidade que temos hoje. Segundo o autor, no bojo da ideia de desenvolvimento, surgiu também a noção de “subdesenvolvimento”, que tem como pano de fundo a concepção de que algumas regiões do mundo são mais desenvolvidas que as outras; e que as primeiras teriam aval para levar às segundas a modernidade. Para Escobar (2014), a ideia de desenvolvimento deu origem a um conjunto de discursos e práticas que determinaram a forma como África, Ásia e América Latina foram consideradas subdesenvolvidas. O autor afirma que a ideia de desenvolvimento é, na verdade, uma estratégia de dominação cultural, social, econômica e política. Conforme apontado por Escobar (2004), esta empreitada se deu principalmente por meio de instituições como as Universidades e o Banco Mundial.

No Brasil, na década de 1960, o ensino superior, que àquela época, já era um espaço elitizado, passou por uma reformulação moldada pelo modelo pragmatista estadunidense. Para tanto, foram firmados acordos entre o Ministério da Educação e a United States Agency for International Development (USAID). O professor estadunidense Rudolf P. Atcon foi convidado pela Diretoria de Ensino Superior do MEC, em 1965, para realizar um estudo sobre a reformulação estrutural da Universidade brasileira. Em 1968, apesar da intensa mobilização estudantil, o governo criou o Grupo

⁷ Abordaremos novamente este tema no próximo capítulo para pensar a correlação entre as disputas de poder e a inserção ou anulação de determinados debates no interior das comunidades científicas, com foco na forma como a temática racial tem sido tratada na Geografia.

de Trabalho da Reforma Universitária. O grupo, composto por 11 membros, conseguiu elaborar em menos de um mês um relatório que deu origem à Lei de Reforma do Ensino Superior.

Na mesma época, em 1961, foi criada a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que, de acordo com Amélia Artes (2016), tinha a finalidade de conceder bolsas de estudo a graduados para estudos no país ou no exterior. Ainda segundo a pesquisadora, a consolidação da pós-graduação brasileira ocorreu em 1965, com a publicação do Parecer n. 977 do Conselho Federal de Educação, cujo relator foi Newton Sucupira. O documento estabelece que a pós-graduação teria, entre seus objetivos, a formação de corpo docente, pesquisadores e quadro técnico-administrativo qualificados e de alto nível, segundo as necessidades do desenvolvimento nacional. Artes (2016) afirma que o modelo de pós-graduação adotado no País segue o padrão norte-americano, assim como ocorreu em outras áreas de nossa organização política, econômica e social no período. Ao analisar os seis Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG's) elaborados desde 1975, Artes (2016) observou a expansão e a organização de um Sistema Nacional de Pós-Graduação, considerado elemento estratégico no desenvolvimento da sociedade brasileira.

Um dado que chama a atenção é que, devido à influência do modelo norte-americano, a exigência de domínio de uma língua estrangeira para ingresso no mestrado e doutorado existe na pós-graduação brasileira desde o seu surgimento. Conforme temos verificado em nossa trajetória acadêmica, esta é, atualmente, uma das principais barreiras ao ingresso de pessoas negras nesse nível de ensino, mesmo com as cotas na pós-graduação. No caso da UFG, a Resolução n.07/2015 estabelece que o estudante autodeclarado preto, pardo ou indígena (PPI) poderá concorrer a uma das vagas reservadas, mas isso não o isenta de realizar a prova de proficiência em língua estrangeira. Como justificativa para tal exigência a instituição tem argumentado que ela é necessária ao processo de internacionalização da pós-graduação, conforme se pode observar entre os princípios gerais que regem a pós-graduação *stricto sensu* na UFG:

II- a integração entre os programas de diferentes áreas (interdisciplinaridade) e de diferentes instituições, no Brasil e no exterior (cooperação institucional e internacionalização), ampliando o potencial de pesquisa de estudantes e docentes; (UFG, 2016)

Quanto mais observamos as características da pós-graduação brasileira, mais parece se definir também um perfil de sujeito considerado ideal para ocupar esse espaço.

Com relação às exigências oficiais, a proficiência em língua estrangeira diz muito sobre qual parcela da população pode, ao menos, visualizar a pós-graduação no seu horizonte de possibilidades. Além disso, a própria lógica de funcionamento desse campo faz com que, passada a primeira barreira que é o processo seletivo, a permanência seja um desafio para aqueles que não dispõem de condições materiais para atender às exigências de produtividade vigentes.

Quais são as chances de um estudante de origem popular, sem bolsa de estudos e, portanto, tendo que conciliar trabalho e estudos, integralizar todo o currículo da pós-graduação, cursando todas as disciplinas, atividades de pesquisa e atividades complementares? Não por acaso, é comum o questionamento, na fase de entrevistas dos processos seletivos de mestrado e doutorado, sobre se o candidato será capaz de permanecer no curso caso não seja contemplado com uma bolsa de estudos. De acordo com Artes (2016), os negros, que compõem 50,9% da população brasileira, são apenas 24,9% do grupo de pós-graduandos no País. Segundo a pesquisadora, para compreender a desigualdade racial no ingresso e conclusão da pós-graduação brasileira, é preciso realizar também uma discussão sobre as diferenças nas etapas anteriores de escolarização. Em nossa pesquisa de mestrado (SANTOS, 2016), abordamos a histórica exclusão da população negra nas instituições educacionais brasileiras e a luta do Movimento Negro pela educação.

Artes (2016) destaca que, independentemente do indicador educacional selecionado para a análise (taxa de analfabetismo, média de anos de estudos, adequação idade-série, acesso ao ensino superior), os negros aparecem sempre com indicadores aquém dos observados para o grupo branco. Ainda segundo a pesquisadora, essa desigualdade apresenta novas nuances quando considerada a variável do gênero, levando à seguinte ordenação de subgrupos no que diz respeito ao acesso e conclusão do ensino superior: mulheres brancas, homens brancos, mulheres negras e homens negros. Evidencia-se, portanto, que o problema da desigualdade de acesso ao ensino superior deve ser analisado por uma perspectiva ampla, tendo em vista que envolve diversos fatores estruturais.

Destaque-se que, nos últimos anos, as Universidades brasileiras têm tornado cada vez mais radical a lógica produtivista. Conforme aponta Chauí (2018), no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, a reforma do Estado provocou novas mudanças que ainda hoje definem o perfil do ensino superior brasileiro, cada vez mais pautado pela lógica desenvolvimentista/capitalista.

De fato, essa reforma, ao definir os setores que compõem o Estado, designou um destes como setor de serviços não exclusivos ao Estado e nele colocou a educação, a saúde e a cultura. Essa localização da educação no setor de serviços não exclusivos ao Estado significou: 1) que a educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço; 2) que a educação deixou de ser considerada um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado. (CHAUÍ, 2018, p. 184)

Segundo Chauí (2018), o aspecto mais preocupante dessa mudança é o fato de a Universidade passar a ser compreendida como uma organização social, o que significa que ela agora é definida por uma prática social determinada por sua instrumentalidade, regida pelas ideias de gestão, planejamento, revisão e êxito. Com esse perfil, de acordo com Chauí (2018), não cabe a uma organização questionar a sua própria existência ou sua função diante dos conflitos sociais. É nesse processo que o ensino superior se torna o que a autora denomina como Universidade Operacional.

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas completamente alheias ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro-organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual. (CHAUÍ, 2018, p. 185)

Na dissertação de mestrado (SANTOS, 2016), falamos sobre como o ensino superior goiano e, particularmente, a Universidade Federal de Goiás, foi afetado pela perspectiva desenvolvimentista que teve, como uma de suas expressões, a territorialização do capital no campo. Conforme apontam Pelá e Castilho (2010), a área do cerrado se transformou em um grande corredor de produção de grãos, gado, energia e matéria-prima industrial no período entre 1950 e 1970. Isso se refletiu na Universidade Federal de Goiás (UFG), tendo em vista que o modelo desenvolvimentista e principalmente as potencialidades econômicas do agronegócio tiveram alguma influência nas decisões sobre a formação do espaço acadêmico goiano, com forte inclinação para a pesquisa agrícola. O maior campus da UFG foi instalado em uma região afastada do centro da cidade porque foi construído ao redor da área reservada para a Escola de Agronomia e Veterinária⁸.

Quando abordamos aspectos como o produtivismo na pós-graduação, a noção de universidade operacional e a pretensa objetividade científica defendida por grande parte

⁸ Verificamos este aspecto da construção do Campus II da UFG durante nossa pesquisa de mestrado. (SANTOS, 2016).

de seus membros, parece não haver lugar para subjetividade nesse ambiente. Por outro lado, é preciso ter em mente que o espaço acadêmico é também um local de conformação de subjetividades e onde os conflitos sociais estão presentes. Conforme aponta Chauí (2018, p. 182) “A universidade é uma instituição social e, como tal, exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo”. Nesse caso, não podemos deixar de considerar que o racismo, como elemento que integra o funcionamento normal da sociedade (ALMEIDA, 2018), também está presente aí, apesar de que, de acordo com o que aponta Carvalho (2003), o racismo acadêmico se reproduz e consegue se manter por meio do silenciamento e da impunidade.

Mais recentemente, com a implantação de ações afirmativas para ingresso em diversos níveis do ensino superior, temos visto de forma mais flagrante alguns exemplos de como o racismo permanece, mesmo sob um discurso de Universidade inclusiva. Conforme aponta Carvalho (2003), ao referir-se ao alto índice de aprovação de brancos em concursos para docência, tais processos seletivos não devem ser vistos como resultado de decisões puramente racionais e impessoais dos membros das bancas.

Os concursos são na verdade o resultado de uma complexa equação que envolve variáveis como: a política acadêmica (pressões externas e internas em favor de determinados candidatos); as redes de relações dentro da comunidade acadêmica (linhas de pesquisa, filiações teóricas, campos de atuação); além, é claro, do desempenho e da trajetória acadêmica (artigos e livros publicados, experiência em pesquisa), cuja relevância varia de acordo com o perfil do candidato desejado (pesquisador sênior, ou pesquisador júnior e etc.). Enfim, que fique claro que os concursos para professores não são regidos (apenas) pela impessoalidade. (CARVALHO, 2003, p. 310)

A crítica apresentada por Carvalho (2003) foi elaborada antes da aprovação da Lei 12.990/2004, que reserva 20% das vagas oferecidas em concursos públicos para candidatos/as negros/as na administração pública federal. De acordo com uma carta publicada por diversos grupos que debatem a inclusão na UFG, entre a data da publicação da Lei, em 2004, e a escrita da carta, em setembro de 2018, apenas 2 (0,46%) das 428 vagas em concursos para professores da instituição foram reservadas para candidatos/as negros/as. A Lei estabelece que haverá reserva sempre que o concurso ofertar um número superior a três vagas.

Segundo a carta, a maioria dos concursos realizados pela UFG oferece mais do que três vagas; no entanto, esse número é distribuído por diferentes áreas de conhecimento, quase sempre com uma vaga para cada área. Dessa forma, é praticamente inexistente a reserva de vagas para negros nos concursos para docente realizados pela instituição, mesmo após a determinação da Lei. A situação começou a mudar apenas em

2019, quando a instituição publicou um edital de concurso público para contratação de docentes com uma reserva de vagas pra candidatos/as negros/as. Atendendo à demanda dos grupos que elaboraram a carta, a UFG estabeleceu uma nova metodologia para a aplicação das cotas no magistério superior. A cada cinco vagas, a primeira é reservada aos candidatos que se autodeclararem negros, observando-se a ordem cronológica da entrada dos pedidos de concursos das Unidades Acadêmicas e Unidades Acadêmicas Especiais junto à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROPESSOAS).

Apesar da lei que reserva vagas para candidatos/as negros/as, a medida para garantir a efetividade das cotas só foi adotada após pressão das comunidades interna e externa. Sem uma gestão de fato interessada na inclusão e no combate ao racismo, medidas como a lei de cotas no serviço público e a resolução que cria cotas na pós-graduação da UFG não são capazes de romper com a estrutura de reprodução das desigualdades e manutenção de privilégios. Com a Universidade cada vez mais “operacional” e voltada para índices de produtividade; e com o racismo acadêmico sendo sistematicamente silenciado, o desafio da inclusão parece não estar entre as prioridades.

1.1 Novas perspectivas para as Universidades

Apesar desse cenário, o modelo que orienta nossos padrões atuais de Universidade tem sido criticado por diversos setores sociais. A noção de desenvolvimento que abordamos no início deste texto tem se mostrado danosa porque cria e aprofunda desigualdades, além de causar diversos problemas que atualmente colocam em risco o meio ambiente e a própria sobrevivência humana, tornando insustentável inclusive o modo de produção baseado na exploração máxima da natureza. A partir do movimento de crítica ao desenvolvimento, surgem alternativas como, por exemplo, a noção de pós-desenvolvimento (*post-desarollo*), que segundo Escobar (2014) tem como um de seus objetivos descentralizar as representações sobre a realidade social na África, Ásia e América Latina, e encontrar outras formas de apreender a realidade que não estejam baseadas na racionalidade desenvolvimentista. Descobrir uma nova perspectiva, que fuja das premissas universais e totalizantes das epistemologias dominantes é, também, a proposta das epistemologias feministas.

Segundo Haraway (1995), um dos principais desafios nessa empreitada é: como atuar no interior da própria ciência para, a partir dela, produzir uma ciência diferente? No cerne desta questão, o desafio é romper com estruturas de poder atuando a partir de dentro. Compreendemos que é este o movimento que está ocorrendo na Geografia brasileira, a

partir dos esforços que geógrafos/as negros/as têm desempenhado para inserir a temática racial em sua matriz disciplinar. Nesse sentido, pensar o campo da ciência tendo como base o conceito de território pode contribuir para a compreensão da dinâmica dessa disputa na Universidade. Para Raffestin (1993), o território é produzido por atores sintagmáticos e estes podem variar do Estado aos indivíduos. Esses atores projetam energia ou informação no espaço, tornando-o território. Segundo o autor, os limites do território são marcados por sistemas sêmicos e todas as revoluções causam importantes revoluções nesses sistemas.

A partir da concepção de Raffestin, podemos pensar os sistemas sêmicos como a linha do pensamento abissal proposta por Santos (2009). Nesse sentido, como romper com tal sistema sabendo que seu rompimento ameaça a própria constituição da ciência enquanto território? Ou ainda, se é a ciência hegemônica quem atribui validade a qualquer conhecimento e o que se pretende é romper com esse status, como a universidade deve se posicionar diante das demais instâncias de produção de saber? A situação parece ainda mais complexa quando nos lembramos que, conforme apontou Chauí (2018), a Universidade que se entende como organização e não se vê como parte dos conflitos sociais está mais preocupada em avaliações e resultados do que com o trabalho intelectual.

Muitos equívocos têm sido cometidos na tentativa de solucionar esse impasse. Um exemplo é a crítica que Haraway (1995) faz às iniciativas de alguns grupos feministas de elaborar uma nova teoria universal totalizante. A proposta da autora é que, ao invés de apenas criticado, o conhecimento situado seja utilizado como uma ferramenta para o alcance de uma objetividade feminista. Para Haraway (1995), se o conhecimento é sempre situado e a negação desse fato tira do pesquisador a responsabilidade sobre o objeto de conhecimento, é preciso assumir uma posição para falar a partir dela. Somente assim se alcançaria uma objetividade possível, alijada da ideia de uma objetividade baseada no distanciamento entre sujeito e objeto. Esse é também um posicionamento adotado pelas feministas negras, a exemplo de Lélia Gonzalez (1984, p. 225) quando afirma que, se é na lata de lixo que a sociedade a coloca, “[...] então o lixo vai falar”.

Compartilhando de entendimento semelhante, Nilma Lino Gomes (2017) chama a atenção para o fato de que os saberes produzidos por sujeitos não hegemônicos têm condições de subverter as teorias consolidadas na ciência. O objeto de estudo da pesquisadora são os conhecimentos emancipatórios elaborados pelo Movimento Negro no campo educacional. Segundo Gomes (2017), os movimentos sociais atuam como

pedagogos nas relações políticas e sociais, pois colocam em debate novas temáticas, questionam conceitos e dão maior dinamicidade ao conhecimento. Sobre o Movimento Negro (MN), a autora afirma que este desenvolveu, ao longo da história, estratégias de conhecimento e saberes sobre as relações raciais e as questões da diáspora africana, temas que atualmente estão em pauta em diversas disciplinas das ciências humanas e sociais e que só passaram a ser valorizados, do ponto de vista epistemológico e político, devido à atuação do MN.

Apesar desses avanços pontuais no campo epistemológico e da adoção de ações afirmativas com foco na inclusão de sujeitos subalternizados no espaço acadêmico, a estrutura de poder que se concentra principalmente na docência e na pesquisa não se altera e a Universidade segue sendo uma instituição orientada por ideais excludentes. Escobar (2014) apresenta uma contribuição sobre o tema ao propor a noção de pluriverso, segundo a qual existem muitas e diferentes formas de conhecer além da academia. O autor propõe a problematização das ontologias dualistas e a abertura para as ontologias relacionais. Assim como propõem as Epistemologias do Sul (SANTOS, 2009), Escobar (2014) entende que as lutas dos povos camponeses e suas práticas cotidianas são contribuições para a transição a um mundo onde todos os mundos sejam levados em conta. Nesse sentido, pensar a Universidade dentro da concepção de pluriverso só é possível se ela for entendida como apenas uma entre as diversas instâncias de produção do conhecimento e, ainda, se forem eliminadas as assimetrias de poder que a legitimam como instrumento de dominação.

2. A GEOGRAFIA E A QUESTÃO RACIAL NEGRA

A questão que nos motiva a escrever este capítulo é: como os/as cientistas elege os problemas que devem ser considerados relevantes e, portanto, objeto de investigação? Mais especificamente, pretende-se verificar como os/as geógrafos/as realizam esse procedimento. A partir da revisão bibliográfica sobre o tema, investigaremos quais fatores perpassam o processo de silenciamento sobre a questão racial na Geografia. Nesta parte do trabalho, a análise assumirá como inspiração as considerações de Thomas Kuhn ([1962]2009) sobre a estrutura das revoluções científicas, principalmente no que diz respeito aos seguintes pontos: (1) a influência das visões de mundo no trabalho científico; (2) a importância das dinâmicas internas da comunidade científica no processo de revolução ou de manutenção de um paradigma; (3) as relações entre a ciência e o contexto social na definição de paradigmas. Entendemos que esses três aspectos funcionam de forma articulada e interdependente no que diz respeito à abordagem geográfica da questão racial, conforme explicaremos mais adiante.

São necessárias ressalvas ao se propor a aplicação do pensamento de Kuhn ([1962]2009) para compreender a história de uma disciplina das ciências sociais, tendo em vista que o autor escreveu sobre as chamadas “ciências duras” ou ciências naturais (BARROS, 2010). O conceito de paradigma proposto por ele torna-se particularmente problemático quando tentamos aplicar suas ideias ao estudo das ciências sociais. Kuhn refere-se ao paradigma como uma espécie de modelo ou “macroteoria” amplamente reconhecida pela comunidade científica relacionada a uma área específica, como a Matemática ou a Física, que estabelece os problemas e soluções aos quais tal comunidade deve se dedicar. Portanto, o paradigma serve como um padrão a ser seguido na prática científica. O autor também aborda o paradigma como sendo uma “[...] constelação de crenças, valores, técnicas etc. partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada” (KUHN, [1962]2009, p. 220).

Segundo o pensamento de Kuhn, as revoluções científicas ocorrem quando começam a surgir “anomalias” na prática da “ciência normal” – a ciência baseada em um acúmulo de experiências passadas, na qual o cientista atua resolvendo “quebra-cabeças”, ou seja, problemas que fazem parte de um conjunto pré-definido e para os quais as soluções são procuradas em situações anteriores. Quando o pesquisador se depara com um problema que não se adequa a esse conjunto predeterminado, está posto o cenário para a emergência de descobertas científicas. O autor destaca, no entanto, que o percurso

entre o surgimento de uma anomalia e a aceitação de um novo paradigma decorrente desse fenômeno envolve diversos processos que incluem uma “batalha” pela aceitação da novidade no interior da comunidade científica. O surgimento de novas teorias, na análise de Kuhn ([1962]2009), evidencia que toda uma tradição anterior de prática científica estava equivocada e, assim, a emergência de um novo paradigma representa um rompimento com a tradição.

Ao refletir sobre como essa análise poderia ser aplicada à história das ciências sociais, Barros (2010) destaca que, nesse campo, é comum que paradigmas concorrentes coexistam, ainda que haja conflitos, superações e/ou refutações, o que enseja a realização de ajustes ou adaptações tanto do conceito de paradigma quanto de outras inferências apresentadas pelo autor. No que diz respeito à noção de “revolução científica”, por exemplo, Barros (2010) aponta que é mais difícil pensar em uma revolução que instaure uma hegemonia nas ciências sociais. De acordo com Barros (2010), enquanto a história das ciências naturais é marcada por situações em que uma nova teoria rompe com o que era praticado até então – mesmo que, às vezes, incorporando alguns aspectos da teoria anterior –, as ciências sociais, em geral, têm como padrão a coexistência de paradigmas.

É assim que, desde há muito, historiadores e sociólogos se acostumaram a conviver com uma expressiva diversidade de paradigmas relativos aos seus campos de saber, e também de teorias concorrentes concorrentes aos seus mais diversos objetos de estudos. Deve-se ressaltar, inclusive, que os próprios problemas levantados por um determinado paradigma, nas ciências humanas (como também nas ciências naturais), não são os mesmos que chamarão a atenção dos historiadores e cientistas sociais ligados a outro âmbito teórico. Perguntas radicalmente diferentes são formuladas pelas diversas formas de Positivismo, pelo Historicismo e pelo Materialismo Histórico, apenas para citar os três primeiros grandes paradigmas historiográficos que surgiram assim que a História se tornou científica [...]. (BARROS, 2010, p. 6)

O autor encontra na obra de Kuhn ([1962]2009) uma possível alternativa ao uso do paradigma para pensar aspectos da história das ciências humanas. Trata-se da noção de Matriz Disciplinar, que Kuhn apresenta no prólogo de seu livro. Na Geografia contemporânea, a coexistência de correntes de pensamento é evidente, pois a disciplina assume isso como uma característica própria, e assim os/as geógrafos/as se definem como vinculados à Geografia Crítica ou à Geografia Cultural, que se desdobram em diferentes correntes, sem que o surgimento de uma nova tendência represente necessariamente a superação de outra, a exemplo da Geografia Cultural, que no caso brasileiro emergiu sem causar uma “crise” em relação ao paradigma anterior: a Geografia Crítica, de modo que atualmente é possível encontrar pesquisadores/as que realizam suas análises a partir dos

aportes teóricos da Geografia Cultural ou da Geografia Crítica, ou ainda que conseguem movimentar-se entre as duas correntes.

Conforme explica a geógrafa Dirce Maria Antunes Suertegaray (2017), a compartimentação é um processo que fez parte da institucionalização da Geografia como ciência. Haesbaert (2014) destaca que é difícil definir a Geografia somente como ciência social, dada a grande importância que as relações entre sociedade e natureza adquiriram entre os principais problemas aos quais essa disciplina se dedica. A afirmação do autor revela a necessidade de que os/as geógrafos/as busquem articular natureza e sociedade em suas pesquisas.

Gomes (2009) analisa essa questão a partir da noção de campo epistemológico. Na avaliação do autor, a partir dos anos 1980, os/as geógrafos/as passaram a vislumbrar uma nova concepção da Geografia, com mais abertura à pluralidade e ao diálogo, assim como ao conflito. O período foi marcado pela redemocratização no Brasil e pela reaparição de movimentos de mulheres, negros/as e indígenas. “Assim, o grande elemento diferenciador nessas discussões é que abandonamos cada vez mais a pretensão de que uma corrente terá a primazia e o privilégio de ser a verdadeira intérprete ou porta-voz da boa geografia”. (GOMES, 2009, p. 16). Segundo Gomes, ao agir dessa forma, a comunidade de geógrafos/as está desenvolvendo um campo epistemológico na Geografia, um campo que envolve uma infinidade de questões, discussões, tratamentos, escalas etc.

A noção de campo epistemológico apontada pelo autor se aproxima da ideia de matriz disciplinar proposta por Kuhn ([1962]2009). Nosso entendimento é de que, nas duas situações, os autores estão preocupados em definir qual é o território de uma determinada disciplina, o que a afasta ou aproxima de outras disciplinas e quais são os seus problemas e métodos. Nosso interesse neste debate é evidenciar que é nesse processo de definição que ocorrem os conflitos sobre a inclusão ou exclusão da temática racial como um tema geográfico.

A partir do exposto, optamos por não trabalhar com a noção de paradigma proposta por Kuhn ([1962]2009) no contexto da Geografia. As discussões que realizamos aqui se aproximam mais da noção de campo epistemológico apresentada por Gomes (2009). Consideramos que isso não obsta uma análise da história dessa ciência a partir de elementos apontados por Kuhn como característicos das revoluções científicas, sobre as quais discorreremos mais adiante, pois nosso objetivo nesta etapa do trabalho é compreender quais são os elementos que atuam na definição do que é um tema geográfico, entendendo que estes estão relacionados ao processo de revoluções científicas, as quais

não se realizam sem a ocorrência de verdadeiros embates teóricos e/ou discursivos entre os/as geógrafos/as. Mais especificamente, pretende-se analisar quais são as relações entre tais disputas e revoluções, e o tratamento que a temática racial recebe na Geografia ao longo da história dessa disciplina.

Para alcançar tal objetivo, procederemos a uma análise da Geografia a partir dos seguintes elementos, conforme apontamos anteriormente, inspirando-nos nas proposições de Kuhn ([1962]2009): (1) a influência das visões de mundo no trabalho científico; (2) a importância das dinâmicas internas da comunidade científica no processo de revolução ou de manutenção de um campo epistemológico; (3) as relações entre a ciência e o contexto social na definição de campos epistemológicos. Ressaltamos que não pretendemos, aqui, realizar uma historiografia da ciência geográfica, mas apontar alguns aspectos sobre o desenvolvimento desse campo e seus efeitos sobre a temática racial na Geografia.

2.1 Visões de mundo e trabalho científico

Ainda que não seja esse um foco central em sua análise, Kuhn ([1962]2009) dedica parte de seu estudo a discorrer sobre as semelhanças entre as revoluções científicas e as revoluções políticas. De acordo com o autor, nos dois casos, as mudanças ocorrem após um forte sentimento, no interior da comunidade, de que o modelo existente deixou de ter capacidade explicativa. Essa é a situação ideal para que se dê início aos debates sobre qual é o melhor modelo para substituir o antigo. De acordo com Kuhn ([1962] 2009), nesse momento, são de extrema importância as técnicas de argumentação persuasiva aplicadas pelos cientistas na defesa de um ou outro paradigma.

Na escolha de um paradigma, - como nas revoluções políticas - não existe critério superior ao consentimento da comunidade relevante. Para descobrir como as revoluções científicas são produzidas, teremos, portanto, que examinar não apenas o impacto da natureza e da lógica, mas igualmente as técnicas de argumentação persuasiva que são eficazes no interior dos grupos muito especiais que constituem a comunidade de cientistas. (KUHN, [1962]2009, p. 128).

Pela proximidade do autor com uma perspectiva positivista sobre a ciência, e ainda por ele centralizar sua análise nas ciências exatas, podemos inferir que ele parte de uma compreensão de que tais técnicas argumentativas são baseadas puramente em aspectos de ordem objetiva. No entanto, cabe destacar que a disputa por teorias é também

uma disputa por poder (CAPEL, 2010), o que torna ainda mais adequada a comparação entre revoluções científicas e revoluções políticas.

De acordo com Capel (2010), um confronto que envolve a eleição de um entre dois paradigmas alternativos não é somente uma disputa entre duas concepções científicas, mas também um momento de enfrentamento no interior da comunidade. “Quais são as razões que existem para que o cientista aceite ou rejeite determinadas teorias ou concepções é uma pergunta a que, provavelmente, responde-se com argumentos baseados não apenas em razões científicas, mas, além disso, em motivações socioprofissionais” (CAPEL, 2010., p. 80). Esta disputa torna-se ainda mais evidente quando colocamos em foco as ciências humanas, tendo em vista que a coexistência entre diferentes paradigmas enseja o surgimento de rivalidades e até mesmo uma hierarquização tácita entre as diferentes alternativas teóricas no interior de uma mesma disciplina.

Conforme indica Barros (2010), nas ciências sociais, a partir de cada teoria é possível colocar e resolver novos e diferentes problemas, sem que a novidade supere sua predecessora. O autor ressalta que as questões levantadas por um determinado paradigma podem não chamar a atenção de toda a comunidade de cientistas de uma mesma área, podendo ser tratadas como um problema a ser resolvido apenas por um grupo específico. É isso que observamos em relação ao tratamento da questão racial na Geografia brasileira, que cresceu em número de pesquisas a partir do momento em que o Brasil adotou políticas de ação afirmativa para inclusão de pessoas negras nas Universidades, conforme abordaremos em outro momento.

Isso nos leva a um dos pontos que pretendemos analisar aqui: a influência das visões de mundo no trabalho científico. Esse tema é abordado por Kuhn ([1992] 2009), que demonstra que mesmo nas chamadas “ciências duras”, aspectos da subjetividade dos cientistas comparecem nos processos de revolução científica ou de manutenção do *status quo* em um campo da ciência. No capítulo “As revoluções como mudanças de concepção de mundo”, o autor afirma que as mudanças de paradigma levam os cientistas a ver o universo de suas pesquisas de uma maneira diferente. Primeiro, Kuhn ([1992] 2009) aponta que o estudante só se torna um cientista após várias transformações de visão que o levam a ver o que um cientista vê e a responder o que um cientista responde.

É nesse processo de formação que o indivíduo apreende as normas e os valores de seu campo de atuação, principalmente por meio dos manuais, que Kuhn classifica como os “veículos pedagógicos” que servem para perpetuar a ciência normal. “É característica

dos manuais científicos conterem apenas um pouco de história, seja um capítulo introdutório, seja, como acontece mais frequentemente, em referências dispersas aos grandes heróis da época anterior” (KUHN [1962], 2009, p. 177). Conforme o autor evidencia, os manuais, um dos principais responsáveis por apresentar ao novo cientista o universo onde ele vai se inserir, e o lugar a partir de onde ele vai olhar para os seus problemas de pesquisa, promovem de forma recorrente uma deturpação da história da disciplina, apresentando uma visão truncada sobre ela. “A depreciação dos fatos históricos está profundamente, e talvez funcionalmente, enraizada na ideologia da profissão científica [...]” (p. 178). Chama a atenção, nesse ponto, o fato de o autor utilizar o termo “ideologia” para tratar da profissão científica.

Guardadas as devidas ressalvas em relação às perspectivas e ao campo de estudos de cada autor, encontramos ressonâncias dessa leitura na discussão que Moraes (1991) realiza sobre as ideologias geográficas. Ao refletir sobre as formas de conhecimento, Moraes (1991) chama a atenção para o fato de que a consciência se constitui a partir de parâmetros elaborados em sociedade, de modo que indivíduo e sociedade não devem ser considerados como elementos opostos em uma análise. “Dar conta de suas relações é captar a dialética do conhecimento” (MORAES, 1991, p. 17). Nesse sentido, o autor propõe que as diferentes formas pelas quais abordamos e significamos o real são um produto social e, como tal, podem variar significativamente entre os diferentes grupos sociais, por isso é importante que a abordagem das formas de conhecimento seja realizada a partir de uma perspectiva mais ampla.

Ainda que apenas bordejando o tema e sempre tendo em seu horizonte as ciências exatas, Kuhn aciona a questão da subjetividade dos cientistas em diversos pontos de seu livro. Mas é ao abordar as revoluções científicas como mudanças nas concepções de mundo que ele mais se aproxima da temática. O autor chega a afirmar, apoiado no físico alemão Max Planck, que o que faz uma “nova verdade científica” triunfar não é o ato de convencer os oponentes, mas porque tais oponentes morrem e naturalmente dão lugar a uma nova geração de cientistas, familiarizados com essa “verdade”. Aqui, retomamos a questão dos embates no interior das comunidades científicas como lutas políticas; e mais uma vez evidencia-se a importância da geração de geógrafos negros que se insere nas Universidades a partir, principalmente, dos anos 2000.

Evidencia-se também que a definição do que pode ser considerado um problema relevante para a ciência não é de ordem apenas “científica”, pois envolve disputas políticas no interior da comunidade científica, que por sua vez tem a subjetividade dos

cientistas como um elemento importante a se considerar. Sobre esse tema, Capel (1999), que dedicou grande parte de suas investigações à história da Geografia, coloca a questão das revoluções da ciência em termos de “tomada de poder”, destacando que isso implica não apenas uma mudança epistemológica, mas também institucional.

Patricia Hill Collins (2016) aborda a temática das visões de mundo na ciência a partir das noções de *insider*⁹, *outsider* e *outsider within*. Ao estudar o pensamento social produzido por mulheres negras estadunidenses, a autora verifica que algumas delas, ao se empenharem em se tornar *insiders*, ou seja, adotar os padrões sociais e as visões de mundo do grupo hegemônico, entre os/as sociólogos/as, precisam abrir mão de uma visão de mundo especial, marcada por suas experiências de vida como mulheres negras que têm suas trajetórias constrangidas pela articulação entre raça, gênero e classe como eixos de opressão.

Por outro lado, ao optarem por valorizar tais experiências, as quais permitem que sua produção científica seja pautada por perspectivas e *insights*¹⁰ especiais, assumindo seu ponto de vista *outsider*, passam ocupar, na comunidade científica, o lugar de *outsiders within*. O termo não possui uma tradução coerente para o português, mas expressa algo como “forasteiras de dentro”. Ao assumir que a produção científica é marcada por elementos da subjetividade das/dos cientistas, Collins (2016) não apenas rompe com a tradição que busca afirmar uma prática científica asséptica no que diz respeito aos afetos dos/as cientistas, mas também evidencia a importância de se produzir ciência a partir de uma perspectiva que valorize os pontos de vista¹¹.

A abordagem proposta por Collins (2016) nos permite questionar os padrões de aceitação de um novo membro no grupo de cientistas. Por exemplo, ao entrevistar docentes produtividade em pesquisa (PQ) na Universidade Federal de Goiás (UFG)

⁹ A tradutora do texto para o Português, Juliana de Castro Galvão, optou por manter os termos *insider* e *outsider* em inglês ao longo do artigo, devido à familiaridade dos leitores em Português com tais substantivos e à dificuldade de traduzi-los. Em uma tradução livre, o termo *insider*, no contexto em que ele é utilizado por Collins (2016), refere-se a algo como “membro de um grupo ou comunidade”; e *outsider* seria o seu inverso, um sujeito que não está inserido em um determinado grupo ou comunidade.

¹⁰ O termo *insights* pode ter diferentes significados. No contexto em questão, ele refere-se a uma compreensão de um fenômeno.

¹¹ Conforme apresentamos no capítulo anterior, algumas cientistas do pensamento feminista abordam esta questão a partir da perspectiva de “saberes localizados” (HARAWAY, 1995). Para Haraway, ao contrário da ideia de que a objetividade científica seria alcançada por uma perspectiva “descorporificada”, em que o/a cientista não “se coloca” no processo de conhecimento, a noção de saberes localizados propõe que é a partir de uma perspectiva parcial que se alcança uma visão objetiva. Nesta lógica, a noção hegemônica de objetividade científica seria uma maneira de os/as cientistas não se responsabilizarem pelos discursos que produzem, ao passo em que, assumindo-se que os saberes são localizados, que as visões são parciais, os/as cientistas assumem sua responsabilidade sobre suas construções discursivas.

buscando investigar suas representações acerca das cotas raciais, Aline Santos (2018) ouviu de um dos entrevistados que este poderia sim orientar um estudante negro cotista, desde que ele tivesse “perfil de cientista”, não importaria se ingressou por cotas ou pela ampla concorrência. Apesar de o critério “possuir perfil de cientista” aparentar uma neutralidade, o raciocínio de Collins (2016) nos permite questionar se não seria demandado, do estudante cotista, que ele, para se integrar à comunidade acadêmica de uma determinada disciplina, assumisse uma postura de *insider*, buscando apreender e reiterar os padrões de comportamento e de pontos de vista do grupo.

Conforme se verá mais adiante, a produção geográfica sobre a temática racial no Brasil é localizada histórica e geograficamente. Moraes (1991) afirma que qualquer reflexão geográfica é restrita, tendo em vista que ela é condicionada pelo contexto cultural e pelo momento histórico. Apoiado em Paul Claval, o autor destaca que a Geografia é um “produto da cultura ocidental”, e por isso não valoriza os pensamentos geográficos desenvolvidos por sociedades não-ocidentais. Além disso, a própria noção sobre o que é Geografia é limitada espaço-temporalmente. “Apesar da antiguidade e perpetuação do rótulo “Geografia”, os conteúdos que lhe são atribuídos variam enormemente ao longo da história” (MORAES, 1991, p. 29). O percurso da temática racial na Geografia é exemplar no que diz respeito a essa variedade de conteúdos e à necessidade de se considerar o contexto histórico e temporal em que um determinado pensamento foi desenvolvido. Apoiado em Foucault, Moraes afirma que, no estudo das formas de conhecimento, autor, obra e época são mutuamente explicativos, e por isso são necessárias uma ressalva antropológica e uma ressalva histórica no estudo das formas de conhecimento.

As formas de consciência devem ser rastreadas no universo da cultura, e este se constitui denso de particularidades. A este cuidado anti-reducionista há que se associar outro igualmente importante. Além da cultura onde foi gestado, o ser consciente exprime sua época. A ressalva histórica implica não se perder o contexto em que se movimenta o sujeito em foco. A consciência é um produto histórico, que se estrutura dentro de limites e possibilidades. (MORAES, 1991, p. 19. Grifo do autor)

A análise da trajetória da questão racial como um problema geográfico é exemplar deste aspecto, conforme apontaremos mais adiante. Primeiramente, vamos retomar a discussão sobre ideologia e ciência, que aparece tanto em Kuhn quanto em Moraes. Como citamos anteriormente, o primeiro utiliza o termo de forma genérica, sem uma discussão mais ampla sobre a ideologia como conceito, para discorrer a respeito de como os cientistas aprendem sobre a história de sua área. Aparentemente, Kuhn (op. cit.)

compreende a ideologia como um elemento do processo de produção de subjetividades ou, para usar o termo mais empregado pelo autor, produção de concepções ou visões de mundo. “O que um homem vê depende tanto daquilo que ele olha como daquilo que sua experiência visual-conceitual prévia o ensinou a ver” (KUHN, [1962] 2009, p. 150).

Para Kuhn, as teorias, as definições do que são problemas científicos e as técnicas adotadas para resolvê-los não são puramente interpretações humanas de dados, pois são informadas pelo contexto em que o cientista vive. “Em um sentido que sou incapaz de explicar melhor, os proponentes dos paradigmas competidores praticam seus ofícios em mundos diferentes” (KUHN, [1962] 2009, p. 190). De acordo com o autor, aspectos como o fato de um cientista ser iniciante e, portanto, mais “aberto” a novas teorias, são importantes no processo de emergência de novas interpretações dos fenômenos. Além disso, questões que fazem sentido para cientistas de uma área, podem ser inconcebíveis para os de outro campo. Assim, complementa Kuhn, cientistas que exercem sua profissão em “mundos diferentes”, veem coisas diferentes quando olham para uma mesma paisagem. O que buscamos evidenciar aqui é que, mesmo tratando das “ciências duras”, Kuhn admite a influência de elementos da subjetividade no processo de desenvolvimento da ciência, em contraposição à corrente positivista que vê o trabalho científico como um campo isento de subjetividade.

Vemos um exemplo de “deslize” da subjetividade na própria explanação de Kuhn, no momento em que o autor aborda as características essenciais de uma comunidade científica, as quais ele qualifica como “muito especiais”. Em seu ponto de vista, apenas as civilizações descendentes da Grécia Helênica desenvolveram um conhecimento que vá além do que ele classifica como “ciência rudimentar” (KUHN, [1962] 2009, p. 212). Portanto, na análise de Kuhn, ainda que diversas civilizações ao longo da história tenham desenvolvido tecnologias, arte, sistemas políticos e etc., nenhuma delas elaborou uma ciência de fato, nos termos do que ele compreende como ciência.

“A massa dos conhecimentos científicos existentes é um produto europeu gerado nos últimos quatro séculos. Nenhuma outra civilização ou época manteve essas comunidades muito especiais das quais provêm a produtividade científica. (KUHN, [1962] 2009, p. 212). Ainda que se faça um exercício empático de imaginar que o autor, apesar de não ter deixado explícito, esteja tentando pontuar que sua fala se refere a “um tipo específico de ciência”, a ciência ocidental, sem que isso signifique que os conhecimentos não-ocidentais não possam também ser lidos como ciência, fica evidente em sua fala a hierarquização das formas de conhecimento, resultante de uma visão

eurocêntrica. A subjetividade do autor transparece em sua análise, assim como as referências do contexto histórico e geográfico a partir de onde ele olha para seu objeto de estudo. Aqui, retornamos ao debate que realizávamos anteriormente com Moraes (1991): É necessário ter sempre em mente as ressalvas histórica e antropológica ao se estudar as formas de conhecimento.

Enquanto Kuhn apenas bordeja o tema da ideologia no interior das comunidades científicas, Moraes (1991) aborda a questão de forma mais aprofundada, com foco na Geografia¹². O autor inicia sua reflexão destacando que o significado de “ideologia” é um assunto que tende a provocar polêmicas, tendo em vista sua multiplicidade de usos no interior das diversas correntes metodológicas das ciências sociais. Segundo Moraes, o termo “ideologia” surgiu no início do século XIX, em referência à ciência da gênese das ideias. Posteriormente, prossegue Moraes, a ideologia passou a ser mais associada à subjetividade e, com a ascensão do positivismo, se viu “banida” da atividade científica, principalmente entre os franceses. Segundo o autor, na Alemanha, a ideologia foi mais compreendida como um elemento que faz parte da estruturação da sociedade. “Aquele conjunto de valores responsável pelas identidades grupais” (MORAES, 1991, p. 38).

Após apresentar esse panorama sobre o conceito, Moraes destaca que, na contemporaneidade, as ciências humanas tendem a ver a ideologia como um conceito ultrapassado. Porém, o autor lembra que, apesar de “proclamada morta” no meio acadêmico, a ideologia segue cada vez mais presente em dois campos: o debate político e a imprensa. De fato, o cenário político brasileiro, principalmente após as eleições presidenciais de 2018, ilustra perfeitamente a dimensão que o termo ideologia tem adquirido no debate público, onde tem sido associado principalmente à “doutrinação” nas escolas e Universidades com base em ideias enviesadas como a noção de “ideologia de gênero”. Por meio de movimentos como o “Escola sem partido”, a disputa em torno da questão ideológica tem se materializado em projetos de lei que buscam banir do ambiente

¹² Sodré (1976), no livro *Introdução à Geografia – Geografia e ideologia*, também aborda o tema, ao qual dedica um capítulo denominado *As falsidades ideológicas*. O autor busca evidenciar que, principalmente por meio das ideias vinculadas ao determinismo geográfico, a Geografia contribuiu para a “justificação” de processos como o imperialismo, ao elaborar explicações científicas para diversas desigualdades, a exemplo da noção de diferenças naturais entre grupos humanos e sua relação com os aspectos climáticos ou a localização geográfica. Consideramos que a principal contribuição do autor está em apontar que essa prática permanece atual. “A Geografia necessita, fundamentalmente, deixar de ser a guarida de teses e de postulados gerados no arsenal ideológico do colonialismo e do imperialismo” (Ibid. p. 129). No entanto, apesar do título do livro, Sodré não aborda de forma aprofundada o tema da ideologia. Concordamos quando o autor afirma: “As ideologias servem para desviar a visão da verdade.” (Ibid. p. 128), mas compreendemos que a análise desenvolvida por Sodré deixa a desejar no que diz respeito ao tema ideologia, por isso optamos por não a incluir em nossa discussão sobre o tema.

escolar os debates sobre temas como gênero, raça e sexualidade. Trata-se de uma disputa no campo das ideias com efeitos perversos na vida prática de grupos historicamente marginalizados, o que remete ao último ponto da explanação de Moraes (1991) sobre as concepções do conceito de ideologia: a abordagem marxista.

Segundo o autor, mesmo entre os marxistas há uma grande variedade de abordagens do conceito. Baseado em José Carlos Bruni, Moraes aponta duas modalidades principais de entendimento da ideologia a partir do pensamento de Marx: uma como “produção da ilusão” e a outra como “visão de mundo”. A primeira coloca a crítica da ideologia como uma atividade exclusiva da figura do “intelectual” e contém, como evidencia o autor, um caráter elitista ao basear-se no entendimento de que há uma espécie de “verdade superior” capaz de destruir a substância da ideologia como uma ilusão. A segunda assume a ideologia como algo real, destacando a relação entre pensamento e ação; “Em outras palavras: a ideologia passa a ser vista como força histórica, uma “dimensão política” inscrita na práxis”. (MORAES, 1991, p. 40). É dessa concepção de ideologia que o autor parte para pensar que a Geografia, enquanto um conjunto de saberes construídos no campo das relações entre cultura e política, também constitui ideologias, e daí a noção de “ideologias geográficas”¹³. Ao propor um olhar para as ideologias geográficas, Moraes considera uma concepção de ciência diferente daquela adotada por Kuhn ([1962] 2009).

O geógrafo coloca em evidência que o que se entende por Geografia, como uma disciplina científica, não abarca toda a amplitude do universo geográfico, uma vez que saberes geográficos surgem em diferentes situações, em outras disciplinas e até mesmo fora do campo acadêmico, e por isso ele propõe o conceito de “pensamento geográfico”: “[...] um conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma dada sociedade, num momento determinado, possui acerca de seu meio (desde o local ao planetário) e das relações com ele estabelecidas. (MORAES, 1991, p.32). Para Moraes, alguns desses discursos com viés geográfico podem ser credenciados como ideologia e, como tal, “[...] manifesta no plano das ideias a relação sociedade-espaço, e constitui a via privilegiada de relação do saber geográfico com a prática política” (MORAES, 1991, p. 44).

¹³ Importante destacar que a definição de ideologia formulada por Marx e Engels (2007, p. 72) centraliza o papel das classes dominantes em sua formulação: “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante.”.

Aqui, chegamos ao ponto em que o pensamento de Moraes se encontra com o raciocínio que vínhamos construindo sobre as influências do contexto social – ou histórico-espacial – na ciência. Argumentamos até agora que a disputa por teorias é também uma disputa por poder e que elementos da subjetividade dos cientistas aparecem em seu trabalho, ainda que estes estejam atuando em áreas mais afeitas à perspectiva positivista. Agora, avançamos um pouco mais em nossa linha de pensamento e lançamos o nosso olhar para a ciência geográfica, com a noção de que as ideologias geográficas possuem um caráter estrutural nas relações sociais.

As ideologias geográficas alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto a autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ela. São a substância das representações coletivas acerca dos lugares, que impulsionam sua transformação ou o acomodamento nele. Expressam, enfim, localizações e identidades, matérias-primas da ação política. (MORAES, 1991, p. 44)

De acordo com o autor, uma das modalidades de discurso nas quais se pode apreender ideologias geográficas é aquela que vincula questões sociais a qualidades do espaço, a exemplo das teses naturalistas construídas a partir da perspectiva do determinismo geográfico, corrente que define o meio ambiente como capaz de exercer forte influência sobre as comunidades que ocupam um determinado espaço. Conforme explica Santos ([1978] 2004), o determinismo se funda a partir de duas fontes principais, o evolucionismo e o positivismo. Essa abordagem forneceu as bases para a argumentação do racismo científico, que, conforme aponta Lilia Schwarcz (2012), buscava “naturalizar” as diferenças entre os grupos humanos usando a biologia como instrumento de legitimação de um discurso político.

Um exemplo de como esse tipo de discurso se desenvolveu no Brasil é apresentado por Ratts (2010), que define como uma ideologia geográfica o chamado “mito das três raças”, segundo o qual o Brasil seria um país formado por três grupos étnico-raciais que convivem harmonicamente: indígenas, brancos e negros. Podemos elencar novamente, a título de exemplo, o excerto do texto de Kuhn ([1962] 2009, p. 212) citado anteriormente, no qual o autor localiza na Europa dos últimos quatro séculos a parte significativa dos conhecimentos científicos existentes, e afirma ainda que nenhuma outra civilização desenvolveu as “comunidades muito especiais” que realizam a produção científica. Ratts analisa que o mito das três raças se constitui como uma ideologia geográfica por tratar-se de um discurso acerca do território brasileiro que constrói uma explicação sobre a nação e que, além de excluir outros grupos étnicos, como os ciganos,

funciona como elemento de negação do racismo. “É narrado de maneira fragmentada e é “acionado” quando alguém expõe as diferenças e desigualdades étnico-raciais seja no plano local, regional ou nacional.” (RATTS, 2010, p. 126).

Na afirmação de Kuhn, há também uma ideologia geográfica de viés racista, construída no momento em que, conforme aponta Boaventura de Sousa Santos (2009), a Europa deu a si mesma o poder de classificar, categorizar, hierarquizar e produzir discursos sobre o outro. A noção de que apenas a Europa elaborou saberes relevantes ou “científicos” é sem dúvida uma forma de espacializar hierarquicamente o conhecimento. Nesse ponto, cabe uma reflexão a respeito do papel da ideologia no processo de elaboração e manutenção do racismo.

2.2 Ideologia e Racismo

Ao propor uma reflexão sobre o racismo a partir de uma abordagem estrutural, Almeida (2018) afirma que a ideologia é um dos quatro elementos centrais da manifestação estrutural do racismo – os outros elementos são a política, o direito e a economia. Para realizar sua análise, ainda que sem se propor a fazer uma abordagem geográfica, Almeida (2018) parte de uma constatação a respeito da dimensão espacial do racismo. O autor coloca a seguinte questão: O que leva as sociedades a “naturalizar” a “segregação não oficial” entre negros e brancos em certos espaços sociais, que institui situações como a pouca presença de pessoas negras entre estudantes e docentes de Universidades, enquanto estas constituem maioria entre os trabalhadores da segurança e da limpeza nestas mesmas instituições? Cabe destacar que o mesmo questionamento foi feito por Porto-Gonçalves (2002, p. 11), em um comentário sobre as “marcas” espaciais das desigualdades sociais.

Na análise do geógrafo, que não é um estudioso da questão racial, é “admissível” que, em uma sociedade racista, os lugares e espaços contenham marcas desse elemento. Como exemplo, ele cita o fato de a população negra brasileira ser o grupo majoritário nos presídios e minoritário nas universidades. “É importante assinalar que essas diferentes configurações espaciais se constituem em espaços de conformação das subjetividades de cada qual” (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 11).

Encontramos nesse ponto uma articulação entre os dois autores. Estamos trabalhando aqui com a ideia de que Almeida (2018), ao acionar o conceito de ideologia para analisar o tema da naturalização do racismo, apresenta uma possibilidade explicativa

para a manutenção de diversas manifestações do racismo, inclusive em sua dimensão espacial, que se apresenta na segregação, e a qual podemos compreender por meio da noção de ideologia geográfica proposta por Moraes (1991). Almeida trabalha com a noção de ideologia como uma representação da relação que os indivíduos estabelecem com as realidades concretas. “Na verdade, o que nos é apresentado não é a *realidade*, mas uma representação do imaginário social acerca de pessoas negras”. (ALMEIDA, 2018, p. 51. Grifo do autor). Para o autor, a ideologia não se circunscreve ao campo do imaginário, pois é, principalmente, uma prática.

Para nos convencermos ou, no mínimo, não nos espantarmos com a existência de lugares de negro e lugares de branco na sociedade não basta ler livros de autores racistas como Gobineau, Nina Rodrigues ou Oliveira Vianna. É necessário, por exemplo, que ao frequentar a escola as lições destes autores racistas sejam acompanhadas de uma realidade em que os professores sejam brancos, que os autores sejam brancos, que os alunos sejam brancos e que as pessoas consideradas importantes sejam igualmente brancas. (ALMEIDA, 2018, p. 52)

Aqui retornamos ao tema central deste capítulo: a questão racial na ciência. Os temas debatidos até agora nos permitem compreender melhor a relação entre os três elementos que, conforme citamos no início deste capítulo, funcionam de forma articulada e interdependente no que diz respeito à abordagem geográfica da questão racial: 1) a influência das visões de mundo no trabalho científico; (2) a importância das dinâmicas internas da comunidade científica no processo de revolução ou de manutenção de um campo epistemológico; (3) as relações entre a ciência e o contexto social na definição de campos epistemológicos. Ancorados no pensamento de Almeida (2018), propomos pensar a dimensão geográfica do racismo compreendido como uma ideologia¹⁴, ou seja, o racismo como uma ideologia geográfica, tendo sempre em mente que nos apoiamos na noção de que a ideologia não se reduz ao campo das ideias, pois se materializa na prática. Nesse sentido, passemos a uma análise sobre a ideologia no campo da ciência geográfica.

2.3 Ideologias geográficas e racismo

Em primeiro lugar, é preciso destacar que, conforme aponta Almeida (2018), a abordagem do racismo estrutural permite contestar a ideia corrente no senso comum de

¹⁴ Clóvis Moura (1988) tangencia o tema “racismo e ideologia” ao apontar a relevância estrutural da experiência escravocrata brasileira e a ideologia do autoritarismo que surge no envolvimento do Estado brasileiro na tarefa de manutenção e defesa dos proprietários de escravos. Na análise do autor, a escravidão exigiu um processo de desumanização das pessoas negras, assim como a patologização de sua rebeldia. Este “pensamento autoritário” tornou-se característica do pensamento social brasileiro sobre a questão racial. “O aparelho ideológico de dominação da sociedade escravista gerou um pensamento racista que perdura até hoje” (Ibid., p. 23).

que o racismo se baseia em um irracionalismo. O autor chama a atenção para o envolvimento da ciência no processo de construção da raça, considerando que o campo científico é portador do poder de produzir discursos autorizados sobre a verdade. “Por isso, não se pode desprezar a importância dos filósofos e cientistas para a construção do colonialismo, do nazismo e do apartheid. O racismo é, no fim das contas, uma racionalidade [...]” (ALMEIDA, 2012, p. 54). Nesse sentido, os/as geógrafos/as contribuíram de forma significativa para a racialização dos povos ao disseminar ideias pautadas pelo determinismo geográfico, como as que associam a diversidade humana aos meios naturais, conforme Cirqueira (2015) evidenciou em sua tese de doutorado.

Começamos nossa argumentação sobre esse tema destacando que a Geografia possui uma corrente clássica reconhecida pelo título de Geografia Colonial (SANTOS [1978] 2004). Esse é um dos pontos em que se evidencia a relação entre o desenvolvimento científico e as dinâmicas sociais nessa ciência. Conforme aponta Milton Santos ([1978] 2004), há uma relação entre o desenvolvimento da Geografia e a expansão colonial¹⁵. Gostaríamos de destacar que, apesar de não nos propormos a fazer uma historiografia da ciência geográfica, os apontamentos que realizamos aqui baseiam-se em uma perspectiva da historiografia da ciência. Ao abordar os estudos sobre o desenvolvimento científico, Capel (1999) explica que as investigações sobre o tema seguiram dois caminhos a partir de 1930: um mais internalista, que vê a evolução científica como algo mais “hermético”, resultado de debates que se dão no interior da comunidade científica; e um que dá ênfase ao caráter socialmente organizado da prática científica, conferindo importância decisiva aos fatores sociais nesse processo, e é essa a abordagem que adotamos.

A análise que aqui propomos alinha-se à segunda perspectiva. Capel (1999) destaca que a obra de Kuhn, publicada nos anos 1960, provocou debates que forçaram os estudiosos do desenvolvimento da ciência a prestar atenção na sociologia das comunidades científicas. A partir daí, ganharam destaque os aspectos sociais e institucionais. No que se refere ao desenvolvimento da Geografia, acreditamos que há dois elementos a serem considerados: O contexto espaço-temporal em que se deu a institucionalização dessa disciplina e o papel das sociedades científicas nesse processo.

¹⁵ Milton Santos ([1978] 2004), apesar de não adentrar nos processos escravistas e racistas, afirma que alguns geógrafos podem ser apontados como “imperialistas a serviço do imperialismo”, a exemplo do inglês Mackinder; enquanto outros pareceram flertar com as ideias colonialistas em algumas de suas produções. O autor destaca alguns textos de Paul Vidal de La Blache em que o geógrafo parece “apreciar a obra colonizadora”.

Dessa forma, buscamos alinhar nossa análise à proposta de Moraes (1991) sobre a necessidade de manter em foco as ressalvas histórica e antropológica no estudo da problemática do sujeito na produção do espaço.

Capel (2010) explica que, no século XIX, a Geografia colocou-se a serviço de interesses imperialistas dos países europeus, tendo em vista que estes demandavam conhecimentos sobre os países coloniais. Era um período em que os geógrafos lutavam pela institucionalização da Geografia e pela demarcação de seu lugar no universo científico, principalmente considerando-se que, até então, os temas estudados pelos geógrafos não eram exclusivos dessa disciplina e poderiam ser objeto de estudo em áreas mais especializadas. A possibilidade de responder aos anseios do Estado ofereceu um grande impulso ao desenvolvimento da Geografia.

Conforme explica Ratts (2010), a segunda metade do século XIX é marcada por transformações sociais como o declínio do tráfico negreiro, a formação dos estados-nações na Europa, a revolução industrial, a abolição da escravidão nas Américas e a recolonização da África. É nesse contexto, segundo o autor, que a Geografia Moderna se constitui, em meio às teorias racialistas do período que, de acordo com Ratts (2010), podem ser identificadas no pensamento de geógrafos como Ratzel, La Blache, Reclus e, posteriormente, Max Sorre. “Raça e etnia eram noções de ampla utilização na geografia tradicional e podem ser encontradas nos livros didáticos que se coadunam com suas ideias” (RATTS, 2010, p. 127). O autor amplia essa reflexão em artigo do Boletim Paulista de Geografia (2020), no qual evidencia, nas obras desses geógrafos, o interesse pela diferenciação de populações e localidades “[...] conformando o projeto moderno-colonial geográfico que se assemelha ao antropológico” (RATTS, 2020, p. 9). Assim, ao mesmo tempo em que buscavam afirmar seu campo disciplinar como ciência, os/as geógrafos/as contribuía(m) para a construção de uma ideologia que exerceria grande influência sobre a forma como a humanidade lida com seres brancos e negros, uma ideologia geográfica de viés racista que se inseriu de forma sistemática no imaginário social, ainda que não sem questionamentos.

Ao realizar uma análise sobre a Geografia do período, Capel (2010) destaca que não foram apenas as demandas do Estado que levaram os geógrafos a realizar expedições patrocinadas pelo governo e pela burguesia europeia para estudar os países coloniais, mas também o interesse das comunidades geográficas em demarcar o seu território na ciência dita moderna. Assim, conforme o autor, a existência dessas comunidades está intimamente vinculada à expansão colonial; além disso, o determinismo geográfico

encontrou nelas um campo fértil. Ao propor uma análise sobre as noções de raça e meio em Ratzel e La Blache, Cirqueira (2015), apoiado em Ruy Moreira, explica que os dois são os principais representantes de duas perspectivas que surgiram na geografia europeia do final do século XIX: a Geografia Regional, na qual a região é compreendida como a unidade entre o físico e o humano; e a Geografia da Civilização, cujo principal expoente é Ratzel, e que se firma no discurso da relação entre o homem e o meio. O período é marcado por uma forte influência da publicação de “A origem das espécies”, de Darwin, em 1859.

Na análise de Cirqueira (2015), é principalmente nesse processo que os/as geógrafos/as tomam parte nas discussões sobre a diversidade e a diferença, e que as noções de raça e meio passam a ser amplamente utilizadas. Ao adentrar nesse debate, o autor faz uma ressalva: seria reducionista afirmar que Ratzel ou La Blache são puramente deterministas ou possibilistas, pois esse enquadramento não dá conta da complexidade de suas produções; no entanto, é possível perceber em seus discursos que tais geógrafos “incorporaram” alguns elementos do processo de expansão colonial europeia no qual, nas palavras do autor, “as diferenças foram tornadas desigualdades e hierarquias a priori” (CIRQUEIRA, 2015, p. 47).

Essa ressalva é importante para a perspectiva que estamos adotando nesta discussão, pois evidencia que, ainda que esses dois autores possam ser considerados como agentes do processo de criação e reprodução da ideia de raça como um elemento organizador das relações humanas, não devemos imaginar que essa ação foi realizada por eles de forma teleológica; e isso não prejudica nossa análise. A questão aqui não é apontar personagens que teriam agido de forma mecânica como operadores do racismo – apesar de ser importante localizar histórica e geograficamente a origem do discurso sobre raça; e demarcar o posicionamento de seus autores na estrutura gênero/raça –, pois o que nos interessa é de fato compreender como esse processo ocorreu e aqui retomamos a noção de ideologia como um elemento importante a se considerar. Ainda que Cirqueira (2015) não tenha trabalhado com o conceito, é possível encontrar elementos da noção de ideologia em seu raciocínio sobre Ratzel e La Blache.

2.4 As comunidades científicas e a questão racial na Geografia

Ao estudar o desenvolvimento da ciência geográfica, Capel (2010) propõe a tese de que a institucionalização universitária dessa disciplina não se deve apenas ao fato de

ela oferecer conhecimentos importantes ao imperialismo europeu, mas também à presença da Geografia no ensino básico. O autor apoia-se em estudos que apontam que a Geografia se desenvolveu como ciência para a formação de professores, e busca demonstrar que, em diferentes países da Europa, as comunidades de geógrafos agiram institucionalmente e junto à sociedade para garantir o seu lugar na Universidade. Capel (2010) cita como caso emblemático a Itália, onde ele identificou uma relação direta entre o surgimento de uma comunidade científica de geógrafos e a inclusão da geografia nos diferentes níveis de ensino.

Segundo o autor (2010.), na tentativa de integrar os programas de ensino, os geógrafos e, principalmente, a Sociedade Geográfica Italiana, buscaram substituir comunidades “rivais” transformando a Geografia em uma ciência que sintetizava diversos conhecimentos e servisse como um ensino introdutório a outras disciplinas. Cientes de que possuíam o “poder” de contribuir para a formação do sentido de nação, os geógrafos, segundo Capel, usaram esse argumento para favorecer o processo de institucionalização da Geografia.

A comunidade dos geógrafos é um exemplo de uma comunidade científica construída a partir de fatores claramente sociais, e não como resultado de necessidades específicas do conhecimento científico. Após um período em que a geografia entrou em profunda crise, sofrendo um processo de desvalorização relacionado com o aparecimento de ramos científicos mais especializados, a presença dessa ciência nos programas de ensino primário e secundário gerou, desde meados do século XIX, uma necessidade de professores de geografia, a qual provocou, por sua vez, a institucionalização universitária de tal ciência. (CAPEL, 2010, p. 78)

A análise de Capel desvela o papel das dinâmicas que ocorrem no interior de uma comunidade científica, no processo de desenvolvimento da ciência. O que queremos evidenciar aqui, com foco na abordagem da temática racial na Geografia, é que os fatores que determinam se um tema será considerado algo a ser estudado por uma comunidade de cientistas, assim como a forma como esse tema será estudado, ou seja, a definição de um paradigma ou de uma matriz disciplinar, não é algo que decorre de elementos puramente “científicos”, mas de disputas de poder nas quais comparecem elementos da subjetividade dos cientistas, que por sua vez é informada pelo contexto social em que os sujeitos estão inseridos. No caso brasileiro, a atualidade desse tema transparece em um discurso proferido por Milton Santos, quando o geógrafo recebeu o título de Professor Emérito da Universidade de São Paulo (USP), em 1997.

Na ocasião, Milton Santos discorreu sobre os efeitos da instrumentalização da ciência no trabalho intelectual. Essa instrumentalização, segundo o geógrafo, pode ser vista em situações como as imposições do mercado, da militância, da pressa, da política e da carreira por meio da burocracia acadêmica e do “carreirismo”, que tornam-se uma barreira à prática do pensamento crítico e à inovação. “Como encontrar o novo?”, Milton Santos (1997, p. 20) questiona. E mais ainda, como realizar esse movimento no contexto nacional: “Como fazê-lo no Brasil, onde a vida intelectual ainda está organizada em torno de clubes, de clãs e do enturmamento [...]” (1997 p. 20). Compreendemos que, em uma “ciência social” como a geografia, é importante não fazer concessões ao mercado, mas ao recusar o saber militante, pautas como a própria questão racial (assim como gênero e sexualidade) ficam de fora e deixam a ciência geográfica distante de temas sociais relevantes como territórios indígenas e quilombolas, segregação racial, diferenças e desigualdades de gênero no espaço. Nos anos 1980 e, mais ainda, na década seguinte, a questão da terra foi introduzida e se ampliou, muitas vezes em correlação com movimentos agrários, mas não os territórios étnicos.

Apontando possíveis caminhos, o geógrafo propõe que os cientistas brasileiros não se deixem levar pela “sedução pelo estrangeiro”, principalmente no que diz respeito à ciência europeia e estadunidense, e busquem uma interpretação do mundo a partir do “nosso lugar”. Milton Santos alerta ainda para a importância de que a Universidade brasileira se volte para as questões específicas do país. “[...] quem sabe um dia a Universidade de São Paulo vá se mostrar clara e ativamente interessada, por exemplo, na questão negra deste País” (SANTOS, 1997. p. 18).

Trazemos o discurso de Milton Santos, com certo exagero de citações, porque o geógrafo é um epistemólogo da geografia e sintetiza alguns dos argumentos que buscamos desenvolver neste capítulo. Milton Santos assume que a prática científica é socialmente organizada, aponta elementos que evidenciam esse aspecto, dando ênfase ao papel das comunidades científicas; e ainda apresenta uma crítica sobre os efeitos disso na definição das matrizes disciplinares da ciência brasileira, chamando a atenção para a falta de interesse dos/as cientistas pela temática racial. A partir de tais apontamentos, direcionaremos agora a nossa análise à Geografia brasileira, com foco principalmente no papel das instituições e das associações de geógrafos no processo de institucionalização dessa disciplina para, em seguida, problematizar o lugar da temática racial ao longo desse processo.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi criado em 1838, na esteira de um movimento que ocorria internacionalmente, com epicentro na Europa, de expansão das sociedades geográficas. Conforme aponta Capel (2010), esse movimento está intimamente relacionado à expansão colonial e teve início com a fundação, ainda em 1788, em Londres, da African Association for Promoting the Discovery of the Interior Parts of Africa, que em 1830 se tornaria a Royal Geographical Society of London (RGS).

Com um interesse particular pelo continente africano, a RGS concedeu medalha de ouro ao eugenista Francis Galton¹⁶ como honraria por suas explorações realizadas na África do Sul entre 1850 e 1852 (CASTEL, 2010). Ainda entre as primeiras sociedades geográficas fundadas estão a de Berlim (1828) e a de Paris (1865). Em 1876, conforme descreve Moreira (1981), ocorreu em Bruxelas a Conferência Internacional de Geografia, convocada pelo rei belga Leopoldo II¹⁷, com a presença de geógrafos representantes das sociedades geográficas de vários países.

A Conferência de Bruxelas revelará o papel que sempre estivera reservado à geografia e suas instituições, e as razões por que se tornara um saber de grande prestígio junto aos governos. Por isto, não deixará de ser outro o desdobramento da reunião internacional de sociedades geográficas: a criação da Associação Internacional Africana (AIA), entidade que pouco mais tarde transformar-se-á na Associação Internacional do Congo (AIC). (MOREIRA, 1981, p. 8)

À época de criação do IHGB (1838), o Brasil passava por um processo de formação de uma elite intelectual, que ocorria no bojo das transformações resultantes da chegada da Corte Portuguesa. Segundo Sanchez (2003), esse foi um período que privilegiou o nascente grupo nacional de intelectuais, com a criação de instituições como a Biblioteca Nacional (1810), Escolas de Direito de São Paulo e Olinda (1828), Colégio Pedro II (1838) e o IHGB.

¹⁶ Primo de Charles Darwin, o inglês Francis Galton se inspirou na obra “A origem das espécies” (1859) para aplicar a noção de “seleção natural” aos seres humanos, o que o levou a ser considerado o criador da Eugenia, assim definida por TEIXEIRA e SILVA (2017, p. 63): “Como ciência, seu foco era o estudo da herança biológica de características físicas e não físicas dos seres humanos. Sua má reputação vem, principalmente, dos movimentos sociais que se espalharam durante o século 20, especialmente o holocausto nazista. O ideário eugenista permanece vivo hoje em dia, especialmente devido à ideologia do determinismo biológico, que está presente nas modernas tecnologias relacionadas à reprodução humana, a chamada “reprogenética.””

¹⁷ O rei belga Leopoldo II comandou a empreitada genocida e escravista no Congo entre 1895 e 1908. Na Conferência Internacional de Geografia, sediada em Bruxelas, em 1876, foi proposta uma expedição com vistas à exploração da África Central, até então pouco conhecida pelos europeus.

Na análise de Sanchez, a fundação do IHGB consolidou um processo de formação de uma elite letrada no Brasil, uma comunidade formada por um número limitado de sócios selecionados de acordo com critérios como possuir obras publicadas e ser próximo ao governo central. “[...] Os seus fundadores idealizavam para ele uma posição de referência em relação à construção do passado do país” (SANCHEZ, 2003, p. 23). Segundo o autor, mais de 50% dos membros do IHGB pertenciam à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), voltada principalmente para o incentivo ao desenvolvimento agrícola. Isso indica, na análise de Sanchez, uma baixa especialização entre os membros do grupo. Talvez por isso, não se encontra muitas referências ao IHGB entre os estudos que buscam traçar a história da Geografia no Brasil.

José Borzacchiello da Silva (2003) data a institucionalização do saber geográfico no País a partir da criação do curso de Geografia na Universidade de São Paulo (USP), em 1934, mesmo período em que foi criada a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB). O autor destaca, no entanto, que essa institucionalização acadêmica se deu atrelada às dinâmicas que ocorriam no âmbito do Estado, o que se revela na criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1936.

Segundo Silva (2003), o IBGE teve grande importância para a consolidação da disciplina, pois evidenciou a necessidade dos saberes geográficos para o estudo e a gestão do território brasileiro. Na análise do autor, a relevância do IBGE no processo de institucionalização da Geografia evidencia que, desde que a disciplina adquiriu no Brasil o status de ciência, ela esteve atrelada aos interesses estatais e sempre se beneficiou dessa relação. Assim, vemos que, apesar de essa institucionalização universitária ter ocorrido após um século da criação do IHGB, permaneceu a herança de uma Geografia cuja prática científica é fortemente influenciada pelo contexto social, principalmente pelas necessidades do Estado. Em sua análise, Silva (2003) compreende que a Geografia sofreu um “uso abusivo” por parte dos Estados e, no caso brasileiro, isso se constituiu em um impedimento às análises mais críticas sobre a nação.

No caso brasileiro, o uso ideológico da Geografia, especialmente a veiculada nos livros didáticos, favorecia e reforçava uma visão idílica, impedindo e ou retardando uma análise mais crítica do país. Nesse mister, inscreve-se a visão da formação do Estado brasileiro, a questão da etnia encobrindo muitas vezes a perversão que foi o escravismo e tentando, muitas vezes, incutir a ideia de uma democracia racial. (SILVA, 2003, p. 97)

A referência de Silva ao envolvimento da Geografia no processo de “encobrimento” da questão racial brasileira é interessante porque ajuda a compreender um movimento que alguns/as geógrafos/as negros/as buscam desvendar na atualidade: como a raça, que já foi um tema central, tornou-se algo pouco debatido nessa disciplina? Cirqueira (2015) chama a atenção para o fato de que a Geografia que hoje conhecemos como Geografia Moderna se definiu em meio ao processo de produção da ordem colonial e, portanto, tem como marca a colonialidade. O geógrafo, com base em Aníbal Quijano, afirma que o que se conforma a partir do fim do século XIX é uma Geografia Colonial-Moderna.

[...] É nesse contexto que as noções “científicas” do determinismo geográfico e a raça foram bastante operadas no interior do pensamento científico europeu, conseqüentemente, no pensamento geográfico; o que dá as dimensões dessa Geografia colonial-moderna.

Essas categorias reforçam o ethos colonial dessa disciplina, pois, desde a chegada dos europeus nas Américas no século XVI, a diversidade e a diferença (entre “os homens” e entre os ambientes) tornaram-se um tema constante de debate e reflexão, que perpassou a visão de mundo (religião, filosofia, política, ciência etc.) ocidental europeia. (CIRQUEIRA, 2015, p. 45)

Cirqueira (2015) analisou o tema em sua pesquisa de doutorado, intitulada “Inscrições da Racialidade no Pensamento Geográfico (1880 - 1930)”; com foco na produção de alguns pensadores brasileiros e estrangeiros do período entre a formação da primeira república e a pré-institucionalização da Geografia no Brasil. O geógrafo parte da constatação de que a questão racial é um tema rarefeito na Geografia do final do século XX e início do XXI para se questionar: “[...] como um tema tão caro para o entendimento do “corpo da nação” (povo, território e história nacional) esteve tão distante da Geografia universitária nos últimos anos?” (CIRQUEIRA, 2015, p. 2). Em sua pesquisa, o autor identifica uma forte presença do discurso geográfico acerca da questão racial no processo de construção de um sentido de nação para o Brasil, inclusive na produção de pensadores de outras áreas que acionam uma “dimensão geográfica” – ou poderíamos chamar de ideologias geográficas – em seus discursos sobre a nação, produzindo leituras “geografizadas”.

Retomamos aqui a discussão sobre a construção de ideologias geográficas de viés racista na Geografia. Silva (2003) confere, em sua análise sobre a institucionalização dessa disciplina no Brasil, um importante papel às comunidades de geógrafos, principalmente à AGB e à Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia

(ANPEGE). Com base nas considerações de Capel sobre as comunidades científicas, Silva afirma que, em um contexto em que essas comunidades adotam estratégias para manter o seu território na ciência, tais estratégias podem ser detectadas por meio de sua produção científica e, nessa perspectiva, a Geografia produzida é uma expressão dos membros de sua comunidade, que imprimem nela seus acordos e conflitos.

Conforme indicaremos mais adiante, a maior parte dos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil está localizada na região Sudeste. Além disso, Flávia Rios e Luiz Mello (2019), analisando os dados do Censo da Educação Superior 2018, constataram que o grupo de docentes de nível superior no Brasil é basicamente formado por homens com idade média de 40 anos; e apenas 16,4% desses professores são pessoas autodeclaradas negras (2% são pretas e 14,4% são pardas). Esses dados indicam que a comunidade de geógrafos, assim como a comunidade científica brasileira em geral, tem pouca diversidade regional, de gênero e de cor/raça.

Considerando o exposto anteriormente sobre o processo de escolha dos problemas de pesquisa de uma disciplina e de como esses problemas serão estudados, os conflitos internos expressos pela comunidade de Geógrafos em sua produção científica dificilmente abordarão os chamados “temas da diferença”, pois estes não estão no horizonte próximo de um grupo tão homogêneo¹⁸. Esse é um dos motivos que nos levam a crer que a entrada de pessoas negras no ensino superior, principalmente após adoção de ações afirmativas como as cotas nas Universidades públicas, é capaz de causar fissuras nessa estrutura, lançando luz a temas para os quais os/as geógrafos/as deixaram de olhar, como a questão racial.

Continuando sua análise sobre a história da Geografia brasileira, Silva (2003) afirma que, após a Segunda Guerra Mundial, o Estado foi aos poucos perdendo espaço para a academia no que tange à produção científica¹⁹. Na avaliação do autor, a ciência

¹⁸ Ao realizar uma crítica ao modo como a ciência social brasileira aborda a questão étnico-racial, Clóvis Moura (1988) chama atenção para o fato de que os estudos desta tradição não acessam a essência do problema, resultando em uma ciência sem práxis. Na avaliação do autor, tais estudos são mediados por preconceitos acadêmicos que transparecem uma “ideologia racista racionalizada”, resíduo de uma superestrutura escravista. Moura (1988) relaciona tais elementos à origem da intelectualidade brasileira, herdeira de uma tradição na qual a classe de proprietários enviava seus filhos para estudar na Europa. “Esta subordinação ideológica desses pensadores sociais demonstra como as elites brasileiras que elaboram este pensamento encontram-se parcial ou totalmente alienadas por haverem assimilado e desenvolvido a ideologia do colonialismo” (1988, p. 25).

¹⁹ No mesmo período, conforme narra Clóvis Moura (1988), após a Segunda Guerra Mundial, a Unesco encomendou um estudo sobre as relações raciais brasileiras, com o objetivo de investigar a “democracia racial” que se afirmava existir no País. Os resultados do estudo, no entanto, evidenciaram que o Brasil é um país extremamente racista. “Constatou-se que o brasileiro é altamente preconceituoso e o mito da

geográfica, no momento da publicação do texto (2003) vive “os seus melhores momentos” (2003, p. 99). Lembremos, no entanto, que Cirqueira (2015) chama atenção para o fato de que é entre as duas últimas décadas do século XX e primeira década do século XXI que se evidencia um processo de distanciamento dos/as geógrafos/as em relação à questão racial. Segundo Silva, a proliferação de cursos de graduação (licenciatura e bacharelado) no País, assim como as especializações e, mais recentemente, a pós-graduação, consolidaram a superação de uma fase de produção científica oficial, controlada principalmente pelo IBGE.

No período após a Segunda Guerra Mundial, prossegue Silva (2003), adquirem centralidade as comunidades de geógrafos, principalmente a AGB e a ANPEGE. A independência dos cientistas desta área em relação ao Estado ocorre no mesmo processo em que o grupo se fortalece como comunidade. Os/as geógrafos/as adquirem mais autonomia para definir quais são os temas de interesse da ciência geográfica e como abordá-los. É de se esperar que a disciplina se volte, nesse momento, para os temas nacionais, e que a questão racial adquira importância no bojo desse movimento, mas não foi o que ocorreu. A herança colonial na Geografia não apenas permaneceu, mas também se atualizou. “Infelizmente, a Geografia, nos últimos anos, ainda não conseguiu elaborar um discurso sobre o Brasil nos moldes dos já elaborados por outras áreas do conhecimento” (SILVA, 2003, p. 99).

De fato, no momento em que os/as geógrafos/as se propuseram a realizar uma crítica à ciência geográfica, com o desenvolvimento da corrente chamada Geografia Crítica, a partir dos anos 1970, a questão racial não apenas foi pouco debatida como, conforme aponta Ratts (2010), sofreu um processo de “quase desaparecimento” frente à primazia da classe social como elemento central de determinadas correntes do marxismo. “[...] mesmo se tratando de uma sociedade como a brasileira em que as relações de trabalho restauraram uma forma pré-capitalista de produção como o escravismo [...]” (RATTS, 2010, p. 128). O movimento de renovação da Geografia por meio da Geografia Crítica, conforme aponta Silva (2003), foi impulsionado principalmente pela AGB. O autor afirma que, a partir de 1978, a Geografia brasileira passou a viver um momento de grande revolução paradigmática, com sérias rupturas teóricas.

O que verificamos, no entanto, com base em autores como Cirqueira (2015), Porto Gonçalves (2013) e Ratts (2010), é que esse movimento não rompeu com os elementos

democracia racial é uma ideologia arquitetada para esconder uma realidade social altamente conflitante e discriminatória no nível de relações interétnicas” (Id., p. 30).

de colonialidade presentes na Geografia desde a sua institucionalização; parece ter ocorrido apenas uma atualização²⁰ dessa colonialidade, ainda que com alguns pontos dissonantes: entre 1978 e os anos 2000, vários/as geógrafos/as se envolveram, na prática e na teoria, com movimentos sociais (moradia, terra, ambiente), e isso representou um avanço em relação aos períodos anteriores. No entanto, outros movimentos (negros, indígenas e feministas) não receberam a mesma atenção.

Na Geografia Crítica, percebe-se uma preferência pelo estudo de determinados sujeitos e movimentos sociais, a exemplo daqueles ligados ao campo e ambientais, e quase nenhum interesse pela questão racial. Os/as geógrafos/as não observaram o caráter estrutural da raça, ainda que, na mesma época, houvesse teóricos produzindo sobre o tema a partir de uma perspectiva crítica, a exemplo de Clóvis Moura (1988) e Lélia Gonzalez (1988) na Sociologia. O próprio Milton Santos (1987) evidenciou a situação de exclusão da população negra brasileira na educação e no mercado de trabalho ao tratar das “cidadanias mutiladas”, indicando a importância de se fazer uma leitura dessa desigualdade a partir da variável raça.

O contexto histórico da virada crítica na Geografia foi marcado por um aumento na produção de estudos sobre a situação dos negros no Brasil no campo das Ciências Sociais. Pesquisas como a de Hasenbalg (1979), que publicou sua tese de doutorado com o título “Discriminação e desigualdades raciais no Brasil”, evidenciaram a necessidade de uma re colocação da questão racial nas interpretações sobre a sociedade brasileira. Além disso, durante a redemocratização, os movimentos sociais ressurgiram levantando diversas pautas que evidenciavam a complexidade das relações sociais brasileiras. O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU) foi criado no Brasil em 1978, o que representou um marco na organização política da população negra brasileira. Os Estados Unidos viviam a repercussão do Movimento pelos Direitos Civis dos Negros, ocorrido entre os anos 1950 e 1960; e o Partido dos Panteras Negras para Autodefesa (um partido político marxista-leninista²¹) desvelava o racismo arraigado na maior potência mundial, evidenciando que, assim como mostraram os jacobinos negros

²⁰ Milton Santos ([1978] 2004, p. 36), ao fazer uma crítica ao conceito de “gêneros de vida”, retomado pela Geografia Cultural, afirma que “As velhas ideias em Geografia têm vida longa e frequentemente são abandonadas só para reaparecerem mascaradas sob uma outra forma”.

²¹ Stokely Carmichael, ativista negro estadunidense, foi Primeiro-Ministro Honorário do Partido dos Panteras Negras e já nos anos 1960 abordava em seus discursos o caráter estrutural do racismo. Em sua fala no Congresso Dialética e Libertação, realizado em Londres em 1967, Carmichael abordou a articulação entre racismo e capitalismo no processo imperialista colocado em curso pelos Estados Unidos contra o “Terceiro Mundo”. (CARMICHAEL, 1967 [2018], p. 15)

na Revolução Haitiana, o liberalismo promove a liberdade de alguns por meio da opressão de muitos, e que os papéis nesse cenário são definidos pela interpretação sobre a cor da pele.

O continente africano vivia os efeitos dos diversos processos de descolonização por meio de revoluções ocorridas nos anos 1960. Conforme explica Manoel (2019), lideranças desses movimentos como Amílcar Cabral (Guiné-Bissau), Thomas Sankara (Burkina Faso), Agostinho Neto (Angola), Kwame Nkrumah (Gana) e Samora Machel (Moçambique) produziram reflexões sobre a necessidade de que a luta fosse além da independência das colônias e se pensasse um novo modelo de sociedade, fora do capitalismo, fazendo o movimento teórico-analítico que a comunidade de geógrafos/as críticos/as brasileiros foi incapaz de fazer: se apropriar do pensamento marxista para pensar a realidade local, onde a raça é uma questão evidente.

No Brasil, em 1982, Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg publicaram a obra “Lugar de Negro”, classificada por Pereira (2018, p. 67) como “um marco da enunciação que surgia no meio negro militante”, em referência aos esforços desses dois teóricos para promover a discussão sobre a articulação raça/classe. Sobre a obra, Ratts (2011) destaca que se evidencia, na escrita de Lélia Gonzalez, um pensamento geográfico. A autora postula que, sobre as condições de existência da população negra no Brasil, é possível identificar, na história do desenvolvimento econômico do País, uma reinterpretação da teoria do lugar natural, de Aristóteles.

Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. (GONZALEZ, 1982, p. 15)

A autora também apontou a necessidade de construção de um pensamento social voltado para as especificidades da formação histórico-cultural brasileira, e cunhou a categoria “Amefricanidade” como elemento teórico que mobiliza os aspectos da herança africana presentes nos países colonizados da América Latina. Na análise da autora, o racismo latino-americano se sustenta por meio da alienação dos povos em relação às opressões raciais, mantendo negros e indígenas nas classes mais exploradas “graças à sua

forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento” (GONZALEZ, 1988, p. 73).

Lélia Gonzalez abordou os efeitos dessa ideologia na produção científica brasileira, o que se manifesta, segundo a autora, na pouca adesão aos escritos de grandes teóricos negros, a exemplo de Abdias do Nascimento “cuja rica produção [...] não é reconhecida por muitos de seus irmãos e absolutamente ignorada pela intelectualidade “branca” do país” (1988. p. 75). Nesse ponto, o pensamento de Lélia Gonzalez se articula com a argumentação que vínhamos construindo sobre o racismo como uma ideologia (ALMEIDA, 2018) e seus efeitos nas comunidades científicas. O que estamos tentando evidenciar aqui é que não faltavam teóricos propondo formas de abordar a questão racial no Brasil a partir do pensamento crítico durante a “virada crítica” e a sua consolidação no País. Torna-se cada vez mais evidente a questão apontada por Cirqueira (2015) em sua tese de doutorado: se a Geografia está em toda parte, onde está a questão racial na Geografia?

2.5 Ciência, sociedade e definição de campos epistemológicos

Porto-Gonçalves (2013) avalia que a ciência dos últimos 40 anos tem sido desafiada por diversos processos; no caso das ciências humanas, os paradigmas hegemônicos são questionados por movimentos como os de combate ao racismo, ao sexismo e à LGBTfobia. “As ciências humanas, inclusive as ciências híbridas como a Geografia, não estavam preparadas para a emergência desses movimentos” (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 9). Nosso entendimento é de que a comunidade hegemônica de geógrafos/as brasileiros/as não se interessou pela questão racial por uma multiplicidade de fatores que exprime a complexidade do racismo. No entanto, sendo o racismo estrutural e ideológico, a comunidade de geógrafos/as não o vê como um problema social, muito menos um problema geográfico. Caso vissem, os/as geógrafos/as teriam também que voltar os olhos para si, para a composição racial, social e epistêmica do conjunto de docentes e, sobretudo, da pós-graduação.

Por outro lado, as pesquisas de pós-graduação que analisamos neste estudo, realizadas por geógrafos/as negros/as, evidenciam que um grupo cada vez maior vem provocando a comunidade de geógrafos/as a considerar a questão racial como objeto de estudo. Nos padrões utilizados por Kuhn ([1962], 2009) para analisar a estrutura das

revoluções científicas, poderíamos afirmar que a questão racial é algo que a “ciência normal” não resolve: uma anomalia. O termo “anomalia” escolhido por Kunh ([1962], 2009), no entanto, nos coloca diante de algo que, a princípio, parece um paradoxo: Se seguirmos concordando com Almeida (2018), o racismo, como estrutural, faz parte do funcionamento normal da sociedade. Ele está inscrito no conjunto de normas e práticas culturais que regem uma comunidade.

O racismo como ideologia molda os ideais éticos e estéticos da nação. Como ele poderia, no campo da ciência, ser uma “anomalia”? A resposta a esta questão está no próprio modo de funcionamento do racismo, uma tecnologia de opressão que se atualiza e jamais se torna obsoleta. Como tecnologia de opressão, o racismo no Brasil, onde a população negra foi escravizada por mais de 300 anos, se manteve e se atualizou por meio da ideologia da democracia racial que naturaliza, por exemplo, o que Lélia Gonzalez apontou sobre a divisão racial do espaço e a invisibilização de teóricos/as negros/as nas ciências.

Como aponta Cirqueira (2015), quando não se distanciam da questão racial, os/as geógrafos/as brasileiros/as falam por meio de uma série de “suposições não-explicitadas” que se exprimem em afirmações/perguntas, as quais excluem ou desqualificam a questão étnico-racial, como por exemplo: “essa questão não tem uma dimensão espacial palpável no Brasil; a Geografia não tem cabedal teórico para abordar o tema; esse assunto não faz parte do leque temático da Geografia” (CIRQUEIRA, 2015, p. 3). Conforme o autor demonstra em sua tese de doutorado, e buscamos apontar aqui, nenhuma dessas afirmações se sustenta na realidade. Durante a realização desta pesquisa e em nossa própria trajetória acadêmica, deparamo-nos com algumas situações em que o questionamento sobre a geograficidade da temática racial ocorreu de forma verbal em ocasiões como seminários internos de programas de pós-graduação, congressos etc.

Curiosamente, no entanto, não é comum que este tipo de questionamento seja exteriorizado por meio de publicações acadêmicas, como artigos, por exemplo, onde tais discursos, além de serem registrados, poderiam circular. Verificamos que, o que Cirqueira (2015) define como “suposições não explicitadas” expressas por meio de afirmações/perguntas que excluem ou desqualificam a questão racial, são realizadas principalmente de duas formas: a primeira, mais explícita, ocorre por meio de comentários verbalizados em reuniões da comunidade de geógrafos/as, como bancas de defesa de trabalhos acadêmicos ou sessões de debates em eventos da comunidade geográfica; a segunda, mais complexa e velada, aparece nas entrelinhas de um suposto

“medo da fragmentação”, seja do espaço ou da ciência, o qual seria provocado pela inserção, na Geografia, dos chamados “temas da diferença”.

Este medo da fragmentação, o qual justificaria a não abertura para o debate racial, é expresso por alguns geógrafos epistemólogos em suas publicações. Apresentaremos dois exemplos. No primeiro exemplo, abordaremos o medo da fragmentação do espaço pela diferença: Paulo César da Costa Gomes, no livro “A condição urbana – ensaios de geopolítica da cidade” (2002), aponta o que ele nomeia como “progressão das identidades territoriais” como um dos processos que caracterizam o “recuo da cidadania”.

A noção de um espaço identitário, entretanto, é a negação do ideal de mistura e de respeito à diferença no qual se baseia o espaço público. Do ponto de vista conceitual, essas duas categorias possuem um estatuto de oposição absoluta; do ponto de vista concreto e físico, o aumento de territórios identitários significa uma diminuição dos espaços públicos da cidade. (GOMES, 2002, p. 182)

O autor constrói sua reflexão a partir de um entendimento sobre a diferença como um devir, como algo que pode ou não aparecer no espaço urbano sob a forma de uma afirmação de identidades sociais e que, *quando e se* aparece, pode ser compreendida como uma manifestação do recuo da cidadania, impondo a segregação onde antes havia “mistura”, para usar o termo aplicado por Gomes.

O espaço é, sob essa dinâmica, sempre objeto de conflitos, pois estabelecer um território de domínio de um grupo significa a afirmação de sua diferença em oposição aos demais. Esse fenômeno é também conhecido como *tribalização* e é em parte o responsável pela transformação da imagem da cidade contemporânea. Hoje, o espaço fragmentado nas divisões impostas por esses grupos de afinidade se ajusta ao que alguns geógrafos denominam de metrópole pós-moderna. Ela traduz a ideia de mosaico, de unidades independentes justapostas. Trata-se da própria negação do conceito anterior de cidade, unitária, coesa e hierarquizada por funções, classes ou usos, em benefício de uma noção de simples ajuntamento demográfico, a aglomeração. (GOMES, 2002, p. 182)

Nota-se que Gomes (2002) adota uma noção de cidadania sobre a qual cabem questionamentos, principalmente a respeito de sua aplicação à análise do Rio de Janeiro²², uma das metrópoles estudadas pelo geógrafo. Em que momento da história brasileira o Rio de Janeiro foi uma cidade “unitária, coesa e hierarquizada por funções”? A partir da leitura de Milton Santos ([1987] 2007) sobre cidadania, é possível compreender que, o que Gomes (2002) aponta como manifestação do recuo da cidadania é, na realidade, um dos efeitos da histórica negação da qualidade de cidadãos a alguns grupos, em uma sociedade que distribui a desigualdade segundo padrões de gênero, raça/etnia, classe

²² Sobre segregação racial no Rio de Janeiro, c.f. Guimarães (2015); Oliveira (2011); Campos (2006).

social e sexualidade. Em outras palavras, não há como recuar em um “espaço” que nunca existiu.

O que o autor caracteriza como afirmação de identidades sociais na cidade é, na realidade, efeito de um processo que invisibiliza sujeitos, colocando-os em lugares subalternos. Quando estes negam o lugar onde sua presença é naturalizada (as favelas, presídios, quartos de empregadas e elevadores de serviço), ocupando a cidade de outras formas, como comerciantes que montam suas bancas nas ruas das regiões onde o comércio é mais forte; ou como os grupos que descem as ruas das favelas e levam para as praias cariocas a violência que faz parte de seu cotidiano, as parcelas de sujeitos que ali estavam anteriormente, acostumadas à falsa ideia de coesão e unidade – que só existe para velar a exclusão estrutural deste espaço – se assustam e veem a sua cidadania ameaçada.

Como apontamos anteriormente, citando Kuhn ([1962] 2009), na ciência, o ponto de vista também é importante. Gomes evidencia que a diferença racial no Brasil não aparece em seu ponto de vista. Não é um dado considerado quando o pesquisador analisa os *arrastões*²³ nas praias do Rio de Janeiro, comparando-os com os *casseurs* da França, pois o autor afirma:

Assim, na França, o debate da inclusão social, por exemplo, associa-se hoje à religião, à etnia, dados que no Brasil não são nem mesmo relevantes. No Brasil, por outro lado, a compreensão da dinâmica do espaço público deve levar em conta as grandes distinções de renda, elemento fundamental que na França se apresenta de forma muito menos eloquente ou, pelo menos, de maneira mais sutil. (GOMES, 2002, p. 209)

A lacuna causada pela exclusão do elemento racial na análise empreendida por Gomes (2002.) se evidencia quando o geógrafo descreve a formação de diversos grupos que se organizam por “padrões de afinidade” e resultam em um “mosaico de grupos territorializados” na praia de Ipanema. Dentro da classificação desses grupos, proposta pelo autor, há definições/localizações como: No Arpoador, grupos provenientes da Zona Norte e das favelas do Pavão e do Pavãozinho; Em um trecho entre a rua Teixeira de Melo e a rua Fare de Amoedo, o grupo GLS [*sic*]; Perto deste, os lutadores de artes marciais, que fazem uso dos aparelhos de ginástica disponíveis no local; Na área mais frequentada, o Posto de Salvamento 9, diversos grupos formados por “frequentadores assíduos”, que jogam vôlei e delimitam espaços alinhando cadeiras e toalhas. Parte desse trecho é

²³ “Esses *arrastões* se constituem basicamente em um deslocamento rápido de uma massa de jovens sobre as areias da praia, criando alvoroço, choques e brigas rápidas entre as pessoas”. (GOMES, 2002, p. 192)

utilizado pelos usuários de maconha, “[...] extremamente comprometidos com a moda e com os signos de alto padrão de consumo” (GOMES, 2002, p. 255); e finalmente, no próximo trecho, as famílias com crianças. Gomes apresenta ainda outros níveis de classificação, como a separação das “galeras” ao longo dos postos de salvamento.

A classificação proposta pelo autor indica que ele se apoia em uma noção de diferença²⁴ desistoricizada que se aproxima do senso comum, a qual vincula as diferenças a questões de gostos, preferências e afinidades, deixando de considerar toda a complexidade desta categoria como elemento que estrutura as relações sociais (ALMEIDA, 2018), o que resulta em uma naturalização de certas desigualdades e, em última instância, provoca uma série de lacunas na argumentação que fundamenta a tese a respeito do que Gomes (2002) define como recuo da cidadania.

Silva (2000) define esta noção de diferença como vinculada a uma “perspectiva da diversidade”, fundada no multiculturalismo. Nesta abordagem liberal, segundo o autor, as diferenças são consideradas como dados ou fatos da vida social para com os quais devemos ter respeito e tolerância. Silva destaca, no entanto, que a identidade e a diferença são relações sociais sujeitas e vetores de força e relações de poder. “Elas não são simplesmente definidas, elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas (SILVA, 2000, p.81). Assim, se o pesquisador não viu, durante seu passeio pela praia de Ipanema, o marcador racial como elemento definidor do “mosaico de grupos territorializados” que ele descreve, podemos imaginar que esse mosaico é menos colorido do que ele fez parecer. Podemos pensar que alguns corpos sequer têm o direito de frequentar a praia e que, para os sujeitos portadores destes corpos, a cidadania nunca foi uma realidade e, portanto, não é algo que pode recuar.

O que procuramos evidenciar aqui é que, ao escolher desconsiderar a questão racial, como se esta fosse um dado “opcional” na análise da sociedade brasileira e, portanto, no espaço que ele se propõe a investigar, todo o estudo realizado por Gomes (2002) fica comprometido, na medida em que ele está fundamentado na noção incorreta de que há, no Brasil, uma democracia racial. A afirmação de que religião e etnia são elementos importantes no debate sobre inclusão social na França, mas não no Brasil, não

²⁴ No capítulo em que define o conceito de Genoespaço, o autor aborda a diferença como um discurso que funda a identidade comunitária: “Em outras palavras, a diferenciação se faz exagerando traços distintivos daquele grupo de pessoas e diminuindo a importância de todas as outras características comuns compartilhadas com os outros grupos. Sublinhar um nível de diferença significa que, a despeito do infinito patamar de diferenciação teoricamente possível, um limite será privilegiado, aquele que distingue o grupo dos demais” (GOMES, 2004, p. 60).

pode ser considerada apenas uma questão de ponto de vista, mas um equívoco que compromete o estudo empreendido pelo pesquisador, o qual, apesar disso, segue integrando bibliografias de disciplinas de pós-graduação e tem circulado no meio acadêmico sem que ninguém aponte esta distorção fundamental²⁵. Em Gomes (2002), vimos um exemplo de discurso geográfico em que aparece o “medo” da fragmentação do espaço – e, conseqüentemente, da cidadania – pela afirmação da diferença, o que está nas entrelinhas da negação da questão racial como um objeto de estudo da Geografia.

Passemos agora a um exemplo de situação em que a negação da temática racial aparece nas entrelinhas de um discurso de “medo” da fragmentação da Geografia: Suertegaray (2017), em um artigo sobre a questão do embate em torno da fragmentação ou totalização da Geografia, explica que esse debate ocorre de forma um pouco velada na atualidade. De fato, como afirmamos anteriormente, o questionamento de geógrafos/as sobre a abordagem dos chamados “temas da diferença” na Geografia dificilmente ocorre de forma escrita. Para iniciar sua discussão sobre o tema, Suertegaray explica que há uma diferença entre compartimentação e fragmentação. A compartimentação é um processo que fez parte da constituição da Geografia como ciência, quando foram estabelecidos os seus temas de estudo e definidos seus diversos “compartimentos”, a exemplo das noções de lugar, região etc, e das divisões da disciplina em Geografia Urbana, Agrária, Escolar, Física etc. A compartimentação é diferente de fragmentação porque mantém uma conexão entre o todo, segundo a autora. A fragmentação, por sua vez, está relacionada ao ato de dividir. “[...] as conexões são rompidas e a possibilidade de compreensão conjuntiva se torna impossível” (2017, p. 97).

A partir desta constatação, a autora se pergunta se os geógrafos estão tendendo à fragmentação de seu objeto de estudo, processo que estaria relacionado a um alto grau de pluralidade temática. Como exemplo dessa pluralidade, Suertegaray (2017) cita a Geografia Cultural, onde emergem temas como Cinema, Corporeidade, Cultura Visual,

²⁵ Em 2013, Gomes publicou um livro com o título “O lugar do olhar - elementos para uma geografia da visibilidade”, no qual analisa a visibilidade como fenômeno relacionado à espacialidade. A hipótese do autor é de que, o que é visto, depende, principalmente, do ponto de vista; ou seja, do lugar onde o observador está situado. A obra poderia contribuir para o debate que realizamos aqui sobre os pontos de vista na ciência. No entanto, conforme a crítica publicada por Leonardo Name (2017), com quem concordamos, há uma contradição na argumentação do autor quando este realiza uma diferenciação entre “análises artísticas” e “análises políticas” de imagens, atribuindo às segundas o título de arbitrárias pois apenas estas estariam fundamentadas em ideologias. Entendemos que, ao fazer tal distinção, Gomes (2013) faz parecer que existe um ponto de vista isento de subjetividade (as análises artísticas), ou seja, desistoricizado, ao mesmo tempo em que subestima as análises que buscam evidenciar as relações de poder imbricadas nos regimes de visibilidade. Ironicamente, a obra confirma mais uma vez o quanto a teorização elaborada por Gomes (2013) está limitada por seu próprio ponto de vista.

Cultura Caipira e Espaço Literário. A fragmentação estaria ocorrendo ainda em relação ao próprio objeto de estudo da Geografia, o espaço, que passa a ser lido a partir de diversas concepções: espaço natural, espaço social, espaço vivido etc.

Esta pluralidade de temas promove a fragmentação da ciência Geográfica? Ao buscar responder a esta questão, a autora verifica que há, na atualidade, uma perspectiva multitemática vinculada à pós-modernidade, a qual, para o campo disciplinar da Geografia, resultou em transformações como a emergência dos enfoques culturais; a diversidade de temas; a diversificação da construção conceitual de acordo com a perspectiva de abordagem, a exemplo das diferentes concepções sobre o espaço, o território, o lugar, a região etc.; a ruptura da construção de metateorias explicativas e o retorno ao estudo do singular e do diferenciado.

A compreensão das diferenças étnico-raciais, no âmbito cultural dos modos de vida e do cotidiano, sem considerar muitas vezes a relação entre questões étnico raciais e desigualdades socioeconômicas é abordada muitas vezes (esta não é uma regra geral) de forma fragmentada. Elaborada por vezes através de análises antropológicas “descritivas” ou mesmo empiristas, revela espaços opacos, mas, por vezes, não responde, explicitamente, pelas razões dessa opacidade no e com o espaço geográfico. Muitas dessas análises engajam-se nas lutas através de movimentos sociais contemporâneos; nesses casos o reconhecimento do cotidiano de opressões, desigualdades e diferenças compõe a energia para a transformação do espaço real, sem dúvida expressando uma ação geográfica. Essa ação, para ser totalizante, certamente estará em constante processo de reflexão e avanço na práxis. (SUERTEGARAY, 2017, p. 99)

Segundo a autora, o embate coloca em lados opostos os/as geógrafos/as que consideram a fragmentação como uma possibilidade analítica ampliada, e aqueles/as que entendem como fundamental a necessidade da perspectiva totalizante. Apesar disso, prossegue Suertegaray, o abandono das metateorias de explicação mais universal e a valorização de uma perspectiva fragmentada não significa, necessariamente, uma despreocupação com a totalidade na explicação das questões geográficas contemporâneas.

A partir das discussões apresentadas por Suertegaray (2017), podemos concluir que a multiplicidade de temas que ocorre atualmente na Geografia é um resultado do contexto socioespacial atual, conforme Ratts (2010) explica ao abordar o aparecimento político de sujeitos negros, quilombolas e indígenas no cenário nacional, o que, segundo o geógrafo, marcou o debate público e os estudos acadêmicos a partir dos anos 1970. O aparecimento político (RATTS, 2010) desses sujeitos na esfera pública deveria ser considerado motivo suficiente para que os/as geógrafos/as se interessassem pelo tema. O debate, portanto, não deveria ser sobre “se” o tema deve ser abordado, e sim sobre “como”

ele deve ser abordado. A compreensão de que a abordagem de novos e diversificados temas na Geografia causa prejuízo à disciplina não revela apenas um conservadorismo, mas a reprodução de um discurso que nega as diferenças e seu papel na organização das desigualdades (ALMEIDA, 2018).

Além disso, compreendemos que, no Brasil, país que tem sua formação social marcada pelo racismo (CIRQUEIRA, 2015), uma Geografia que nega a importância da temática racial não pode ser considerada como uma epistemologia totalizante, e sim incompleta. Há, portanto, no debate sobre uma suposta fragmentação causada pela multiplicidade temática, uma inversão que funciona como elemento mantenedor da ideologia da democracia racial.

Outra maneira pela qual se mantém o racismo como ideologia racial na ciência é o mecanismo que Sueli Carneiro (2018) denomina como “neodemocracia racial”: o processo em que o mercado, o governo, as empresas, os meios de comunicação – e podemos incluir a academia – se apropriam de um projeto político que deveria ser do Movimento Negro: o combate ao racismo; e passam a pautar esse debate de acordo com os seus interesses. O Brasil tem cerca de 20 anos de ações afirmativas para negros em universidades públicas. Nesse período, conforme apontaremos mais adiante, observou-se um aumento no número de pesquisas sobre a questão racial, inclusive na Geografia, mas a forma como o tema tem sido abordado, exceto em alguns casos em que os/as pesquisadores/as são sujeitos realmente interessados em promover uma ciência antirracista, esses estudos deixam a desejar. Sobre esse aspecto, há que se observar ainda que, após ingressar na Universidade, o/a estudante negro/a se depara com uma série de contingências que podem constrangê-lo a adotar a postura de *insider* (COLLINS, 2016), abandonando a possibilidade de produzir conhecimento a partir de um ponto de vista especial, marcado por suas experiências como sujeito negro para se adequar ao que se apresenta como um “perfil de cientista”.

No contexto de neodemocracia racial (CARNEIRO, 2018), os grupos hegemônicos admitem realizar o debate sobre o racismo, desde que sejam eles quem determina as direções e os limites desse debate. O racismo como uma ideologia permanece e apenas se atualiza. Na Geografia brasileira, um movimento que surgiu com a proposta de dar maior centralidade aos sujeitos, em contraponto às macro análises da Geografia Crítica, foi a chamada Virada Cultural. Ratts (2010) pontua, no entanto, que a Geografia Cultural deu pouco espaço aos temas relacionados aos negros, indígenas e outros grupos étnico-raciais, assim como mulheres e LGBTQ+. Os/as geógrafos/as

começam a olhar para as manifestações culturais afro-brasileiras, como as Congadas, mas sem uma abordagem mais crítica sobre o racismo. A grande mudança paradigmática anunciada por Silva (2003), ocorrida nos anos 1970, não rompeu com a colonialidade dessa ciência, apenas deixou de vislumbrá-la.

2.6 O espaço geográfico e a geograficidade da raça

Algo que torna ainda mais evidente que as “suposições não-explicitadas”, que excluem ou desqualificam a questão étnico-racial (CIRQUEIRA, 2015) como objeto de estudo da Geografia, não se apoiam em elementos científicos relacionados ao campo epistemológico da disciplina, é que, se analisarmos esse problema a partir do principal objeto de estudo desta ciência - o espaço geográfico - o ato de questionar a “geograficidade” da raça mostra-se irrazoável, principalmente quando praticado por geógrafos/as. Paulo Cesar da Costa Gomes (2009) narra que a ciência geográfica iniciou uma verdadeira revolução epistemológica a partir dos anos 1970. Nesse momento, os/as geógrafos/as, mais uma vez, se viram às voltas com uma questão que os assombra desde sua institucionalização: qual é o objeto de estudo da Geografia? O que qualifica um fenômeno como “geográfico”?

Encontrar um objeto para a Geografia corresponderia a salvar a disciplina de sua deriva, haveria a definição de novos rumos, a geografia se libertaria do classicismo e serviria à libertação social. O objeto da geografia, tal qual o Santo Graal, era procurado por grupos de pessoas unidas pelas promessas redentoras em torno de sua posse. Esse objeto “sacralizado” seria encontrado pelos bravos e somente os puros de espírito teriam sua guarda e, finalmente, sua descoberta anunciava muita paz e prosperidade e reconhecimento à ciência geográfica. (GOMES, 2009, p. 24)

Foi nesse momento que o “espaço” surgiu como o legítimo objeto de estudo dos/as geógrafos/as, que agora se viram diante de uma nova questão: o que diferencia a abordagem geográfica do espaço em relação à forma como as outras ciências veem esse elemento, a exemplo da Física? Segundo Gomes (2009), esse processo evidenciou que não basta, a uma ciência, dizer que um tipo de fenômeno faz parte de seu domínio. Era necessário dizer qual é a contribuição oferecida pela Geografia ao estudo desse fenômeno, o que foi respondido com a noção de “ordem espacial”.

Foi assim que denominamos a ideia de que há um arranjo físico das coisas, pessoas e fenômenos que é orientado seguindo um plano de dispersão sobre o espaço. Há coerência, lógicas, razões, que presidem essa distribuição. Há uma trama locacional que é parte essencial de alguns fenômenos. A análise dessa

trama locacional é a especificidade da ciência geográfica. Ela é relevante pois o ordenamento espacial de alguns fenômenos lhes é essencial. (GOMES, 2009, p. 25)

Assim, os/as geógrafos/as passam a se dedicar a explicar por que as coisas²⁶ estão nos lugares onde estão; a historicidade do espaço²⁷. Segundo Moraes (1991, p. 15), as formas espaciais são produtos históricos; o espaço produzido expressa as relações sociais que o originaram. Conforme explica Gomes (2009), o estudo dos arranjos espaciais impõe uma abertura dos/as geógrafos/as para o fato de que a explicação desse fenômeno se baseará em uma multiplicidade de conexões. Não há uma única ordem global que rege a dispersão dos elementos no espaço.

O autor usa como exemplo o estudo dos resultados das interações dentro de um bioma; a causalidade, nessa situação, não é a mesma que explica a densidade de população de uma aglomeração urbana. A partir de tais constatações, Gomes conclui que o que define o terreno da Geografia não é o anúncio da posse de um objeto de estudo, e sim o tipo de questão que essa ciência faz a um fenômeno. Milton Santos é um dos geógrafos que mais contribuíram para a elaboração de um pensamento geográfico sobre o espaço. O autor elaborou o conceito de formação sócio-espacial, que compreende como categorias interdependentes o modo de produção, a formação sócio-econômica e o espaço (CORRÊA, 2000). Os/as geógrafos/as, nessa perspectiva, se perguntam sobre a ordem espacial dos elementos. “A geografia existe em qualquer fenômeno em que haja uma ordem de dispersão espacial” (CORRÊA, 2000, p. 27).

É evidente que há uma ordem de dispersão espacial no fato de que, em Goiânia, 75% dos habitantes dos chamados “condomínios fechados” são brancos, sendo que em dois dos mais elitizados (Alphaville e Aldeia do Valle), 92% dos moradores são brancos, conforme verificou Ferreira (2014) em sua pesquisa de mestrado sobre diferenciação e segregação racial na capital. O mesmo pesquisador verificou que os bairros com maior população negra em Goiânia são aqueles com pior infraestrutura urbana e estão localizados nas regiões periféricas da cidade. Esse mesmo perfil²⁸ foi observado em

²⁶ Sodré (1976) lembra que uma proposição semelhante foi apresentada anteriormente por La Blache, que ao pensar o que seria o objeto de estudo da Geografia, afirmou que esta deve procurar compreender por que as pessoas estão onde estão.

²⁷ Em “O que é Geografia” (1981, p. 86), Ruy Moreira assim define o espaço geográfico: “É a “relação homem-meio” na sua expressão historicamente concreta. É a natureza, mas a natureza em seu vaivém dialético: ora a primeira natureza que se transforma em segunda, ora mais adiante a segunda que reverte em primeira, para mais além voltar a ser segunda. É a história em seu devir perpétuo. História na sua expressão concreta de dada sociedade. E espaço como resultante/determinante da história.”

²⁸ Esse perfil também é observado em outras capitais, em trabalhos como o de Silva (2006), que analisou a segregação urbana e racial em São Paulo; o de Rolnik (2013), que estudou os chamados “territórios

estudos realizados em outras metrópoles e, como apontamos anteriormente, foi debatido por autores como Milton Santos e Lélia Gonzalez. Esse é apenas um dos exemplos em que a dimensão racial do espaço pode ser objeto da Geografia. Jackson (2005) e Santos (2013) ajudam a ampliar o horizonte de possibilidades.

Segundo Jackson (2005), algumas formas de racismo possuem uma evidente dimensão territorial. Para o autor, a geografia do racismo pode ser lida a partir de diversas escalas, a exemplo da escala nacional. O que chamamos de racismo à brasileira, por exemplo, evidencia que aqui as relações raciais se configuram de maneira distinta em relação a outros países. Outro exemplo elencado por Jackson é a escala urbana. Não são poucos os elementos que apontam para a dimensão espacial do racismo. Santos (2013) chama a atenção para o fato de que as inscrições sociais no espaço são consequência dos condicionantes das relações sociais. Portanto, os conflitos se manifestam no espaço e aí se incluem as relações raciais.

[...] e é nesse sentido que o racismo, ao definir clivagens sociais e hierarquizar indivíduos e grupos a partir de seus pertencimentos raciais, se expressará na constituição de “lugares” (nos sentidos espacial e social) onde a presença do desfavorecido será majoritária (lugares da pobreza, da desposseção, da subalternidade) e lugares onde a sua presença será minoritária (lugares da riqueza, do poder, do saber socialmente legitimado, etc): lugares com as marcas desta distinção social. (SANTOS, 2013, p. 30)

Apoiando-se em Porto-Gonçalves (2002), para quem o espaço conforma subjetividades e identidades de grupos, Santos (2013) afirma que o racismo e os conflitos raciais são “grafados no espaço”, sendo condicionadas por ele ao mesmo tempo em que o constituem, o que permite falar em “expressões espaciais das relações raciais, do racismo e das lutas antirracismo” (SANTOS, 2013, p. 30). As teorizações de Santos (2013) e Jackson (2005) evidenciam a pertinência da temática racial para a ciência geográfica.

Deve-se destacar que, ainda hoje, parece não haver consenso sobre o que é o objeto de estudo da Geografia. Enquanto Gomes (2009) afirma ser o espaço geográfico este objeto, Roberto Lobato Corrêa (2000, p. 16), na obra “Geografia – conceitos e temas”, espécie de manual amplamente utilizado nos cursos de graduação em Geografia no Brasil, afirma que a Geografia é uma ciência social cujo objeto de estudo é a sociedade que, no entanto, é objetivada por meio de cinco conceitos-chave que possuem, como elemento comum, o fato de que se referem à ação humana modelando a superfície

negros” em São Paulo e Rio de Janeiro; e o de Neto e Riani (2013), que analisaram a distribuição espacial de negros e brancos em sete capitais brasileiras.

terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território. Para Ruy Moreira (1981, p. 68), o objeto de estudo da Geografia é a sociedade. “E ela estuda-la-á a partir daquilo que é a expressão material visível da sociedade: o espaço”.

As diferentes concepções possuem aproximações e distanciamentos, mas não são excludentes ou incompatíveis; no entanto, parecem indicar uma falta de definição sobre o lugar da Geografia nas relações entre a natureza e a sociedade, principalmente no que a difere da Sociologia. O fato é que, em meio a essa identidade cindida²⁹, nenhum dos polos justifica a negação do elemento “raça” como fator importante das análises geográficas. Moreira (1981) aproxima-se de uma possibilidade de abordagem geográfica das desigualdades, mas limita-se à noção de luta de classes: “Portanto, a essência da aparência estará ditada pelo caráter histórico que o trabalho adquire em cada sociedade” (Ibid.). Este poderia ser um ponto de vista pelo qual os/as geógrafos/as olhariam para a questão racial, tendo em vista que no Brasil ela é um elemento organizador da luta de classes, logo um elemento que compõe o caráter do trabalho em nossa sociedade.

É por isso que apontamos que o questionamento sobre a geograficidade da questão racial não é razoável. Aliás, ao realizar questionamentos deste tipo, os/as/ geógrafos/as demonstram falta de domínio sobre o próprio campo epistemológico. Ao procederem desta forma, no entanto, eles/as não estão agindo com inépcia; não se trata de uma fuga da razão, mas da reprodução de uma ideologia que é geográfica (RATTS, 2010) e racista (ALMEIDA, 2018). A explicação para esse comportamento está no próprio racismo, o qual, recordemos as palavras de Almeida (2018), molda o inconsciente e, como uma ideologia, se ancora em práticas sociais concretas.

Dessa forma, a ação dos indivíduos, ainda que conscientes “se dá em uma moldura de sociabilidade dotada de constituição historicamente inconsciente”. Ou seja, a vida cultural e política no interior da qual os indivíduos se reconhecem enquanto sujeitos autoconscientes e onde formam os seus afetos é constituída por padrões de clivagem racial inseridas no imaginário e em práticas sociais cotidianas. Desse modo, a vida “normal”, os afetos e as “verdades”, são inexoravelmente perpassados pelo racismo, que não depende de uma ação consciente para existir. (ALMEIDA, 2018, p. 50)

Assim, a comunidade científica hegemônica na Geografia, ao silenciar sobre a questão racial ou questionar a geograficidade do tema, mesmo diante de sua evidente

²⁹ Em texto publicado por Corrêa (2000) na obra “Geografia – conceitos e temas”, após uma extensa explanação sobre as diversas concepções a respeito da categoria Espaço nas diferentes correntes geográficas, o autor finaliza o texto com o tópico “Para não concluir”, no qual, em dois parágrafos, afirma resumidamente que o espaço geográfico é multidimensional. A postura do geógrafo e sua “não conclusão” parecem assumir uma falta de definição sobre o objeto de estudo da ciência geográfica. Diante desta multidimensionalidade, o que justifica a negação da questão racial como um tema geográfico?

importância para a explicação do arranjo espacial no Brasil, confere normalidade e racionalidade a práticas que são, em sua essência, racistas, reproduzindo ideologias racistas por meio do discurso científico. Compreendemos que esse procedimento, em sua essência, é “normal”, no sentido de que, conforme descreve Almeida (2018, p. 15), entender o racismo como estrutural é entender que ele é a manifestação normal de uma sociedade – integra o conjunto de normas e padrões sociais e fornece sentido, lógica e tecnologia para as desigualdades sociais.

O que buscamos evidenciar aqui é que a negação da temática racial por parte do grupo hegemônico de geógrafos/as deve ser compreendida como um movimento do próprio racismo como fenômeno regulador das relações sociais. Há uma relação dialética entre o racismo como um fato social e a negação da possibilidade de que o racismo seja um objeto de estudo da Geografia. A contradição está no fato de que a manutenção e reprodução do racismo, em sua dimensão ideológica, depende de sua negação. É preciso negar o racismo para que ele continue existindo. Ao proceder desta forma, a comunidade científica reveste de racionalidade este movimento aparentemente irracional e lhe confere uma aparência de científico. Em nome da reprodução ideológica do racismo, coloca-se em segundo plano a coerência com o que se elegeu como objeto de estudo dessa disciplina.

Para uma Geografia cujos/as cientistas pretendam não se limitar à abstração teórica e contribuir ativamente para o combate ao racismo, é importante partir de uma compreensão sobre esse aspecto dialético. A raça, como indica Clóvis Moura (1988), é um epifenômeno que funciona como “combustível ideológico” para justificar desigualdades econômico-sociais. Nosso entendimento é de que elaborações que veem o silenciamento da ciência sobre a questão racial como algo puramente resultante do racismo em si – como se este fosse uma entidade autônoma e desprendida de qualquer base material – reforçam uma concepção que resulta em naturalização do racismo. Nesse sentido, concordamos com as duas teses propostas por Almeida (2018, p. 15) no que diz respeito ao estudo da questão racial: a sociedade contemporânea não pode ser compreendida sem os conceitos de raça e racismo; o estudo do significado de raça e racismo e suas consequências demandam dos/as pesquisadores/as um sólido conhecimento sobre Teoria Social.

2.7 As Geografias Negras no Brasil

Apesar do cenário que descrevemos neste capítulo, verifica-se na contemporaneidade um movimento crescente de questionamento e tensionamento dos limites da Geografia no que diz respeito à questão racial. Não temos ainda elementos para afirmar que esse movimento causará uma crise ou mesmo uma revolução no interior da comunidade de geógrafos/as, mas um ponto importante é que o volume de pesquisas sobre o tema tem crescido na última década e, institucionalmente, alguns movimentos estão sendo realizados, principalmente por geógrafos/as negros/as, no sentido de colocar a questão em debate. Entre esses movimentos, destacamos o manifesto apresentado por um grupo de geógrafos/as negros/as representantes de 20 diferentes núcleos de estudos, laboratórios, grupos e instituições de ensino das 5 regiões brasileiras no XIII Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE), realizado pela ANPEGE em setembro de 2019, em São Paulo.

O manifesto, dirigido à AGB e à ANPEGE, marcou a criação da Rede de Geógrafos e Geógrafas Negros e Negras no Brasil. O texto, intitulado “Por uma Geografia negra” apresenta uma breve caracterização do grupo, que se identifica como um movimento composto por geógrafos e geógrafas que possuem distintas trajetórias, mas têm, em comum, estudos e pesquisas dirigidas para as questões negras, raciais, étnicas e africanas; em alguns casos, correlacionadas com as dimensões espaciais da etnicidade, gênero e sexualidade. Pesquisadores como Milton Santos, Manuel Querino, Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Muniz Sodré são citados como referências nos estudos sobre o racismo na sociedade brasileira. O documento afirma, ainda, quais são os temas de interesse da Geo-grafia negra: “Interessam-nos os estudos da formação socioespacial brasileira e africana e seu caráter étnico, racial, cultural, diaspórico e territorial, articulando-a no sistema-mundo na perspectiva atlântica”. Assumindo-se como um movimento plural, que, portanto, não pretende elaborar um projeto único, o grupo apresenta algumas questões de seu horizonte de interesses.

Em nosso entendimento, a racialidade, a etnicidade e a africanidade constituem o espaço em sua ontologia – na conformação das relações e das práticas sociais, raciais, étnicas, de gênero e sexuais –, o território em suas várias configurações e escalas de poder e os lugares qualificados pela diferença. As questões para uma geo-grafia negra podem ser observadas e acionadas no espaço urbano (na segregação, nos territórios e lugares, na espacialidade dos movimentos sociais; no rural (na terra, nos quilombos); nos estudos de população (nos percentuais populacionais, nos projetos de genocídio negro), no ensino, na educação e na escola (como conteúdo - a temática étnico-racial e africana, como metodologia

- as pedagogias negras e africanas, como corpos - docente, discente e técnico e na relação escola - bairro ou comunidade); no ambiente (nas situações de vulnerabilização das terras indígenas e quilombolas, dos riscos socioespaciais e socioambientais e de racismo ambiental); nas trajetórias e corporeidades de sujeitos individuais e coletivos em suas diferentes espacialidades e territorialidades. (POR UMA GEO-GRAFIA NEGRA, 2019)

O manifesto³⁰, portanto, apresenta de forma explícita quais são os pontos de vista das Geo-grafias negras, assim como suas aspirações, que vão desde o nível epistemológico e metodológico ao institucional e social, com demandas como o reconhecimento do estatuto epistemológico do conjunto de saberes e conhecimentos negros, inclusive a produção de mestres e mestras do saber, assim como da militância; e o aumento no número de docentes negros/as nos cursos de Geografia nas Universidades por meio de ações afirmativas.

O texto apresentado no XIII ENANPEGE é resultado de um processo que começou em 2018, durante o Congresso de Pesquisadores(as) Negros(as), em Uberlândia, quando foram realizadas a sessão temática “Geografia das relações étnico-raciais e Geografias Negras” e a Mesa Redonda “Geografias Negras no debate contemporâneo”. No Copene, foi formado o Coletivo Geógraf@s Pret@s em Rede, que se articula principalmente por meio de um grupo no aplicativo de mensagens *Whatsapp* o qual, no momento da escrita deste texto, tem 238 participantes.

Como continuidade de tais iniciativas, foi publicado em 2020 o Caderno Temático Geografias Negras na Revista ABPN³¹, da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN), organizado por Geny Ferreira Guimarães, Lorena Francisco de Souza e Diogo Marçal Cirqueira. Também em 2020, como parte das comemorações do Dia da Pessoa Geógrafa (29 de maio), foram realizados dois colóquios ao longo de uma semana: O Colóquio Geografias Negras, cujo objetivo foi debater os textos publicados no Caderno Temático; e o Colóquio Geógraf@s Negr@s em Rede, mais focado no desenvolvimento da Rede de Geógrafos e Geógrafas Negros e Negras no Brasil. Entre as atividades do Colóquio geógraf@s Negr@s em Rede, foi iniciada uma pesquisa com o objetivo de saber qual é o perfil dos/das integrantes da Rede. Além disso, foi redigido e debatido um novo Manifesto, o qual encontra-se ainda em fase de elaboração no momento da escrita deste capítulo.

³⁰ Disponível nos anexos desta tese.

³¹ Disponível em: <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/issue/view/38> Acesso em 31 de Maio de 2020.

A Rede tem um perfil na rede social Instagram, onde são divulgados os perfis de seus/suas integrantes, além de eventos e publicações relacionadas à Geografia e à questão racial. Conforme relatamos, trata-se de um movimento recente, o que não nos permite ainda elaborar análises mais aprofundadas. De nossa participação nos eventos do Copene e nos dois colóquios realizados em maio de 2020, assim como da leitura do Manifesto divulgado no ENANPEGE, verificamos que se trata de um grupo bastante diverso no que diz respeito à faixa etária, gênero e região de seus integrantes, mas com uma questão em comum: a defesa de uma abordagem geográfica da questão racial. Essa diversidade se revela nas teses que analisamos nesta pesquisa, conforme indicaremos adiante.

3. A TEMÁTICA RACIAL NA GEOGRAFIA³²

O procedimento metodológico adotado para a análise aqui exposta foi a revisão de literatura, que, segundo Bento (2012), é uma parte fundamental do processo de investigação e envolve a localização, análise, sintetização e interpretação das pesquisas prévias relacionadas à área de estudo. De acordo com o autor, a revisão de literatura permite que o/a pesquisador/a conheça um panorama atual do conhecimento produzido sobre um determinado tema.

Ramos, Faria e Faria (2014) afirmam que a revisão de literatura deve ser realizada por meio de etapas devidamente definidas e delineadas; e que todo o processo deve ser descrito de modo a explicitar a forma como foram apuradas e selecionadas as fontes. Para tanto, os autores propõem como procedimento metodológico a revisão sistemática de literatura, caracterizada pelo emprego da transparência e do rigor científico, com o objetivo de minimizar o enviesamento da literatura. A seguir, apresentamos as etapas utilizadas nesta pesquisa para a construção da revisão sistemática de literatura.

3.1 Etapas da Revisão Sistemática de Literatura

A primeira parte do nosso trabalho consistiu em identificar, nas bases de dados, as teses e dissertações em programas de pós-graduação em Geografia defendidas no Brasil, que abordem a questão étnico-racial com foco na população negra³³. O procedimento foi realizado para atender a dois dos objetivos específicos deste estudo: (1) Caracterizar as teses e dissertações em Geografia no Brasil que abordem a temática étnico-racial com foco na população negra, e (2) Analisar o conjunto de teses em Geografia produzidos no Brasil por geógrafos/as negros/as, que apresentem possibilidades para o estudo geográfico da questão racial.

Seguindo a proposta de metodologia desenvolvida por Ramos *et al.* (2014) para a realização de revisão sistemática de literatura, elaboramos cada etapa do procedimento com o rigor necessário para garantir que os resultados fossem os mais completos e eficientes possíveis. O levantamento seguiu um desenho metodológico de investigação,

³² Parte do texto que compõe este capítulo foi publicada no Caderno Temático Geografias Negras, da Revista ABPN, com o título “A temática racial nas teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em Geografia no Brasil (1987-2018)”.

³³ Por tratar-se de um tema bastante amplo, optamos por abordar a questão étnico-racial especificamente com foco na população negra, excluindo, portanto, a questão indígena, cigana e os demais grupos étnicos. Portanto, sempre que trouxemos essa informação no texto, trata-se dessa especificidade. Para evitar repetições textuais que podem deixar a leitura cansativa, nem sempre repetiremos tal informação ao longo da tese.

o qual descreveremos aqui. De acordo com Ramos *et al.* (2014), fazer essa descrição é uma forma de certificar que as conclusões sobre os temas em estudo sejam cientificamente consistentes.

O registro de cada etapa permite que o procedimento seja replicado por outros/as pesquisadores/as. Os resultados foram organizados segundo o método de trabalho adotado por Valentina Weihmüller (2008), que divide os achados em “Grande *Corpus*³⁴ (GC)” e “Pequeno *Corpus* (PC)”. O GC é composto por todos os trabalhos selecionados no levantamento, e será utilizado para atender ao Objetivo 1 de nossa revisão de literatura: Caracterizar as teses e dissertações em Geografia no Brasil que abordem a temática étnico-racial com foco na população negra.

O PC, por sua vez, é formado por teses selecionadas especificamente para o trabalho que pretendemos fazer para alcançar o Objetivo 2 desta revisão de literatura: Analisar o conjunto de teses em Geografia produzidos no Brasil por geógrafos/as negros/as, que apresentem possibilidades para o estudo geográfico da questão racial. Com o levantamento e sistematização de tais dados, construímos uma ferramenta que pode servir como referência para pesquisadores/as interessados/as em propor avanços no que diz respeito à abordagem da temática étnico-racial com foco na população negra pelos/as geógrafos/as.

O trabalho de levantamento foi dividido em 6 etapas: (1) planejamento, que consistiu na elaboração de um protocolo a ser seguido durante o trabalho; (2) busca exploratória, para testar as bases de dados e a eficiência do protocolo; (3) busca oficial e sistematização do Grande *Corpus* em planilha, quando colocamos em prática os procedimentos definidos no protocolo e elaboramos uma planilha com os dados coletados; (4) análise do Grande *Corpus* e apresentação dos resultados; (5) Sistematização do Pequeno *Corpus* em planilha, que consistiu na elaboração de uma nova planilha, composta apenas por teses em Geografia produzidas no Brasil por geógrafos/as negros/as, que abordem a questão étnico-racial propondo inovações epistemológicas; (6) Análise do Pequeno *Corpus* e apresentação dos resultados. As próximas seções apresentam de maneira detalhada cada uma das 6 etapas evidenciadas acima.

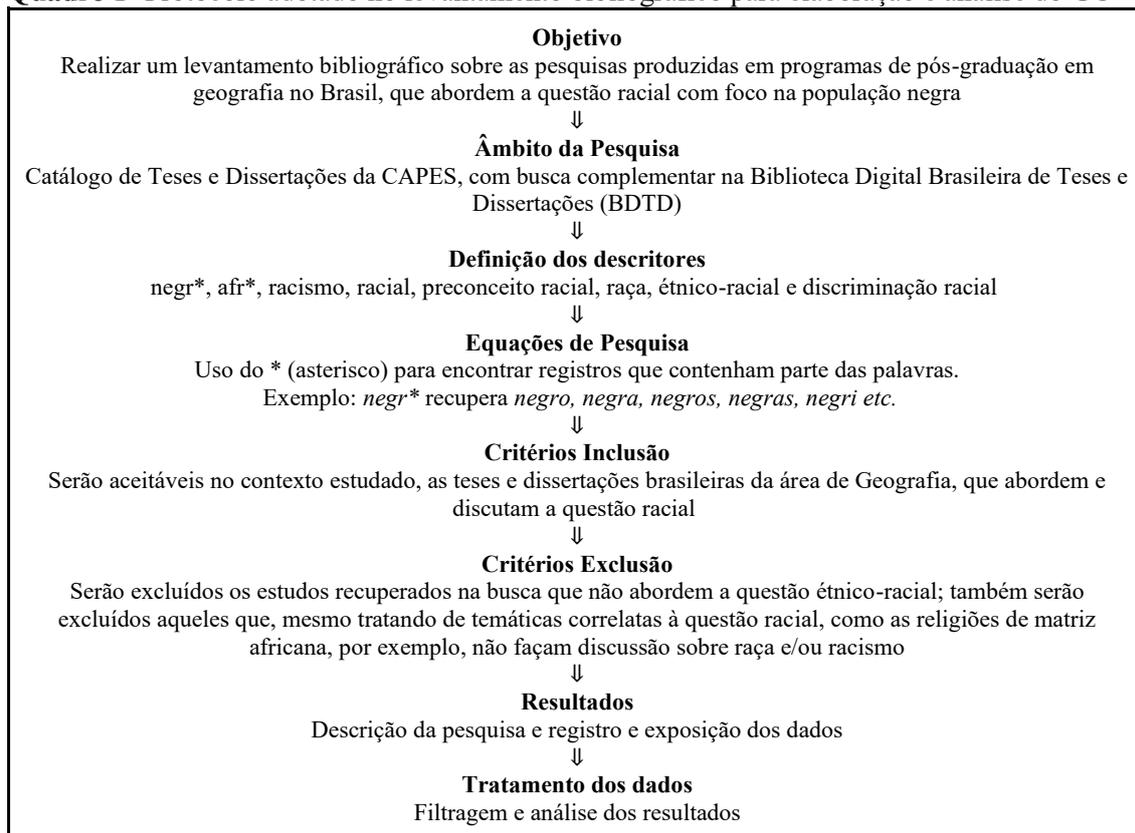
³⁴ “A palavra *corpus* (latim; plural *corpora*) significa simplesmente corpo. Nas ciências históricas, ela se refere a uma coleção de textos. Pode ser definida como “um corpo de uma coleção completa de escritos ou coisas parecidas”; [...]” (BAUER; AARTS, 2012, p. 44)

3.1.1 Etapa 1 – Planejamento

Para realizar o planejamento da pesquisa bibliográfica, optamos por seguir, com adaptações, os passos do protocolo elaborado por Ramos *et al.* (2014), conforme o Quadro 1. Na elaboração do protocolo, avaliamos qual seria a melhor forma de alinhar a busca aos objetivos da pesquisa. O Grande Corpus (GC) é composto por teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em Geografia no Brasil, que abordem a temática racial com foco na população negra, defendidas no período entre 1987 e 2018. O recorte temporal foi estabelecido com base nos dados disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CTD / CAPES)³⁵.

Ainda durante a etapa de planejamento, realizamos a definição dos descritores a serem utilizados na pesquisa. Os descritores são termos ou palavras-chave padronizados que a base de dados usa para indexar os documentos. Os termos usados no levantamento foram: *negr**, *afr**, *racismo*, *racial*, *preconceito racial*, *raça*, *étnico-racial* e *discriminação racial*. Estabelecemos o uso do asterisco (*) para encontrar registros que contenham parte das palavras, conforme exemplo no Quadro 1.

³⁵ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 20 nov. 2019.

Quadro 1- Protocolo adotado no levantamento bibliográfico para elaboração e análise do GC

Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de Ramos *et al.* (2014).

Como a amostra é composta exclusivamente por teses e dissertações, questões operacionais nos levaram a optar por fazer um levantamento por meio de buscas unicamente virtuais. Portanto, o levantamento não inclui teses e dissertações que não estejam registrados nas bases onde realizamos o levantamento, o que não representa grande prejuízo, pois desde 2002 a CAPES vem desenvolvendo uma série de ações com o objetivo de facilitar, por meio da internet, o acesso às publicações realizadas no âmbito da pós-graduação.

O CTD / CAPES foi criado em 2002 e, no primeiro momento, contemplava apenas resumos publicados no período entre 1996 e 2001. Hoje, o Catálogo é atualizado anualmente, com informações encaminhadas pelos programas de pós-graduação e resgata trabalhos defendidos desde 1987. Além de informações de catalogação bibliográfica, como título, autoria, data e instituição onde ocorreu a defesa, o CT disponibiliza um link com “mais informações”, que direciona para a Plataforma Sucupira³⁶, criada em 2014, onde temos acesso ao resumo e ao trabalho completo para download. Nos casos em que

³⁶ Ferramenta que coleta informações, realiza análises e avaliações, criada pela Capes em 2014, para ser uma base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 2 dez. de 2019.

as defesas ocorreram antes da criação da Plataforma Sucupira, e, portanto, não estão disponíveis neste repositório, realizamos uma busca paralela na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)³⁷, que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, funcionando, portanto, como uma plataforma agregadora, coletando e disponibilizando dados das instituições de ensino e pesquisa.

3.1.2 Etapa 2 - Busca exploratória

O objetivo da busca exploratória é analisar a eficiência do protocolo, conhecer as bases de dados e realizar os ajustes necessários antes da Busca Oficial. Os testes nas bases de dados ocorreram em agosto de 2019 e foi avaliada a qualidade dos descritores e filtros definidos. O catálogo da CAPES oferece uma diversidade de filtros que permitem realizar a busca por tipo de trabalho (tese e dissertação), ano, autor/a, orientador/a, banca, grande-área, área de conhecimento, área de avaliação, área de concentração, nome do programa, instituição e biblioteca. Usamos apenas o filtro “área de conhecimento”, e selecionamos as opções “Geografia” e “Geografia Regional”.

Ao inserirmos o descritor e aplicarmos os filtros, o CTC/CAPES apresenta, automaticamente, os dados quantitativos referentes a cada uma das informações bibliográficas disponíveis (ex.: número de trabalhos por orientador/a, número de trabalhos por ano etc.). A etapa de testes indicou que a busca recupera uma grande quantidade de pesquisas da área de Geografia Física, a exemplo de uma dissertação com o título “Registro das alterações ambientais nas dunas costeiras entre as praias de Areia Preta e Ponta Negra”. Esses trabalhos foram excluídos manualmente durante a etapa de organização dos resultados. O teste evidenciou também que o Catálogo consegue recuperar menos informações bibliográficas quando se trata de teses e dissertações defendidas antes da criação da Plataforma Sucupira. Nesses casos, os dados disponíveis são: título do trabalho, autoria, data de defesa, tipo de trabalho (tese ou dissertação), instituição e biblioteca depositária.

Como estratégia, procuramos por esses trabalhos na BDTD, a fim de conseguir os demais dados que nos interessam: nome do/a orientador/a, nome do programa e resumo. A BDTD apresenta o *link* para acesso ao repositório onde o trabalho foi depositado. Em

³⁷ Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 12 out. de 2019.

alguns casos³⁸, a tese ou dissertação completa não estava disponível em nenhuma plataforma *online*. Nessas situações, não foi possível realizar uma leitura dos resumos.

3.1.3 Etapa 3 - Busca oficial e sistematização do Grande *Corpus* em planilha

A busca oficial foi realizada entre os meses de agosto e setembro de 2019. Ao todo, foram encontrados 126 trabalhos que abordam a temática racial na Geografia, sendo 86 dissertações e 40 teses, o que representa 1,65% do total de trabalhos produzidos nos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil, no período estudado. O total de teses e dissertações em Geografia, independente do tema, indexadas na base³⁹, é de 7.651 trabalhos. Desse número, 5.542 são dissertações e 2.109 são teses.

Os trabalhos que atenderam aos critérios de inclusão foram registrados em uma tabela no *software* Excel, constituindo assim o Grande *Corpus* da pesquisa. Os resultados duplicados foram excluídos. Conforme apontamos no Quadro 1, adotamos os seguintes critérios de inclusão: foram incluídas as teses e dissertações brasileiras da área de Geografia, que abordassem e discutissem a questão racial; e excluídos os estudos que não abordam a temática étnico-racial; também foram excluídos aqueles que, mesmo tratando de temas correlatos à questão étnico-racial, como as religiões de matriz africana, por exemplo, não fazem discussão sobre raça e/ou racismo.

Em relação ao critério de exclusão, chamou a atenção, durante a busca, a existência de estudos que abordam a questão quilombola como uma problemática exclusivamente territorial, sem tocar a questão racial, e dialogando com a Geografia Cultural somente para realizar uma discussão acerca do termo/categoria Quilombo. Situação semelhante foi constatada quando analisamos alguns estudos sobre manifestações culturais e religiosas afro-brasileiras, como o carnaval e as religiões de matrizes africanas. Esses estudos não foram incluídos no *corpus*, mas indicam a permanência de uma tendência ao apagamento da questão racial nos debates geográficos, mesmo quando estes abordam temas que têm a raça como um aspecto evidentemente estrutural.

Para determinar se uma tese ou dissertação seria incluída, realizamos a leitura dos títulos e resumos. Em alguns casos, foi necessário consultar outros elementos, como o

³⁸ Na planilha de organização dos resultados, no lugar do *link* para acesso ao trabalho, inserimos a informação “arquivo não disponível *online*”.

³⁹ O levantamento sobre o total de teses e dissertações em Geografia no catálogo da CAPES, independente do tema, foi realizado no dia 13 de agosto de 2019.

sumário e a introdução, tendo em vista que a abordagem da questão racial com foco na população negra nem sempre estava explícita nos primeiros elementos bibliográficos consultados.

3.1.4 Etapa 4 - Análise do Grande *Corpus* e apresentação dos resultados

Apresentaremos aqui os resultados do levantamento bibliográfico, destacando alguns pontos para análise, quais sejam: aspectos regionais, cronológicos, de autoria e principais temas estudados nos trabalhos que compõem o GC e o PC.

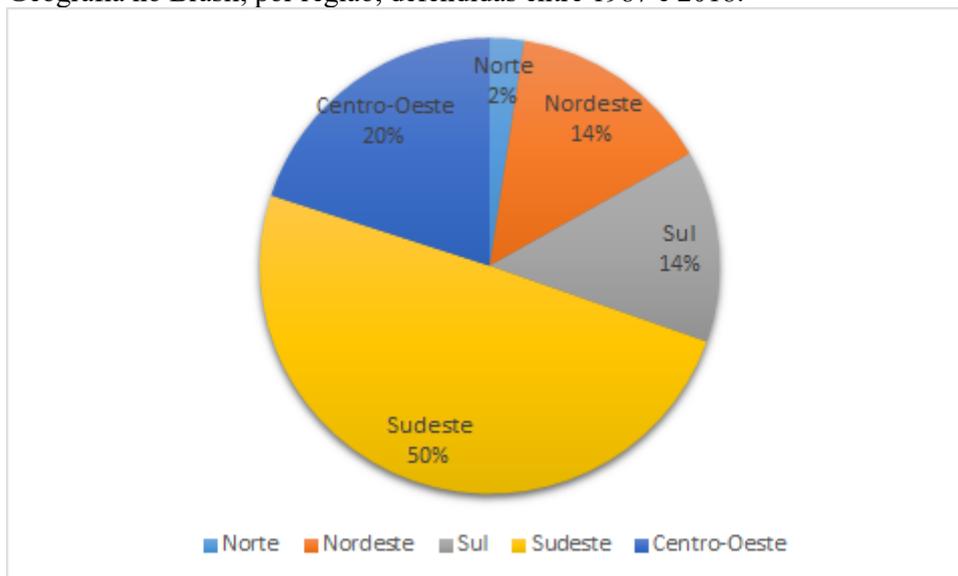
3.1.4.1 Aspectos Regionais

Durante a etapa de planejamento da revisão de literatura, descobrimos que um levantamento semelhante foi feito anteriormente por Cirqueira e Corrêa (2014). Os pesquisadores tinham o objetivo de quantificar, mapear e espacializar as teses e dissertações que abordassem a questão étnico-racial nos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil, assim como sistematizar as principais tendências temáticas. O levantamento realizado por Cirqueira e Corrêa (2014) recuperou um total de 54 trabalhos, sendo 13 teses e 41 dissertações.

O recorte temporal da referida pesquisa é de 1977 a 2012, o que talvez explique a diferença quantitativa em relação ao nosso levantamento, que encontrou 125 teses e dissertações defendidas entre 1987 e 2018. Essa diferença também pode ter ocorrido pelo fato de os pesquisadores terem realizado a busca nos repositórios das instituições, a partir dos *sites* dos programas de pós-graduação, e não em uma base agregadora, o que, segundo Cirqueira e Corrêa (2014) gerou uma série de contratemplos.

De acordo os autores, os *sites* de alguns programas estavam *off-line* no momento da pesquisa ou sequer existiam. Foi o caso da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), cuja página encontrava-se em construção. Isso talvez explique o fato de os pesquisadores relatarem não ter encontrado nenhuma tese ou dissertação de acordo com os critérios de inclusão do levantamento na região Norte do país, enquanto nossa pesquisa recuperou 3 trabalhos defendidos nesse recorte espacial, nos anos de 2008, 2013 e 2014, sendo que os de 2008 e 2014 foram defendidos na UNIR. Apesar disso, a região Norte é a que teve menos trabalhos que atendessem aos critérios de inclusão do nosso levantamento, conforme o Gráfico 1:

Gráfico 1 Teses e dissertações que abordam a questão racial com foco na população negra na Geografia no Brasil, por região, defendidas entre 1987 e 2018.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Ao espacializarmos os dados, observamos que permanece a tendência verificada por Cirqueira e Corrêa (2014), cuja pesquisa indicou que há um predomínio da produção na região Sudeste. Nessa região, encontramos 62 trabalhos, o que, conforme o Gráfico 1, representa 50% do total. Concordamos com a análise dos autores a respeito desse dado. Eles avaliam que o fato de a região Sudeste possuir o maior número de programas de pós-graduação em Geografia (atualmente 23) no Brasil, sendo estes ainda os mais antigos do País, é uma das principais razões para tal concentração. Destaque-se que o Sudeste concentra a maioria dos programas com conceitos 6 e 7, que são as pontuações mais altas atribuídas pela CAPES⁴⁰. Dos 9 programas de pós-graduação em Geografia com conceitos 6 e 7 no Brasil, 6 estão na região Sudeste, 2 no Sul e 1 no Nordeste.

Adjacente a esta constatação, levantamos a hipótese de que por serem centrais e consideradas de maior proeminência, elas atraem estudantes de várias partes do Brasil, abarcando uma multiplicidade de assuntos que acabam por aumentar as possibilidades de projetos que abordem a temática racial. (CIRQUEIRA; CORRÊA, 2014, p. 37)

A maior parte dos trabalhos que foram encontrados em nosso levantamento na região Sudeste foi produzida na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade

⁴⁰ A CAPES realiza a Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação, cujos resultados são usados como referência para a distribuição de bolsas e recursos para o fomento à pesquisa e identificação de assimetrias regionais. As notas atribuídas pela CAPES após a avaliação vão de 1 a 7, sendo que os programas com conceitos 6 e 7 são considerados programas de excelência.

Federal Fluminense (UFF). Conforme discutiremos mais adiante, é nessas instituições que Ratts (2007; 2011) localiza o principal local de surgimento do Movimento Negro de Base Acadêmica, que posteriormente se territorializou pelo Brasil, o que pode indicar também que a presença de um grupo negro organizado nessas instituições desde a década de 1970 é um dado importante quando verificamos o grande número de produções sobre a temática étnico-racial em programas de pós-graduação em Geografia na região Sudeste.

Apesar de termos verificado um grande número de pesquisas sobre a questão racial nos programas de pós-graduação em Geografia da região Sudeste, não identificamos um padrão de concentração dessa produção em um grupo de pesquisa específico. Entre os(as) pesquisadores(as) que orientaram estudos sobre a temática, são poucos os que realizaram mais de uma orientação de pesquisa de pós-graduação em Geografia sobre o tema, como se vê no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 Pesquisadores que orientaram mais de um trabalho sobre a questão racial em programas de pós-graduação em Geografia na região Sudeste

Orientador (a)	Instituição	Teses	Dissertações
Arioaldo Umbelino de Oliveira	USP	0	2
Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira	UNESP	1	2
Carlos Walter Porto-Gonçalves	UFF	5	1
Jorge Luiz Barbosa	UFF	1	1
Jose Antonio Souza de Deus	UFMG	0	3
Luiz Eduardo Panisset Travassos	PUC-MG	0	2
Maria Aparecida dos S Tubaldini	UFMG	0	2
Renato Emerson Nascimento dos Santos	UERJ	0	3
Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta	USP	0	2

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

O orientador que concentra o maior número de pesquisas recuperadas em nossa busca para essa região é Carlos Walter Porto-Gonçalves, da Universidade Federal Fluminense (UFF), com 6 estudos orientados dentro de um total de 61 teses e dissertações produzidas no Sudeste, ou seja, é uma pequena concentração que confirma que a produção da região é difusa, não havendo um grupo ou laboratório que se destaque na pós-graduação. Porto-Gonçalves orientou três teses e duas dissertações, o que também chama a atenção, tendo em vista que a maior parte dos(as) orientadores(as) com mais de um trabalho orientou somente dissertações.

Docente da UFF desde 1987, o geógrafo realiza pesquisas sobre conflitos no campo, com foco na América Latina e Caribe, e coordena o Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO)⁴¹. A questão étnico-racial não é central em sua trajetória de pesquisa, apesar de aparecer de forma transversal em algumas de suas publicações (PORTO-GONÇALVES 2003; 2012). Nossa hipótese é de que o fato de Porto-Gonçalves e o laboratório que ele coordena estabelecerem diálogo com a temática é um fator que contribui para que pesquisadores interessados em desenvolver uma abordagem geográfica da questão racial se aproximem dele. Além disso, Porto-Gonçalves tem um posicionamento crítico em relação ao caráter eurocêntrico da ciência (PORTO-GONÇALVES, 2002), o que também pode explicar sua receptividade à temática. O geógrafo é considerado um pioneiro no debate sobre a Geografia Descolonial no Brasil, uma corrente que propõe a superação da narrativa colonial sobre o mundo a partir da construção de novos compromissos epistemológicos, políticos e éticos (CRUZ, 2017).

Entre seus orientandos, destaca-se Renato Emerson dos Santos por ser um geógrafo negro da região Sudeste que consta em nosso levantamento ocupando duas posições diferentes: orientando e orientador. Atualmente, Santos é professor adjunto na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais (NEGRAM). Seus principais temas de estudo são: Movimentos sociais e Geografia, ensino de Geografia, cartografia e lutas sociais, relações raciais, ações afirmativas no ensino superior e pré-vestibular para negros e carentes⁴². Apesar de recente, a atuação de Santos e do NEGRAM na região indica que pode estar surgindo, no Sudeste, um lugar para a abordagem geográfica da questão étnico-racial, aos moldes do que observamos na região Centro-Oeste, onde essas pesquisas apresentam um maior índice de concentração.

O Centro-Oeste ficou em segundo lugar em número de produções recuperadas em nosso levantamento, com 20% dos resultados: um total de 26 trabalhos, sendo 18 dissertações e 7 teses. Dentre esses, 15 trabalhos foram defendidos na Universidade Federal de Goiás (UFG), sendo que 12 foram orientados pelo geógrafo e antropólogo Alex Ratts, que coordena o Laboratório de Estudos de Gêneros, Étnico-Raciais e

⁴¹ Informações do Currículo Lattes do pesquisador. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2999794100514909>. Acesso em: 9 dez. 2019.

⁴² Informações do Currículo Lattes do pesquisador. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7260305303021981> Acesso em 10 Dez. 2019.

Espacialidades (LaGENTE/UFG) e participa da Rede Espaço e Diferença (RED) e da Rede de Estudos de Geografia, Gênero e Sexualidades Ibero Latino-Americana (REGGSILA)⁴³. Fundado em 2008, o LaGENTE abriga um grupo que se dedica a estudar, entre outros temas, as possibilidades de abordagem geográfica da questão étnico-racial. A UFG produziu mais trabalhos sobre o tema do que a maior Universidade da região que mais produz no Brasil, segundo nosso levantamento, a Universidade de São Paulo (USP), onde encontramos 12 produções distribuídas entre diversos orientadores.

Esse dado corrobora com algo que vem sendo denunciado há décadas por estudiosos/as do racismo acadêmico e militantes antirracistas: é importante que os espaços de poder, como a os centros produtores do conhecimento cientificamente validado, sejam ocupados por um grupo diverso. Os casos do LaGENTE e do NEGRAM evidenciam a necessidade de que os corpos docentes e discentes das pós-graduações tenham pessoas negras interessadas em debater a questão étnico-racial. Um dos principais exemplos disso no Brasil são os impactos causados pelo Movimento Negro de Base Acadêmica.

Ele se caracteriza pela ação organizada de docentes e discentes, por vezes de técnicos administrativos, que se afirmam negros/as no espaço acadêmico e, na contemporaneidade, constituem grupos de atuação como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e os Coletivos de Estudantes Negros, dentre outros. (RATTS, 2011, p. 28).

O autor localiza o surgimento desse Movimento na década de 1970, quando um grupo de estudantes negros/as conseguiu se inserir na graduação, principalmente na região Sudeste do Brasil. A atuação desse grupo, principalmente por meio da constituição dos NEABs, foi fundamental para a expansão das discussões acadêmicas sobre a questão étnico-racial e, posteriormente, para que o debate sobre ações afirmativas entrasse na agenda pública, o que resultou em diversos ganhos, como a aprovação da Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas). Os NEABs possibilitaram que o debate sobre as relações raciais se potencializasse na academia.

3.1.4.2 Aspectos de autoria

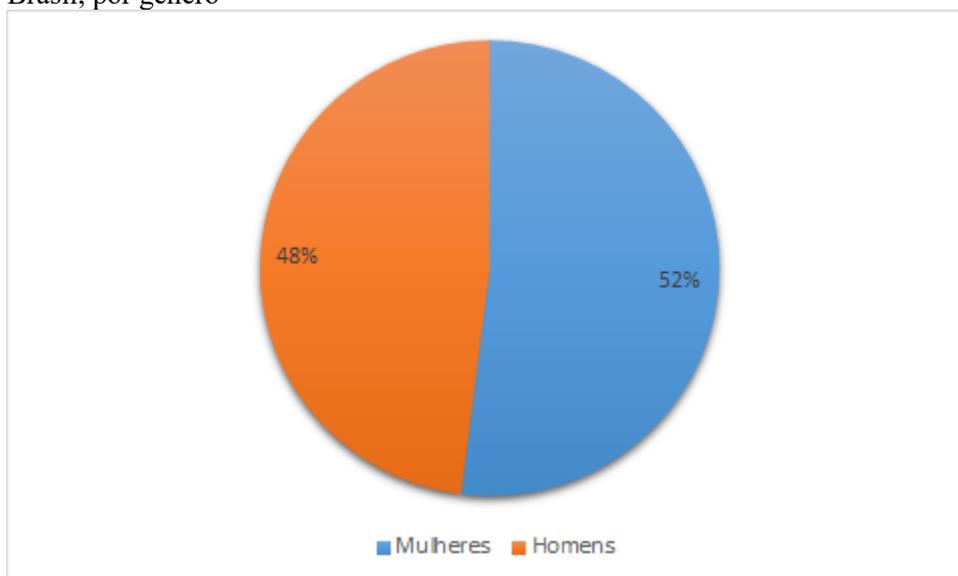
Em relação ao gênero dos/as autores/as, chama a atenção o fato de as mulheres constituírem uma discreta maioria (53%). O dado reflete o que constatamos no Censo do Ensino Superior 2018, que revelou que as mulheres ocupam a maior parte das matrículas

⁴³ Informações do Currículo Lattes do pesquisador. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0348844638764982> Acesso em 10 Dez. 2019.

em universidades brasileiras, tanto públicas quanto privadas. Dados da pós-graduação divulgados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em 2018 revelam que as mulheres também são maioria na pós-graduação brasileira. Segundo a Capes, os números de 2016 indicam uma diferença de 19% entre o quantitativo de homens e mulheres. São 165.564 mulheres e 138.462 homens (CAPES, 2018). Apesar disso, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) verificou que o “perfil típico” dos/as docentes do ensino superior brasileiro é masculino (INEP, 2019). São 110.653 professores e 95.811 professoras em universidades.

A partir desses dados, pode-se inferir que os achados de nosso levantamento são um reflexo de um contexto mais amplo, em que as mulheres são maioria entre discentes de graduação e pós-graduação e, contraditoriamente, estão em minoria entre docentes.

Gráfico 2 - Autoria das teses e dissertações que abordam a questão racial na Geografia no Brasil, por gênero



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

É importante destacar que, apesar de as mulheres constituírem uma maioria numérica como discentes da graduação e pós-graduação, pesquisas como a de Marília Moschkovich e Ana Maria F. Almeida (2015) indicam que elas enfrentam mais obstáculos para progredir nas carreiras científicas. Segundo as autoras, as docentes tendem a se concentrar em algumas áreas do conhecimento e estão em menor proporção nos estágios mais altos da carreira “[...] isto é, naqueles cargos associados a melhores salários, maior prestígio acadêmico, mais poder universitário etc.” (MOSCHKOVICH; ALMEIDA, 2015, p. 751).

Em pesquisa anterior (SANTOS, 2016), ao entrevistarmos pesquisadoras negras, verificamos que sua espacialidade é constrangida por aspectos como o medo da violência e a sensação de estar “fora do seu lugar”, ou do lugar socialmente construído para elas.

A circulação restrita que as mulheres vivenciam influencia também suas trajetórias acadêmicas, no sentido de que elas vão a menos lugares, logo participam de menos eventos científicos e acadêmicos, são menos vistas e se inserem em menos círculos no espaço acadêmico, além de possuírem um horizonte de possibilidades mais contido no que diz respeito a morar em outras cidades para trabalhar ou estudar. Um exemplo disso é que, dos quatro homens entrevistados, apenas um não se mudou de Goiânia em algum momento da vida universitária para estudar ou trabalhar. Entre as cinco mulheres que entrevistamos, uma cursou parte do doutorado em São Paulo e outra fez mestrado em Salvador e cursa doutorado completo em Portugal. As outras três mulheres cursaram a graduação em Goiânia e estão cursando o mestrado na mesma cidade. (SANTOS. p. 129)

Ao analisar os elementos constitutivos da relação entre gênero, espaço e pobreza, Silva (2007) observa que há dois aspectos que marcam a espacialidade das mulheres: os espaços de constrangimento e os espaços de confinamento. Os espaços de constrangimento estão ligados aos riscos oferecidos por determinados espaços públicos às mulheres, como a violência; enquanto os espaços de confinamento dizem respeito aos lugares de moradia, principalmente quando se trata de habitantes das periferias, distantes dos centros. Se acrescentarmos a questão racial a esse debate, temos que a carreira científica apresenta ainda mais obstáculos às mulheres negras, para quem, inclusive, os avanços sociais alcançados pelo feminismo demoram a chegar.

Moschkovich e Almeida (2005), estudando a presença das mulheres nas carreiras científicas, veem como um avanço a possibilidade de as docentes e pesquisadoras contratarem empregadas domésticas

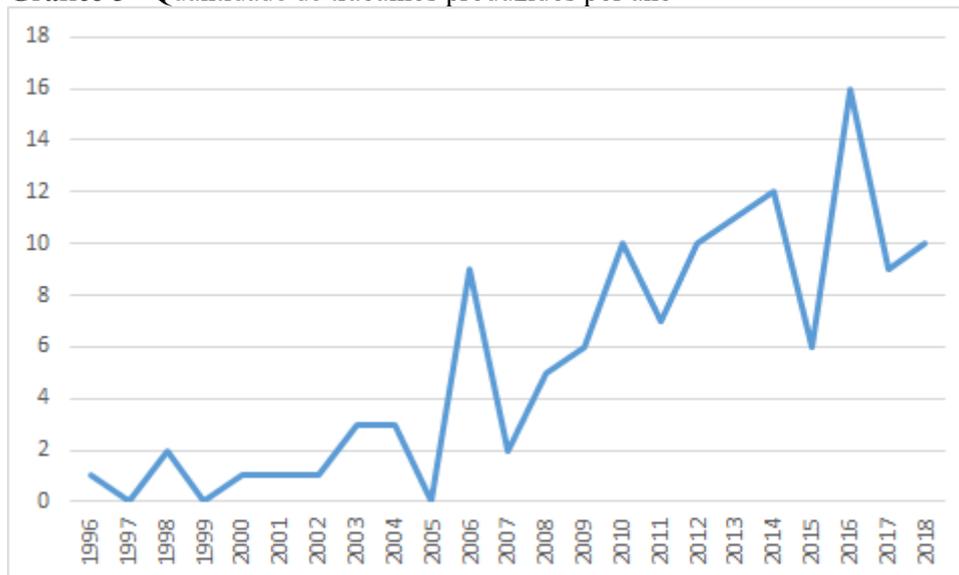
A segunda razão do interesse por um caso desse tipo é que a desigualdade econômica presente na sociedade brasileira oferece às docentes do sexo feminino a possibilidade de contar com empregadas domésticas para auxiliar no cuidado com os filhos, com a família estendida e com a manutenção da casa. Isso pode, pelo menos em tese, proporcionar melhores condições para que as mulheres dediquem mais tempo ao trabalho fora de casa. (Ibid. p. 750).

No entanto, como aponta a geógrafa Renata Lopes (2008), a maioria das empregadas domésticas no Brasil é negra, o que aponta para um paradoxo: quando uma docente ou pesquisadora puder usar a vantagem de contratar uma empregada doméstica para ter mais tempo para se dedicar ao trabalho acadêmico, ela provavelmente estará se beneficiando da opressão de uma mulher negra. A questão não é apenas de classe, mas também de raça e gênero, uma vez que ainda se aborda o trabalho doméstico como algo do “feminino”.

3.1.4.3 Aspectos Cronológicos

Em relação aos aspectos cronológicos, o levantamento realizado por nós indica um aumento no número de teses e dissertações em Geografia que abordam a questão racial a partir do ano de 2003, sendo que o período com o maior número de produções foi o de 2016, quando foram defendidas 4 teses e 12 dissertações. Entre 1987 e o ano 2000, nosso levantamento recuperou 3 dissertações e nenhuma tese.

Gráfico 3 - Quantidade de trabalhos produzidos por ano



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Importante destacar que, além dos três trabalhos que encontramos no período entre 1987 e 2000, existem teses e dissertações defendidas anteriormente em Programas de Pós-graduação em Geografia, as quais não foram recuperadas em nosso levantamento devido ao recorte temporal, que inicia em 1987. Por exemplo, Cirqueira e Corrêa (2014) encontraram um trabalho defendido em 1977, na USP, que tem como tema central a geopolítica dos países africanos. No entanto, não consideramos que o fato de tais trabalhos não serem incluídos em nossa análise representa grande prejuízo, tendo em vista que, conforme explicam Cirqueira e Corrêa (2014), eles encontraram apenas três estudos defendidos antes de 1990.

Quadro 3 - Teses e dissertações que abordam a questão racial com foco na população negra na Geografia no Brasil, defendidas antes de 1990

Título do Trabalho	Autor (a)	Ano	Instituição
Segregação Residencial: um estudo de caso	Maria Mônica Vieira Caetano O'Neill	1983	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Angola: Estado-nação, movimentos sociais e disputas territoriais: o caso da província de Ngangela	Mario Bastos Fernandes	Cirqueira e Corrêa (2014) não informam a data, dizem apenas que o trabalho é do Séc. XX	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
O café em São Paulo e na Costa do Marfim	Yassoungo Soré	1977	Universidade de São Paulo (USP)

Fonte: Cirqueira e Corrêa (2014).

Chegamos a considerar a possibilidade de incluir tais estudos no pequeno Corpus, mas essa alternativa foi descartada pelos seguintes motivos: (1) conforme explicaremos mais adiante, estudos sobre geopolítica africana não foram incluídos em nossa análise e, portanto, a dissertação de Yassoungo Soré e a tese de Mario Bastos Fernandes não poderiam compor o GC e nem o PC; (2) a dissertação de Maria Mônica Vieira Caetano O'Neil não está disponível online, o que inviabiliza que ela seja analisada, tendo em vista que não conseguimos encontrar sequer o resumo.

Assim como Cirqueira e Corrêa (2014), concordamos que o crescimento observado a partir dos anos 2000 deve-se principalmente a dois fatores: o aumento na quantidade de programas de pós-graduação no período e o crescimento do interesse público pelo debate acerca da questão étnico-racial, motivado principalmente pelo intenso esforço do Movimento Negro para inserir essa pauta na agenda pública e pela intensificação das discussões sobre a adoção, pelas universidades públicas, de ações afirmativas, principalmente as cotas raciais. Soma-se a isso, a ampliação do número de vagas em universidades promovida pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT), pautada principalmente pela expansão do número de campus universitários e pela criação de programas de bolsas.

Conforme relata Sueli Carneiro (2018), o debate sobre as ações afirmativas e o combate ao racismo ganhou força a partir da década de 1990, quando as Nações Unidas promoveram uma série de Conferências Mundiais nas quais alguns temas como direitos humanos, meio ambiente e pobreza alcançaram certa visibilidade. Em 1995, o governo brasileiro admitiu oficialmente, pela primeira vez na história, a existência do racismo no País. No dia 20 de novembro daquele ano, cerca de 30 mil pessoas se reuniram em Brasília, na Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e Pela Vida. Um grupo de representantes do Movimento foi recebido pelo então presidente Fernando

Henrique Cardoso, que no mesmo dia assinou o decreto que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra.

Foi nesse contexto que ocorreu a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, sob forte mobilização do Movimento Negro Brasileiro, realizada em Durban, na África do Sul, no ano de 2001, com participação do Brasil. A Conferência de Durban foi fundamental para a inserção do combate ao racismo na agenda pública brasileira e a criação de políticas públicas de combate ao racismo, como a Lei Nº 10.639/2003⁴⁴, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio. Ainda em 2003, a Universidade do Rio de Janeiro (UERJ) foi a primeira instituição pública de ensino superior a implantar um sistema de reserva de vagas para estudantes negros/as; oriundos de escolas pública e pessoas com deficiência por meio da Lei Nº 4151/2003⁴⁵.

Cirqueira e Corrêa (2014) destacam que, nas teses e dissertações defendidas a partir do ano 2000, grande quantidade é dedicada à discussão das territorialidades negras, com foco principalmente nas comunidades remanescentes de quilombos. Antes do ano 2000, encontramos apenas 3 dissertações e nenhuma tese, como pode ser visto no Quadro 3.

Quadro 4 - Pesquisas defendidas antes do ano 2000

Título do Trabalho	Autor (a)	Orientador (a)	Ano	Instituição
Fronteiras invisíveis: Territórios Negros e Indígenas no Ceará	Alex Ratts	Antônio Carlos Robert Moraes	1996	Universidade de São Paulo (USP)
Várzea e Varzeiros: a vida de um lugar no Baixo Amazonas	Luis Otávio do Canto Lopes	Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta	1998	Universidade de São Paulo (USP)
Do quilombo à favela: o tráfico de drogas enquanto estratégia de sobrevivência ilegal nos marcos de uma ordem segregacionista	Andrelino de Oliveira Campos	Marcelo José Lopes de Souza	1998	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Mais uma vez, chama a atenção o fato de que os três trabalhos mais antigos entre nossos achados foram defendidos em instituições da região sudeste: USP e UFRJ. No Sudeste, estão localizados alguns dos programas de pós-graduação mais antigos do Brasil.

⁴⁴ Modificada pela Lei 11.645/2008, que tornou obrigatório no currículo oficial das escolas brasileiras o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena.

⁴⁵ Alterada pela Lei Nº 5074/2007, que acrescenta cotas para integrantes do que a Lei denomina como “minorias étnicas”, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.

A pós-graduação em Geografia na USP foi criada em 1971. Na UFRJ, a pós-graduação em Geografia foi criada em 1972.

Para a época, pode-se afirmar que os temas propostos nos estudos que compõem o Quadro 4 tornam ainda mais desafiadora a elaboração das pesquisas empreendidas pelos(as) geógrafos(as). Em relação a isso, cabe destacar que duas dessas pesquisas, a de Ratts (1996) e a de Campos (1998) foram orientadas por geógrafos epistemólogos. Marcelo José Lopes de Souza e Antônio Carlos Robert Moraes são dois dos principais geógrafos brasileiros.

Marcelo José Lopes de Souza é professor na UFRJ, onde coordena o Núcleo de Pesquisas sobre desenvolvimento Sócio-espacial (NuPeD). Além do trabalho na universidade, atua junto a movimentos sociais. Recebeu o Prêmio Jabuti em 2011, na categoria Ciências Humanas e Educação, pelo livro “O desafio Metropolitano”. Suas publicações abordam os seguintes temas: 1) Ecologia Política (em especial Ecologia Política Urbana); 2) espaço e natureza no pensamento e na práxis libertários; 3) espacialidade das lutas sociais (identidades, agendas e práticas espaciais dos ativismos, protestos e formas de resistência à heteronomia); 4) justiça ambiental como dimensão do desenvolvimento sócio-espacial; 5) governamentalização da natureza e securitização do ambiente⁴⁶.

Antônio Carlos Robert Moraes foi professor na USP, onde coordenou o Laboratório de Geografia Política, além de ter ministrado cursos em diversas instituições no Brasil e em outros países. Estudou principalmente história e metodologia na Geografia e publicou mais de dez livros sobre a temática. Ao longo de sua carreira, publicou, editou e organizou 26 livros⁴⁷. Em um texto de homenagem póstuma ao geógrafo, falecido em 2015, Moreira destaca como característica marcante em Moraes, a vontade de explicar a contemporaneidade, procurando a raiz dos fatos e não se contentando com explicações fáceis:

Aos seus alunos forneceu ferramentas essenciais que auxiliaram no exercício da reflexão crítica. Amigo sem cerimônia, irreverente e de pensamento sofisticado, fez-se uma voz que nos incitou sempre ao desenvolvimento de ideias renovadas. Acolheu-nos a todos com tudo que isso significa. (MOREIRA, 2015, p. 2)

⁴⁶ Informação do currículo *Lattes* do pesquisador. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0866807094701251>. Acesso em 21 Out. 2019.

⁴⁷ Informação do currículo *Lattes*. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5392964678666063> Acesso em 21 Out. 2019

O que queremos destacar aqui é a importância que tais geógrafos tiveram no processo de inserção da temática étnico-racial na Geografia. As pesquisas pioneiras sobre o tema, muito provavelmente, não poderiam ter sido feitas sem uma orientação aberta a novas concepções. Em relação à dissertação de Luis Otávio do Canto Lopes (Várzea e Varzeiros: a vida de um lugar no Baixo Amazonas), orientada por Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta, nota-se o alinhamento à perspectiva teórica da orientadora, estudiosa da questão agrária e do campesinato, com foco na Amazônia.

Ao analisarmos o currículo *Lattes* de Lopes⁴⁸, verificamos que a questão étnico-racial não está explícita entre seus temas de pesquisa. O resumo do currículo informa que o pesquisador tem experiência nos seguintes temas: Geografia e área interdisciplinar, com ênfase em populações e ambientes das amazônias; conflitos socioambientais; ordenamento territorial das áreas inundáveis e costeiras das amazônias brasileiras. A dissertação não está disponível *online*, mas foi publicada em livro e tivemos acesso ao resumo por meio do *Google Books*⁴⁹, onde verificamos que a dimensão étnico-racial é evidente no objeto de estudo de Lopes, a comunidade Vila Vieira:

Vivendo sobre uma base física complexa, ou seja, sobre as terras e sobre as águas, os "varzeiros" construíram conhecimentos baseados nos "segredos" da natureza, dos índios e da dita sociedade moderna para prover suas necessidades. Se são brancos, se são índios, se são caboclos ou tapuios, se são negros, se são mestiços, se são uma "forma" de cada, isto pouco importa. O que importa é como vivem, como se relacionam e refazem os seus espaços. (LOPES, 1998, s.n.)

Não tivemos acesso a elementos suficientes do trabalho para uma análise mais profunda sobre como a questão étnico-racial é tratada. No entanto, o texto do resumo indica que Lopes (1998) não a considera um dado relevante, apesar de demarcar, no resumo da publicação, que esse aspecto, no mínimo, chama sua atenção. Não sabemos como o pesquisador se autodeclara em relação a sua identidade étnico-racial, mas pela foto dele publicada no portal do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM/UFGA)⁵⁰, no qual é coordenador, percebemos que o geógrafo possui traços fenotípicos que o identificam socialmente como negro. Esse é um dado relevante pois nos permite verificar que todos

⁴⁸ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1013147545099173>. Acesso em 21 Out. 2019

⁴⁹ Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/V%C3%A1rzea_e_varzeiros.html?id=dkgBHQAAAJ&redir_esc=y. Acesso em 22 Out. 2019.

⁵⁰ Disponível em: <http://ppgedam.propesp.ufpa.br/index.php/programa/docentes/permanentes>. Acesso em 22 Out. 2019.

os três autores de dissertações que abordam a temática étnico-racial em programas de pós-graduação em Geografia no Brasil, entre 1987 e 2000, recuperadas em nossa busca, são negros.

Andrelino de Oliveira Campos coordenou o Núcleo de Estudos Sociedade, Espaço e Raça; e Alex Ratts coordena o Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-raciais e espacialidades. Os dois podem ser considerados negros intelectuais, conforme a definição de Sales (2007): “[...] a nova geração de intelectuais brasileiros que incorporam de forma significativa, e de um ponto de vista diferenciado da maioria dos intelectuais brancos que estudam e pesquisam as relações raciais, a dimensão racial” (SANTOS, 2007, p. 96). Como informamos em tópico anterior, essa nova geração surgiu a partir dos anos 1970 e constituiu o Movimento Negro de Base Acadêmica.

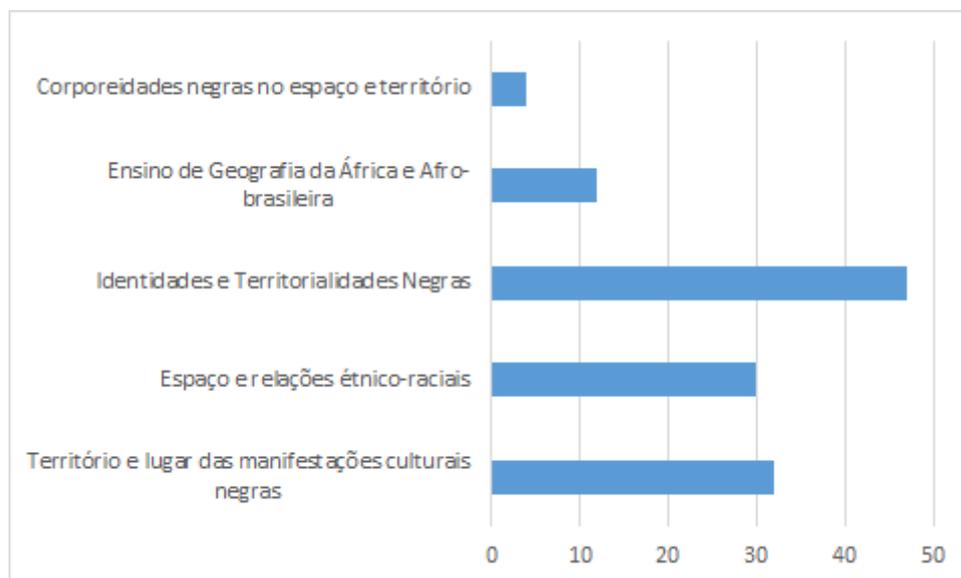
3.1.4.4 Principais temas

Por fim, classificamos os trabalhos conforme a temática que abordam. Para realizar tal classificação, optamos por seguir a proposta de Cirqueira e Corrêa (2014), que dividiram as pesquisas encontradas por eles em quatro “tendências”⁵¹: espaço e relações étnico-raciais; identidades e territorialidades negras; geopolítica dos países africanos; e território e lugar das manifestações culturais negras. Acreditamos que seguir essa classificação pode contribuir para futuros estudos sobre a evolução da temática na Geografia.

Acrescentamos à classificação proposta por Cirqueira e Corrêa (2014), duas outras tendências que observamos durante nosso levantamento: 1) Ensino de Geografia da África e Afro-brasileira; 2) Corporeidades negras no espaço e território. Por outro lado, optamos por excluir as teses e dissertações que estudam geopolítica dos países africanos, pois pretendemos analisar somente os trabalhos dedicados ao recorte nacional. Portanto, a classificação “geopolítica dos países africanos” não foi aplicada. Importante explicitar que essa classificação das tendências de estudo da temática étnico-racial na Geografia Brasileira diz respeito ao Grande *Corpus* da nossa pesquisa. Falaremos sobre a classificação adotada para a definição do Pequeno *Corpus* quando abordarmos as etapas 5 e 6.

⁵¹ A seguir, explicaremos de forma mais detalhada cada uma das tendências.

Gráfico 4 - Tendências de pesquisa em trabalhos que abordam a temática étnico-racial na Geografia



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Seguindo a proposta de Cirqueira e Corrêa (2014), a tendência “espaço e relações étnico-raciais” abarca trabalhos que, em geral, articulam a questão urbana e a questão racial, tratando principalmente da segregação. Nessa tendência, encontramos 30 estudos: 11 teses e 19 dissertações. Dentre essas, 17 foram defendidas na região Sudeste, 11 no Centro-Oeste, 2 no Nordeste e 1 no Sul. Não encontramos nenhum trabalho dentro dessa tendência defendido na região Norte do País. O período em que esses trabalhos foram defendidos vai de 1996 a 2018, sendo essa a tendência mais antiga dentre todas. A maior parte das pesquisas tem como objeto de estudo a segregação socioespacial da população negra; sendo que alguns abordam grupos como as mulheres, os/as trabalhadores/as, os/as estudantes etc., conforme se verifica no Quadro 5.

Quadro 5 - Pesquisas na tendência “Espaço e Relações étnico-raciais”

Título do trabalho	Autor (a) / orientador (a)	Ano	Instituição
Do quilombo à favela: o tráfico de drogas enquanto estratégia de sobrevivência ilegal nos marcos de uma ordem segregacionista	Andrelino de Oliveira Campos / Marcelo José Lopes de Sousa	1998	UFRJ
Rugosidades étnicas e a espacialidade do preconceito racial	Marcus Vinicius Pinheiro da Conceição / Jayro Gonçalves Melo	2004	Unesp
Geografia e relações raciais: desigualdades sócio-espaciais em preto e branco	Antonio Carlos Malachias / Francisco Capuano Scarlato	2006	USP
Agendas & Agências: a Espacialidade dos Movimentos Sociais a partir do Pré-vestibular para Negros e Carentes	Renato Emerson dos Santos / Carlos Walter Porto-Gonçalves	2006	UFF
O planejamento urbano e a “invisibilidade” dos afrodescendentes: discriminação étnico-racial, intervenção estatal, segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro	Andrelino de Oliveira Campos / Marcelo José Lopes de Sousa	2006	UFRJ
Padrões de desigualdades em cidades paulistas de porte médio: a agenda das políticas públicas em disputa	Everaldo Santos Melazzo / Raul Borges Guimarães	2006	Unesp
Corpos Negros Femininos em Movimento: Trajetórias Socioespaciais de Professoras Negras em Escolas Públicas	Lorena Francisco de Sousa / Alex Ratts	2007	UFG
O consumo do espaço Residencial: Um Estudo da Presença/Ausência da População Negra nos Condomínios Horizontais Fechados em Piracicaba-SP	Yaisa Domingas de Carvalho Miguel / Sílvia Aparecida Guarnieri	2008	Unesp
De casa para outras casas: trajetórias socioespaciais de trabalhadoras domésticas residentes em Aparecida de Goiânia e trabalhadoras em Goiânia	Renata Batista Lopes / Alex Ratts	2008	UFG
Revitalização étnica e dinâmica territorial em Mirandiba: alternativas contemporâneas à crise da economia sertaneja	Tomas Paoliello Pacheco de Oliveira / Ana Maria Lima Daou	2010	UFRJ
Entre o corpo e a teoria: a questão étnico-racial na obra e na trajetória de Milton Santos	Diogo Marçal Cirqueira / Alex Ratts	2010	UFG
Mal-estar na cidade - Ordem e contra-ordem sócio-espacial na cultura do amedrontamento	Marcus Rosa Soares / Ester Limonad	2010	UFF
Relações raciais e espaço urbano: trajetórias socioespaciais de militantes do movimento negro na região metropolitana de Goiânia	Talita Machado Cabral / Alex Ratts	2011	UFG
Por uma Geografia das Relações Raciais: o racismo na Cidade do Rio de Janeiro	Denilson Araujo Oliveira / Jorge Luiz Barbosa	2011	UFF
Acesso dos grupos raciais, branco e negro, às técnicas no espaço de Salvador	Roberto Rodrigues Evangelista / Maria Auxiliadora da Silva	2012	UFBA
Uma geografia das ações afirmativas na educação superior: as cotas étnico-raciais na UEG e UFG	Leandro Farias Vaz / Alex Ratts	2012	UFG
Narrativas raciais como narrativas geográficas: uma leitura do branqueamento do território nos livros didáticos de geografia	Gabriel Siqueira Correa / Carlos Walter Porto-Gonçalves	2013	UFF
Mulheres em movimento: os limites do espaço e do gênero em face do movimento de mulheres trabalhadoras rurais no Tocantins	Gleys lally Ramos dos Santos / Alex Ratts	2013	UFG
O “jovem Milton Santos”: personagem do protótipo metodológico: revelar [matrizes clássicas originárias] para definir [vanguarda, universalidade e viés geográfico]	Pedro Henrique Ferreira Costa / Paulo Roberto Teixeira de Godoy	2013	Unesp
Diferenciação e segregação racial em Goiânia: representação cartográfica dos dados de cor ou raça e renda	Danilo Cardoso Ferreira / Alex Ratts	2014	UFG
Migração para qualificação da força de trabalho e a questão racial: estudantes africanos/as lusófonos/as negros/as em universidades goiana	Lorena Francisco de Souza / Heinz Dieter Heidemann	2014	USP
Racismo ambiental no Quilombo Mesquita: uma análise do conflito territorial ambiental e espacial no Quilombo Mesquita localizado no limite municipal de Cidade Ocidental e do Distrito Federal	Vinicius Gomes de Aguiar / Alex Ratts	2015	UFG
Inscrições da Racialidade no pensamento geográfico (1890-1930)	Diogo Marçal Cirqueira / Carlos Walter Porto-Gonçalves	2015	UFF

A dinâmica afrodescendente no contexto espacial do Cabula - Salvador/BA	Flavio Oliveira Mota	2016	UFBA
Movimento negro e relações raciais no espaço acadêmico: trajetórias socioespaciais de estudantes negros e negras na Universidade Federal de Goiás	Mariza Fernandes dos Santos / Alex Ratts	2016	UFG
O banco é branco, o dinheiro é negro: Geopolítica brasileira do financiamento do BNDES a Odebrecht em Angola	Fernanda Lira Goes / Rafael Sanzio Araújo dos Anjos	2016	UnB
Trabalho doméstico: avanços e desafios no início do século XXI para as empregadas domésticas na cidade de Catalão - Goiás	Sueley Luana da Silva Inácio / Carmem Lucia Costa	2016	UFG
Terra, raça, classe e estratégia: uma articulação pelo campo da geografia cultural	Raumi Joaquim de Souza / Rafael Litvin Villas Boas	2017	Unesp
Serviço de preto: o trabalhador negro inserido no mercado de trabalho juiz-forano	Leandro Alves de Assis / Elias Lopes de Lima	2018	UFJF
A invisibilidade negra na cidade de porto alegre: uma pesquisa sobre imaginários urbanos	Helena Bonetto / Alvaro Luiz Heidrich	2018	UFRGS

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A tendência “Identidades e Territorialidades Negras” classifica as pesquisas que analisam as dimensões identitárias e territoriais de comunidades tradicionais negras, como os quilombos ou outros tipos de agrupamentos negros rurais ou urbanos. Essa foi a tendência com o maior número de resultados recuperados no levantamento: 47 (13 teses e 34 dissertações).

O mesmo padrão foi observado no estudo realizado por Cirqueira e Corrêa (2014), que chamaram a atenção para o fato de que a quantidade de trabalhos sobre o tema, apesar de significativa quando comparada às outras tendências, ainda é pequena frente ao número de comunidades negras que lutam pelo direito ao território. A maior parte dos trabalhos foi defendida nas regiões Sudeste (26) e Nordeste (12). Contraditoriamente, na região Norte, onde localiza-se o estado com o maior número de territórios quilombolas titulados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), foram defendidos somente 4 trabalhos dentro dessa tendência.

Quadro 6 - Teses e dissertações na tendência “Identidades e Territorialidades Negras”

Título do trabalho	Autor (a) / orientador (a)	Ano	Instituição
Fronteiras Invisíveis: Territórios Negros e Indígenas no Ceará	Alex Ratts / Antônio Carlos Robert Moraes	1996	USP
Várzea e varzeiros: a vida de um lugar no baixo amazonas	Luis Otávio do Canto Lopes / Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta	1998	USP
Capim na Festa do Asfalto: Conflito pela Terra em Conde, Zona da Mata Paraibana	Marcelo Gomes Justo / Ariovaldo Umbelino de Oliveira	2000	USP
As mulheres da cidade d'oxum: relações de gênero, raça e classe e organização espacial do movimento de bairro em Salvador	Antonia dos Santos Garcia / Angelo Szaeniecki Perret Serpa	2001	UFBA
Kalunga: O Mito do Isolamento Diante da Mobilidade Espacial	Marise Vicente de Paula / Alex Ratts	2003	UFG
Territórios do candomblé: a desterritorialização dos terreiros na região metropolitana de Salvador	Jussara Cristina Vasconcelos Rêgo / Angelo Szaeniecki Perret Serpa	2003	UFBA
Quilombo, Janela e Periferia: a longa busca da cidadania	Lourdes de Fatima Bezerra Carril / Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta	2003	USP
Camburi, território de brancos, negros e índios no limite de consenso caçara. Transformações de uma população tradicional camponesa	Simone Rezende da Silva / Ariovaldo Umbelino de Oliveira	2004	USP
Mapeando narrativas: uma análise do processo histórico-espacial da comunidade do engenho ii - kalunga	Alessandra D'Aqui Velloso / Neio Lucio de Oliveira Campos	2007	UnB
Comunidade remanescente de quilombo de Jesus / bacia do Guaporé-ro: territorialidade e relações socioambientais	Gustavo Gurgel do Amaral / Marco Antonio Domingues Teixeira	2008	UNIR
"Donos do lugar": a territorialidade quilombola do Sapê do Norte-ES'	Simone Raquel Batista Ferreira / Carlos Walter Porto-Gonçalves	2009	UFF
A luta pela terra e a construção do território remanescente de quilombo de caiana dos crioulos, Alagoa Grande-Pb	Alessandra Pereira da Costa Moreira / Maria de Fátima Ferreira Rodrigues	2009	UFPB
Agricultura camponesa em territórios de comunidades quilombolas rurais no alto Jequitinhonha - Minas Novas/MG	Gerson Diniz Lima / Maria Aparecida Tubaldini	2010	UFMG
Terra, território, quilombo: à luz do povoado de Matinha dos Pretos	Elane Bastos de Souza / Guiomar Inez Germani	2010	UFBA
Territorialidades negras no território nacional: processos sócio-espaciais e normatização da identidade quilombola	Isabel Araujo Isoldi / Maria Tereza Duarte Paz Luchiari	2010	UNICAMP
Conflito identidade e territorialização Estado e Comunidades remanescentes de Quilombos do Vale do Ribeira - SP	Rose Leine Bertaco Giacomini / Marta Inez Medeiros	2010	USP
Território, Poder e as múltiplas territorialidades nas terras indígenas e de pretos: Narrativa e Memória como mediação na construção dos territórios dos povos tradicionais	Maria Ester Ferreira da Silva / Alexandrina Luz Conceição	2010	UFS
A comunidade remanescente de quilombo do engenho siqueira: conhecimento tradicional e potencialidade da agroecologia na zona da mata pernambucana	Marli Gondim de Araújo / Caio Augusto Amorin Maciel	2011	UFPE
A Contextualização Histórica e Geográfica de Mapas sobre as áreas Quilombolas das Minas Gerais dos setecentos: s quilombos da região do Campo Grande	Edson da Silva Filho / José Flavio Morais de Castro	2011	PUC-MG
Trajetórias sócioespaciais de estudantes quilombolas de Cedro e Buracão - desafios e perspectivas educacionais em quilombos no sudoeste goiano	George da Cunha Furtado / Alex Ratts	2011	UFG
Um quilombo no terreiro: território e identidade em manzo ngunzo kaingo - belo horizonte/minas gerais	Ana Maria Martins Queiroz / José Antônio Souza de Deus	2012	UFMG
Aquilombamento no maranhão: um rio grande de (im)possibilidades	Marivania Leonor Souza Furtado / Maria Aparecida de Moraes	2012	UNESP
A África e suas representações no(s) livro(s) escolar(es) de Geografia no Brasil - 1890-2003	Rosemberg Aparecido Lopes Ferracini / Sonia Castellar	2012	USP
Os jovens do Quilombo dos Alpes no duelo ético-estético: identidade, território e o lugar	Gisele Santos Laitano / Nelson Rego	2012	UFRGS

Agroecossistemas & sociobiodiversidade: territorialidades e temporalidades nos quilombos do alagadiço, minas novas/mg	Raphael Fernando Diniz / Maria Aparecida Tubaldini	2013	UFMG
Geograficidade quilombola: Paisagens e Geossímbolos de Ouro Verde de Minas - Minas Gerais – Brasil	Lucas Zenha Antonino / Luiz Eduardo Panisset Travassos	2013	PUC-MG
Identidade, cultura e trabalho na comunidade de maçambique – canguçu/rs	Solange de Oliveira / Dario de Araújo Lima	2013	FURG
Território e territorialidade negra quilombola em Coqueiros – BA: dos espaços de referências à afirmação identitária	Fabio Nunes de Jesus / Anelino Francisco da Silva	2013	UFRN
A geopolítica do estado nacional e a territorialidade quilombola na Bahia no séc. XX	Diosmar Marcelino de Santana Filho / Guiomar Inez Germani	2014	UFBA
Política de regularização de terras quilombolas: identidades e territorialidades negras em Portalegre	Camila da Silva Pereira / Alessandro Dozena	2014	UFRN
Quilombos, Abolicionismo e a cidade: Política e simbolismo na inserção do quilombo do Leblon na dinâmica urbana do Rio de Janeiro do final do século XIX	Deborah da Costa Fontenelle	2014	UFRJ
O enigma do rosário os mistérios da (r)existência nas correntezas da urbanização	Maria Ivanice de Andrade Viegas / Sergio Manuel Merencio Martins	2014	UFMG
O imaginário nas espacialidades: quilombolas do vale do Guaporé/Rondônia	Zairo Carlos da Silva Pinheiro / Cicilian Luiza Lowen Sahr	2014	UFPR
As comunidades remanescentes quilombolas no roteiro da Missão Cruls: o (re) conhecer do território	Alessandra de Albuquerque Ramalho / Rita de Cassia Martins de Souza	2015	UFU
Rio Negro de Janeiro: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial	Geny Ferreira Guimaraes / Catherine Prost	2015	UFBA
O constitucional e real da política regularização territorial quilombola: uma análise da comunidade de Caiana dos Crioulos - Alagoas	Diego de Oliveira Silvestre / Josias de Castro Galvão	2015	UFPB
A dinâmica da construção da identidade e do território no quilombo Cafundó - SP	Lucas Bento da Silva / Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira	2016	UNESP
Da luta pela terra à territorialização quilombola: o caso da comunidade Porto Velho, Iporanga/SP	Denise Martins de Sousa / Larissa Mies Bombardi	2016	USP
Uso do território, normas e política: dos compartimentos quilombolas à comunidade Cafundó (Salto de Pirapora-SP)	Andre Luis Gomes / Rosa Ester Rossini	2016	USP
Fronteira Étnica: Tabajara e Comunidades Negras no Processo de Territorialização do Litoral Sul Paraibano	Amanda Christinne Nascimento Marques / Maria Geralda de Almeida	2016	UFS
A produção do território quilombola de retiro e o papel dos atores externos: uma análise em questão'	Ananda Bermudes Coutinho / Marcio Pinon de Oliveira	2016	UFF
O Território da Mata dos Crioulos e Demandas Territoriais Distintas: contradições entre comunidades quilombolas e unidades de conservação	Taina Goncalves Bulhões / Marcio Pinon de Oliveira	2016	UFMG
Percepção Intergeracional de Paisagens Urbanas: Estudo de Caso da Comunidade dos Arturos	Kelly Aparecida de Souza carneiro / Ralfo Edmundo da Silva Matos	2017	UFMG
Segue o roteiro mais uma estação": o trem da Grota e o bairro negro de Flores – Ruy Barbosa/BA	Dolores Bastos de Araújo Hayne de Oliveira / Julio Cesar de Sá da Rocha	2017	UFBA
Territórios negros em porto alegre/rs (1800 – 1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano	Daniele Machado vieira / Adriana Dorfman	2017	UFRGS
Negros em terras de brancos? reflexões sobre o racismo e a colonialidade nas representações hegemônicas sobre o Espírito Santo	Jaime Bernardo Neto / Carlos Walter Porto-Gonçalves	2017	UFF
Territórios negros em Florianópolis	Azania Mahin Romao Nogueira / Nazareno José de Campos	2018	UFSC

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Na classificação “Território e Lugar das Manifestações Culturais Negras”, encontramos 32 trabalhos que abordam manifestações culturais e religiosas afro-

brasileiras como os congados, o jongo, o maracatu, os terreiros, o hip-hop etc, sendo 12 teses e 20 dissertações. Mais da metade dos trabalhos (17) foi defendida na Região Sudeste, seguida pelo Centro-Oeste (9) e Nordeste (4). A Geografia Cultural é uma corrente que poderia abrir possibilidades para a discussão da temática étnico-racial na disciplina. Conforme Claval (2002), a perspectiva cultural implica a renúncia às abordagens totalizantes e às generalizações para privilegiar o indivíduo. O social é observado pela perspectiva da experiência. “[...] este se implanta através do jogo das representações que as pessoas recebem do mundo que as cerca, e que constituem as grades através das quais percebem o real (CLAVAL, 2002, p. 32).

Contraditoriamente, conforme aponta Ratts (2010), essa corrente deu pouca atenção à temática: “[...] no que se convencionou denominar de virada cultural ou humanista, os temas concernentes a negros, índios e outros segmentos étnico-raciais, assim como as mulheres e homossexuais, também quase não entraram em cena” (RATTS, 2010, p. 128). Para Cirqueira e Corrêa (2014), as teses e dissertações sobre a tendência “território e lugar das manifestações culturais” produzidas no Brasil no período estudado por eles tendem a supervalorizar a abordagem cultural, deixando em segundo plano as análises sobre relações de poder e desigualdades nas manifestações culturais afro-brasileiras.

Por outro lado, o levantamento realizado por nós indica que pode estar ocorrendo uma mudança em relação a esse aspecto, com uma tendência ao aprofundamento da abordagem crítica nesses trabalhos. Pelo que pudemos apreender a partir das leituras dos títulos e resumos das teses e dissertações recuperadas em nosso levantamento dentro dessa tendência, a maior parte (22 entre 32) dos/as pesquisadores/as direciona suas análises para temas como as disputas por espaço, principalmente quando se estuda os terreiros de religiões de matriz africana; a segregação socioespacial; o apagamento das manifestações culturais afro-brasileiras na história e na geografia; e a politização da identidade negra e quilombola a partir da valorização das tradições afro-brasileiras. Há, ainda, uma tese (PAULA, 2010) que analisa relações de gênero na congada de Catalão (GO).

Quadro 7 - Teses e dissertações na tendência “Território e lugar das manifestações culturais negras”

Título do trabalho	Autor (a) / orientador (a)	Ano	Instituição
Carnaval de Salvador: mercantilização e produção de espaços de segregação, exclusão e conflito	Clímaco Cesar Siqueira Dias / Maria Auxiliadora da Silva	2002	UFBA
Irmandade da Boa Morte como manifestação cultural afro-brasileira: de cultura alternativa à inserção global	Aureanice de Mello Corrêa / Scott William Hoefle	2004	UFRJ
A Singularidade de um lugar festivo: o Reinado de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e o Juizado de São Benedito em Pirenópolis.	Tereza Caroline Lôbo / Carlos Eduardo Santos Maia	2006	UFG
Maracatu: a centralidade da periferia	Paola Verri de Santana / Ana Fani A. Carlos	2006	USP
Negros congadeiros e a cidade: costumes e tradições nos lugares e nas redes da Congada de Uberlândia - MG	Marli Graniel Kinn / Julio Cesar Suzuki	2006	USP
O Espetáculo na Praça: Territorialidade, Identidade e Rituais Negros na Cidade de Goiás	Rosemberg Aparecido Lopes Ferracini / Carlos Eduardo Santos Maia	2006	UFG
Territorialidades no Mundo Globalizado: outras leituras de Cidade a partir da cultura Hip Hop	Denilson Araújo de Oliveira / Jorge Luiz Barbosa	2006	UFF
Giros e Pousos, Moradores e Foliões: Identidade Territorial e Mobilidade Espacial na Folia de Reis da Comunidade Negra Rural de Água Limpa, Faina-Goiás	Antônio Ferreira Leite / Alex Ratts	2008	UFG
Paisagens e territórios religiosos afro-brasileiros no espaço urbano: terreiros de Candomblé em Goiânia	Paulo José Teixeira / Alex Ratts	2009	UFG
Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negro-africana: terreiros, quilombos e quintais na grande BH	Angela Maria da Silva Gomes / Heloisa Soares de Moura Costa	2009	UFMG
A Metrópole Sagrada: Geograficidade de um Rio de Janeiro Afro-brasileiro	Leonardo de Oliveira Carneiro / Carlos Walter Porto-Gonçalves	2009	UFF
Subúrbio, morro e terreiro: a geografia da prática cultural dos negros em meio ao processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro entre 1890 e 1940	Marcelo Pereira da Silva / Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira	2010	UNESP
Sob o manto azul de Nossa Senhora do Rosário: mulheres e identidade de gênero na congada de Catalão (GO)	Marise Vicente de Paula / Alex Ratts	2010	UFG
O Candomblé e a Umbanda na Cidade de Contagem, Minas Gerais Espaço e Território	Aurino José Góis / Oswaldo Bueno Amorim Filho	2011	PUC-MINAS
Casas da religião de matriz africana em Porto Alegre: territorialidades étnicas e/ou culturais a partir da antiga colônia africana	Tiago Bassani Rech / Alvaro Luiz Heidrich	2012	UFRGS
O Espaço dos Maracatus-Nação de Pernambuco: Território e Representação	Cleison Leite Ferreira / Rafael Sanzio Araújo dos Anjos	2012	UnB
Os jovens, a congada e a cidade: percursos e identidades de jovens congadeiros em Goiânia - Goiás	Adriane Alvaro Damascena / Alex Ratts	2012	UFG
As Ações do Movimento Hip Hop no Espaço Urbano de Rio Claro	Denise Prates Xavier / Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro	2012	UNESP
Conflitos religiosos e espaço urbano contemporâneo: cruzamentos dos fenômenos de dispersão espacial dos sistemas de significações religiosas de neopentecostais e religiões afro-brasileiras no rio de janeiro	Rachel Cabral da Silva / Benhur Pinos da Costa	2013	UFSM
Território e Memória: a construção da territorialidade étnica da comunidade quilombola Grilo/PB	Maria Salomé Lopes Friedrich / Maria de Fátima Ferreira Rodrigues	2013	UFPB
Dinâmicas territoriais do sagrado de matriz africana: o candomblé em Goiânia e região metropolitana	Mary Anne Vieira Silva / Maria Geralda de Almeida	2013	UFG
Entre territórios e terreiros: Yorubá, velhos deuses no novo mundo	Emerson Costa de Melo / José Antônio Souza de Deus	2014	UFMG

Territorialidade da igreja católica e interfaces com a religiosidade popular no recôncavo da Bahia: a diocese de amargosa e os espaços de crenças na festa de São Roque de Nazaré	Wedmo Teixeira Rosa / Caio Augusto Amorim Maciel	2014	UFPE
Performances estilísticas da umbanda na apropriação do espaço público em Fortaleza-CE	Ilaina damasceno pereira / Jorge Luiz Barbosa	2015	UFF
Abordagens culturais, Carste e Congado: o exemplo Lapa de São Bento em Paraopeba, Minas Gerais	Isabela Fernanda Gomes Oliveira / Luiz Eduardo Panisset Travassos	2016	PUC-MINAS
A geografia do maracatu-nação de Pernambuco: representações espaciais e deslocamento de elementos no Brasil e no mundo	Cleison Leite Ferreira / Rafael Sanzio Araújo dos Anjos	2016	UnB
De Guimarães à Basílica de Nossa Senhora da Conceição da Praia: (In) Tolerância e pertencimento no território religioso baiano	Sandy Regina Cadete Barbosa de Jesus / Zeny Rosendahl	2016	UERJ
Os territórios dos maracatus do povoado Brejão – Brejo Grande/Sergipe -Brasil	Edivaldo Alves de Oliveira / Maria Augusta Mundim Vargas	2017	UFS
Catimbolândia: tramas negras do Xangô na Veneza Americana – arredores do Rio Beberibe (Recife, 1867-1945)	Bruno Maia Halley / Cristina Pessanha Mary	2017	UFF
Deus nos salve o Cruzeiro das Almas, meu povo Bantu: o Jongo e a unidade territorial de matriz africana de Santa Rita do Bracuí (RJ)	Fausto Gadelha Cafezeiro / Renato Emerson Nascimento dos Santos	2018	UERJ
Som de Valente: bailes negros em São Paulo	Igor Vantos Valvassori / Simone Schifoni	2018	USP
A geograficidade das relações raciais e religiosas: conflitos e ações contra-hegemônicas do povo de terreiros em São Gonçalo - RJ	Adriani Lameira Theophilo de Almeida / Renato Emerson Nascimento dos Santos	2018	UERJ

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Na classificação “Ensino de Geografia da África e Afro-brasileira”, localizamos 12 trabalhos: uma tese e 11 dissertações. Consideramos um avanço o fato de termos recuperado tais pesquisas, tendo em vista que a inexistência de estudos sobre o tema foi algo que chamou a atenção de Cirqueira e Corrêa (2014) na época em que fizeram o levantamento, principalmente porque já estava vigente a Lei 10.639/2003. Com a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas, as universidades deveriam se mobilizar para formar professores/as capacitados/as a trabalhar com a temática em sala de aula, e pressupõe-se que isso resultaria em um aumento no número de pesquisas sobre o tema, mas não foi esse o cenário observado por Cirqueira e Corrêa (2014), cujo recorte temporal vai até o ano de 2012.

Conforme aponta Santos (2013), a transposição didática de diversos aspectos da questão étnico-racial que podem ser trabalhados nas aulas de Geografia é um desafio que demanda criatividade e empenho dos/as professores/as. No entanto, é importante destacar que cabe às universidades a inclusão dessa temática nos currículos das licenciaturas.

Quadro 8 - Teses e dissertações na tendência “Ensino de Geografia da África e Afro-brasileira

Título do trabalho	Autor (a) / orientador (a)	Ano	Instituição
O ensino de Geografia na educação quilombola: experiências na escola municipal de ensino fundamental Professora Antônia Socorro da Silva Machado - comunidade negra de Paratibe, PB	Ygor Yuri de Luna Cavalcante / Maria de Fátima Ferreira Rodrigues	2013	UFPB
Geografias de cinema: contribuições ao ensino da história e cultura do negro-afro-descendente	Thiago de Alencar Izabel / Jeani Delgado Paschoal Moura	2014	UEL
Na sala de aula: a África de meus alunos	Romise Inez de Lima / Ivaine Maria Tonini	2014	UFRS
Relações de Poder na construção do currículo praticado: uma análise de conflitos na prática cotidiana de professores na implementação da Lei 10.639 no Ensino de Geografia	Ronald Coutinho santos / Renato Emerson Nascimento dos Santos	2016	UERJ
As relações raciais na parede: sentir – pensar a geografia pela fotografia	Wagner Inocêncio Cardoso / Nestor André Kaercher	2016	UFRGS
Lei 10.639/2003 e o ensino de geografia na educação básica: contribuições a partir dos Catopês em Montes Claros, MG	Marcia Verssiane Gusmão Fagundes / Adriany de Ávila Melo Sampaio	2016	UFU
Composições e afetos com fotoáfricas exercícios de pensamento na educação geográfica	Raphaela de Toledo Desiderio / Ivaine Maria Tonini	2017	UFRGS
Escola como espaço de multiplicidade e a questão etnicorracial no ensino de Geografia de Goiás	Ana Lucia Lourenco dos Santos / Alex Ratts	2017	UFG
A Geografia e as Poesias de Oliveira Silveira como um Instrumento Identitário de Alunos Negros do Programa Trajetórias Criativas	Anelise Silveira Cardoso / Adriana Dofrman	2018	UFRGS
A representação do negro e da geografia africana nos livros didáticos brasileiros: a Lei 10.639/03 e o ensino no segundo ciclo da educação fundamental	Rafaela Pacheco Dalbem / Adilar Antônio Cigolini	2018	UFPR
Da Bonja pro mundo: O Território Vivido como Potência Identitária no Ensino de Geografia	Bruno Xavier Silveira / Claudia Luisa Zeferino Pires	2018	UFRGS
A Lei 10.639/03 e sua implementação nas licenciaturas em geografia da UEL e UEM	Leticia Maria Bozelli / Claudivan Sanches Lopes	2018	UEM

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Na tendência Corporeidades Negras no Espaço e Território, localizamos 4 trabalhos: 2 teses e duas dissertações defendidas entre 2008 e 2014. Nota-se que é um tema recente na Geografia, apesar de este já ter sido abordado por Milton Santos (1996) em seus escritos sobre a cidadania das pessoas negras. As pesquisas dentro dessa tendência tendem a dialogar com a Geografia Cultural. Duas delas analisam aspectos das congadas em Goiás e em Minas Gerais. Outra, insere mais uma temática recente na geografia: a literatura. O quarto estudo que aparece nessa tendência é dedicado à defesa da corporeidade como um tema geográfico e defende que o espaço é uma experiência corporalizada (NUNES, 2014). Os estudos sobre corporeidade podem tomar um caminho independente da temática étnico-racial na Geografia, sendo apropriados por estudiosos/as de diversos temas, como as relações de gênero e sexualidade, mas são, sem dúvida, uma

perspectiva que pode contribuir para o desenvolvimento do debate sobre a dimensão geográfica da questão étnico-racial.

Quadro 9 - Teses e dissertações na tendência “Corporeidades Negras no Espaço e no Território”

Título do trabalho	Autor (a) / orientador (a)	Ano	Instituição
Corporeidade, Cultura e Territorialidades Negras: A Congada em Catalão-Goiás	Ana Paula Costa / Alex Ratts	2008	UFG
Corpos em drama, lugares em trama: gênero, negritude e ficção política nos congados de São Benedito (Minas Novas) e São José do Triunfo (Viçosa) - MG	Patrício Pereira Alves de Sousa / José Antônio Souza de Deus	2011	UFMG
Geo-Grafias Insurgentes: Corpo e espaço nos romances Ponciá Vicêncio e Becos da Memória de Conceição Evaristo	Ana Maria Martins Queiroz / Alex Ratts	2017	UFG
Geografias do corpo: por uma geografia da diferença	Camila Xavier Nunes / Nelson Rego	2014	UFRGS

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Algo que chamou nossa atenção na classificação por tendências é a permanência de alguns/as pesquisadores/as em uma mesma temática durante o mestrado e o doutorado, o que indica um esforço para se aprofundar na abordagem geográfica sobre um tema que envolve a questão étnico-racial, a exemplo de Lorena Francisco de Sousa, Andreilino de Oliveira Campos e Diogo Marçal Cirqueira, que permaneceram na tendência “Espaço e relações étnico-raciais”. Há ainda, pesquisadores/as que abordaram a temática étnico-racial tanto no mestrado quanto no doutorado, mas mudaram de tendência, instituição e/ou orientador/a. Em nosso levantamento, localizamos 8 geógrafos/as que abordaram a questão étnico-racial na dissertação e na tese, entre 33 que cursaram o doutorado. Dentre estes/as, 4 realizaram as duas pesquisas na mesma tendência e 4 trabalharam com tendências diferentes. Além disso, 4 cursaram mestrado e doutorado na mesma instituição e 4 migraram para universidades diferentes, como se vê no Quadro 10.

Quadro 10 - Pesquisadores/as que abordaram a temática étnico/racial no mestrado e no doutorado

Autor/a	Dissertação	Orientador/a	Ano	Instituição	Tendência
Cleison Leite Ferreira	O Espaço dos Maracatus-Nação de Pernambuco: Território e Representação	Rafael Sanzio Araújo dos Anjos	2012	UnB	Território e lugar das manifestações culturais negras
	Tese	Orientador/a	Ano	Instituição	Tendência
	A geografia do Maracatu-Nação de Pernambuco: Representações espaciais e deslocamentos no Brasil e no mundo	Rafael Sanzio Araújo dos Anjos	2016	UnB	Território e lugar das manifestações culturais negras
Autor/a	Dissertação	Orientador/a	Ano	Instituição	Tendência
Lorena Francisco de Sousa	Corpos Negros Femininos em Movimento: Trajetórias Socioespaciais de Professoras Negras em Escolas Públicas	Alex Ratts	2007	UFG	Espaço e relações étnico-raciais
	Tese	Orientador/a	Ano	Instituição	Tendência
	Migração para qualificação da força de trabalho e a questão racial: estudantes africanos/as lusófonos/as negros/as em universidades goianas	Heinz Dieter Heidemann	2014	USP	Espaço e relações étnico-raciais
Autor/a	Dissertação	Orientador/a	Ano	Instituição	Tendência
Andreilino de Oliveira Campos	Do quilombo à favela: o tráfico de drogas enquanto estratégia de sobrevivência ilegal nos marcos de uma ordem segregacionista	Marcelo José Lopes de Souza	1998	UFRJ	Espaço e relações étnico-raciais
	Tese	Orientador/a	Ano	Instituição	Tendência
	O planejamento urbano e a "invisibilidade" dos afrodescendentes: discriminação étnico-racial, intervenção estatal, segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro	Marcelo José Lopes de Souza	2006	UFRJ	Espaço e relações étnico-raciais
Autor/a	Dissertação	Orientador/a	Ano	Instituição	Tendência
Denilson Araújo de Oliveira	Territorialidades no Mundo Globalizado: outras leituras de Cidade a partir da cultura Hip Hop	Jorge Luiz Barbosa	2006	UFF	Território e lugar das manifestações culturais negras
	Tese	Orientador/a	Ano	Instituição	Tendência

	Por uma Geografia das Relações Raciais: o racismo na Cidade do Rio de Janeiro	Jorge Luiz Barbosa	2011	UFF	Espaço e relações étnico-raciais
Autor/a	Dissertação	Orientador/a	Ano	Instituição	Tendência
Marise Vicente de Paula	Kalunga: O Mito do Isolamento Diante da Mobilidade Espacial	Alex Ratts	2003	UFG	Identidades e Territorialidades Negras
	Tese	Orientador/a	Ano	Instituição	Tendência
	Sob o manto azul de Nossa Senhora do Rosário: mulheres e identidade de gênero na congada de Catalão (GO)	Alex Ratts	2010	UFG	Território e lugar das manifestações culturais negras
Autor/a	Dissertação	Orientador/a	Ano	Instituição	Tendência
Ana Maria Martins Queiroz	Um quilombo no terreiro: território e identidade em Manzo Ngunzo Kaiango Belo Horizonte / Minas Gerais	Jose Antonio Souza de Deus	2012	UFMG	Identidades e Territorialidades Negras
	Tese	Orientador/a	Ano	Instituição	Tendência
	Geo-Grafias Insurgentes: Corpo e espaço nos romances Ponciá Vicêncio e Becos da Memória de Conceição Evaristo	Alex Ratts	2017	UFG	Espaço e relações étnico-raciais
Autor/a	Dissertação	Orientador/a	Ano	Instituição	Tendência
Diogo Marçal Cirqueira	Entre o corpo e a teoria: a questão étnico-racial na obra e na trajetória de Milton Santos	Alex Ratts	2010	UFG	Espaço e relações étnico-raciais
	Tese	Orientador/a	Ano	Instituição	Tendência
	Inscrições da racialidade no pensamento geográfico (1980-1930)	Carlos Walter Porto-Gonçalves	2015	UFF	Espaço e relações étnico-raciais

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Cabe observar que a maioria dos/as pesquisadores/as que tiveram tanto a tese quanto a dissertação recuperadas em nossa busca é do gênero masculino. São 5 homens e somente 3 mulheres. Também chama a atenção o fato de que, apesar de as mulheres serem maioria no total de pesquisadores/as que constam em nosso levantamento, elas não estão proporcionalmente distribuídas entre as diferentes temáticas. As pesquisadoras são 52% do total de nossa amostra, porém estão concentradas principalmente nas tendências “Corporeidades negras no espaço e território”, na qual são responsáveis por 80% das

pesquisas; e identidades e territorialidades negras (63,82%), conforme o quadro 11. Esse dado corrobora o que apontamos anteriormente: as pesquisadoras estão concentradas em áreas e temas específicos, enquanto os pesquisadores estão mais distribuídos pelas diferentes áreas.

Quadro 11 - Distribuição das pesquisadoras por tendência de estudo

Tendência	Percentual de pesquisadoras
Corporeidades negras no espaço e território	80%
Ensino de Geografia da África e Afro-brasileira	58,33%
Espaço e relações étnico-raciais	33,33%
Identidades e Territorialidades Negras	63,82
Território e lugar das manifestações culturais negras	46,87

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O que mais se destaca na análise do PC é o fato de que as pesquisas sobre a questão racial na Geografia brasileira cresceram em volume e multiplicidade de temáticas na última década. Esse crescimento pode ser resultado de dois fatores: o primeiro é a histórica luta dos movimentos negros brasileiros no campo da educação; e o segundo, uma consequência do primeiro: as ações afirmativas que estão sendo adotadas no País desde o início dos anos 2000, cujos resultados mais visíveis estão justamente no setor educacional. Em 2019, o jornal Folha de São Paulo⁵² realizou um levantamento na base de dados *Web of Science* sobre a quantidade de artigos científicos publicados sobre desigualdade racial e racismo, e verificou que essa produção aumentou de 5 artigos em 1999 para 147 em 2018. Na pós-graduação em Geografia, no entanto, cabe questionar qual é alcance dessa produção e como os programas de pós-graduação têm recebido esses trabalhos. Um bom parâmetro é observar como a temática étnico-racial se insere nas disciplinas ofertadas aos/as geógrafos/as nos cursos de pós-graduação. Outro parâmetro são os relatos de geógrafos/as negros/as sobre suas trajetórias de pesquisa com o tema, principalmente as resistências que enfrentaram no interior da comunidade científica; que serão objeto de análise nos próximos tópicos.

⁵² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/11/pesquisas-brasileiras-sobre-racismo-e-desigualdade-racial-crescem-28-vezes-em-20-anos.shtml> Acesso em 17 Dez. 2019.

3.1.5 Etapa 5 - Sistematização do Pequeno *Corpus* em planilha

Após a análise do Grande *Corpus*, passamos à etapa de sistematização do Pequeno *Corpus*, para a qual também elaboramos um protocolo a ser seguido. Nesta etapa, estabelecemos um segundo nível de classificação dos estudos recuperados em nosso levantamento. Tal classificação está relacionada ao Objetivo 2 do estudo: Analisar o conjunto de teses em Geografia produzidos no Brasil por geógrafos/as negros/as, que apresentem possibilidades para o estudo geográfico da questão racial. Nesta parte da pesquisa, um dos elementos que pretendemos analisar é a hipótese de que esses/as geógrafos/as possuem um ponto de vista diferenciado em relação ao grupo hegemônico, e esse ponto de vista é informado por suas trajetórias socioespaciais. Os critérios de inclusão e exclusão no PC podem ser verificados na tabela a seguir, na qual expomos o protocolo adotado no trabalho de sistematização do PC.

Quadro 12 - Protocolo adotado para a elaboração do PC

<p>Objetivo</p> <p>Reunir o conjunto de teses em Geografia produzidos no Brasil por geógrafos/as negros/as, que apresentem possibilidades para o estudo geográfico da questão racial; e que evidenciem relações entre elementos da trajetória socioespacial dos/as pesquisadores/as e suas escolhas de tema de estudo, referencial teórico e metodologias.</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p>Âmbito da Pesquisa</p> <p>Grande <i>Corpus</i> construído a partir do levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p>Critérios Inclusão</p> <p>Serão aceitáveis teses em Geografia produzidas no Brasil por geógrafos/as negros/as, que apresentem possibilidades para o estudo geográfico da questão racial; e que evidenciem relações entre elementos da trajetória socioespacial dos/as pesquisadores/as e suas escolhas de tema de estudo, referencial teórico e metodologias</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p>Critérios Exclusão</p> <p>Serão excluídas as teses que: 1) não apresentem uma discussão sobre as possibilidades de análise da questão racial na Geografia; 2) cujos/as autores/as não sejam negros/as; 3) Não evidenciem relações entre elementos da trajetória socioespacial dos/as pesquisadores/as e suas escolhas de tema de estudo, referencial teórico e metodologias</p>

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Ramos *et al.* (2014).

Nesta etapa, construímos uma tabela no *software* Excel, na qual foram incluídas todas as teses encontradas no levantamento. Na tabela, foram incluídos os seguintes dados sobre cada um dos estudos: título, autoria, orientação, ano de defesa, palavras-chave, objetivo, abordagem geográfica adotada pelo(a) pesquisador(a) e se o(a) autor(a) possui características fenotípicas que o(a) caracterizam como negro(a).

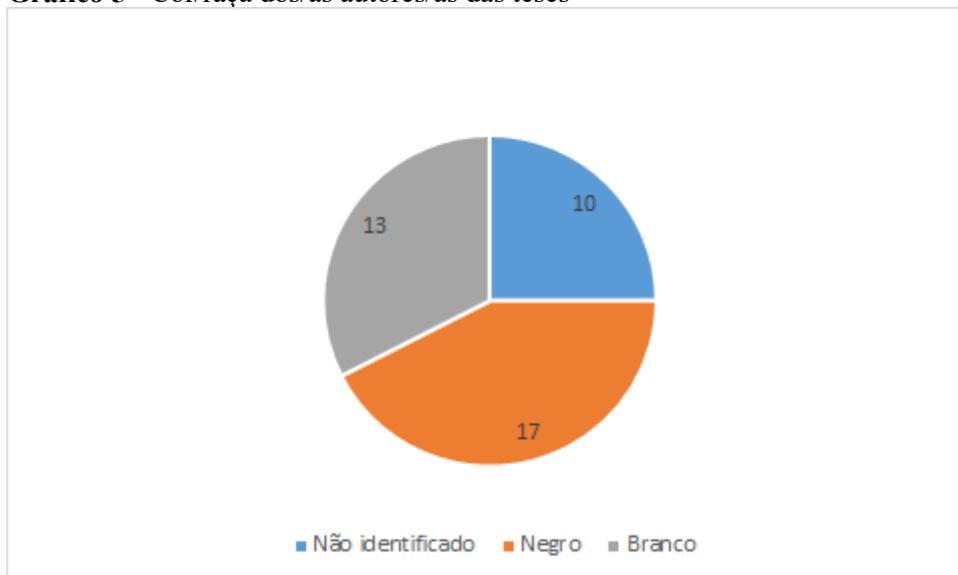
Uma das dificuldades encontradas nesta etapa foi a falta de algumas das informações que buscávamos nas teses. Foram poucos os casos em que o objetivo e a metodologia estavam descritos nos resumos. Por isso, em diversas teses, foi necessário fazer a leitura dos sumários e introduções; em algumas situações, realizamos uma busca

por termos como “objetivo”, “metodologia” e “Geografia” nos documentos, a fim de localizar as informações que coletamos.

Para verificar a cor/raça dos/as autores/as, realizamos um procedimento de verificação das características fenotípicas por meio de fotografias disponíveis *on-line*. Em alguns casos, não encontramos nenhuma imagem do/a pesquisador/a. Houve situações em que, apesar de encontrarmos uma fotografia, não foi possível realizar a verificação das características fenotípicas, pois aspectos como o ângulo, a iluminação e a qualidade da imagem dificultaram a observação de elementos como cor da pele, formato do nariz e boca e textura dos cabelos. Destaque-se que a autora deste trabalho possui treinamento específico para realizar tal procedimento, uma vez que atua como membro permanente da Comissão de Heteroidentificação da Universidade Federal de Goiás.

Para realizar o procedimento, fizemos uma busca *on-line* por imagens de cada um/a dos/as autores/as das 40 teses. Em 10 casos, não conseguimos encontrar nenhuma fotografia que pudesse ser utilizada para a verificação. Dentre os/as 30 geógrafos/as que tiveram as características fenotípicas verificadas por nós, uma discreta maioria é negra, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 5 - Cor/raça dos/as autores/as das teses



Fonte: dados da pesquisa, 2019

As discussões que realizamos no Capítulo 2 nos permitem inferir que esta maioria de autores/as negros/as está relacionada principalmente ao crescimento do número de estudantes negros/as ingressando nas universidades brasileiras a partir dos anos 2000, e à atuação do Movimento Negro Acadêmico. O surgimento do Coletivo de Geógraf@s Pret@s em Rede no Brasil em 2019 é um reflexo desse dado e confirma que há um grupo

crecente de pessoas negras interessadas na abordagem geográfica da temática racial. Mais adiante, pretendemos analisar as contribuições desses/as geógrafos/as e de seus pontos de vista para esses estudos.

Após verificarmos a existência de 17 geógrafos/as negros/as em nossa amostra, partimos para a etapa de análise das 17 teses, com o objetivo de estabelecer mais um recorte: selecionamos as teses nas quais os temas de estudo estão relacionados à discussão sobre as possibilidades de abordagem da questão racial na Geografia; e que evidenciem relações entre elementos da trajetória socioespacial dos/as pesquisadores/as e suas escolhas de tema de estudo, referencial teórico e metodologias.

Conforme apontamos no Capítulo 2, compreendemos que a entrada de pessoas negras no ensino superior brasileiro, principalmente após adoção de ações afirmativas como as cotas nas universidades públicas, é capaz de causar fissuras na estrutura do espaço acadêmico, lançando luz a temas para os quais os/as geógrafos/as deixaram de olhar ou olharam a partir de uma perspectiva eurocêntrica, como a questão racial com foco na população negra. Esse entendimento fundamenta-se na argumentação proposta por Collins (2019) na obra “Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento”, na qual a pesquisadora realiza uma descrição e análise do pensamento feminista negro, buscando contribuir para seu desenvolvimento como teoria social crítica.

Para Collins (2016; 2019), as mulheres negras estadunidenses fundaram as bases analíticas para visões diferentes sobre o eu, a comunidade e a sociedade; e as condições de opressão às quais essas mulheres foram submetidas ao longo da história dos Estados Unidos, desde a escravidão, criaram o contexto para o surgimento do que a autora (2019, p. 38) define como “dialética da opressão e do ativismo”.

[...] ou seja, a tensão entre a supressão das ideias das afro-americanas e nosso ativismo intelectual contra essa supressão constitui a política do pensamento feminista negro nos Estados Unidos. Compreender essa dialética é crucial para identificarmos como o pensamento feminista negro nos Estados Unidos - seus temas centrais, sua importância epistemológica e suas conexões com a prática feminista negra nacional e transnacional - está fundamentalmente inscrito em um contexto político que desafia o próprio direito de existência dessas ideias (COLLINS, 2019, p. 38).

A autora destaca, em sua análise, a centralidade da situação de opressão na constituição do pensamento feminista negro. Conforme apontamos no Capítulo 2, Collins (2016) desenvolveu o conceito de *outsider within* para definir a visão de mundo das intelectuais negras estadunidenses, assumindo que a produção científica é marcada por

elementos da subjetividade dos/as intelectuais e evidenciando a importância de se produzir ciência a partir de uma perspectiva que valoriza os pontos de vista.

A partir da análise proposta por Collins (2016; 2019) para o pensamento feminista negro, concluímos que nosso estudo da produção geográfica brasileira sobre a questão racial com foco na população negra deve partir das pesquisas desenvolvidas por geógrafos/as negros/as, pois nos interessa verificar as inovações que seus pontos de vista apresentam para o pensamento geográfico. Valorizar os pontos de vista na produção científica significa dar uma atenção especial às trajetórias dos/as cientistas. Por isso, foi necessário buscar, entre as 17 teses produzidas por geógrafos/as negros/as, aquelas que contêm informações que evidenciem relações entre elementos da trajetória socioespacial dos/as pesquisadores/as e suas escolhas de tema de estudo, referencial teórico e metodologias. Com este recorte, chegamos a um total de 7 teses, conforme o quadro 13.

Quadro 13 - Teses que compõem o PC

Título	Autor/a	Orientador/a	Ano	Instituição
Migração para qualificação da força de trabalho e a questão racial: estudantes africanos/as lusófonos/as negros/as em universidades goianas	Lorena Francisco de Sousa	Heinz Dieter Heidemann	2014	USP
Rio Negro de Janeiro: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial	Geny Ferreira Guimarães	Catherine Prost	2015	UFBA
O Planejamento Urbano e a “invisibilidade” dos afrodescendentes: discriminação étnico-racial, intervenção estatal, segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro	Andrelino de Oliveira Campos	Marcelo Lopes de Souza	2006	UFRJ
"Por uma Geografia das Relações Raciais: o racismo na Cidade do Rio de Janeiro	Denilson Araujo Oliveira	Jorge Luiz Barbosa	2011	UFF
Geo-Grafias Insurgentes: Corpo e espaço nos romances Ponciá Vicêncio e Becos da Memória de Conceição Evaristo	Ana Maria Martins Queiroz	Alecsandro José Prudêncio Ratts	2017	UFG
Inscrições da racialidade no pensamento geográfico (1890-1930)	Diogo Marçal Cirqueira	Carlos Walter Porto-Gonçalves	2015	UFF
Geografia, movimento negro e relações étnico-raciais: um diálogo necessário	Jonathan da Silva Marcelino	Maria Eliza Miranda	2018	USP

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A maior parte das teses selecionadas (5), está dentro da tendência “Espaço e Relações étnico-raciais”. Este resultado era esperado, tendo em vista que tal classificação abarca pesquisas que, em geral, articulam a questão urbana e a questão racial, tratando principalmente da segregação; são, portanto, estudos em que a abordagem geográfica da questão racial com foco na população negra é central. Os demais trabalhos selecionados

estão nas seguintes tendências: “Corporeidades negras no espaço e território” (1); e “Identidade e Territorialidades negras” (2). Nas tendências “Ensino de Geografia da África e Afro-brasileira” e “Território e lugar das manifestações culturais negras”, não localizamos nenhuma tese que atendesse aos nossos critérios de inclusão. A seguir, procederemos à Análise de Conteúdo das teses.

4. A GEOGRAFIA E A QUESTÃO RACIAL: A PRODUÇÃO DE GEÓGRAFOS/AS NEGROS/AS

Neste capítulo, descrevemos os procedimentos e os resultados da revisão sistemática de literatura. Buscamos identificar e analisar as teses e dissertações em programas de pós-graduação em Geografia defendidas no Brasil, que abordem a questão étnico-racial com foco na população negra. Avaliamos dados como: volume de pesquisas defendidas, gênero dos/as pesquisadores/as, aspectos cronológicos, regionalização dos estudos e principais tendências de pesquisa. Como percebe-se pelos títulos, as pesquisas concentram-se principalmente nos estudos do espaço urbano e do território. A seguir, apresentaremos o método adotado para a análise das teses: a Análise Temática.

4.1 Procedimentos Metodológicos

A análise temática faz parte do conjunto de instrumentos metodológicos que compõem a análise de conteúdo. Conforme explica Laurence Bardin (2016), a análise de conteúdo (AC) é aplicável a uma grande variedade de discursos e se destaca como um esforço de interpretação que oscila entre dois polos: o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade. Conforme apontamos anteriormente, temos proximidade com nosso tema de estudo e, apesar de não considerarmos que isso seja um problema, acreditamos que o uso das técnicas oferecidas pela AC pode proporcionar novos pontos de vista sob os quais realizaremos a análise pois, conforme explica Bardin (2016, p. 34):

Esta atitude de “vigilância crítica” exige o desvio metodológico e o emprego de “técnicas de ruptura” e afigura-se tanto mais útil para o especialista das ciências humanas quanto mais ele tenha sempre uma impressão de familiaridade face ao seu objeto de análise. É ainda dizer não “à leitura simples do real” [...].

A autora define a AC como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2016, p. 44). Segundo Bardin (2016), o que define a especificidade da AC é a realização de inferências, deduções lógicas baseadas em indicadores, o que permite a elaboração de conhecimentos a respeito, por exemplo, das condições de produção e/ou recepção das mensagens e sobre o/a emissor/a. Por isso, a fase de seleção dos índices é de extrema importância nesse tipo de pesquisa, e a forma

como se dará tal procedimento depende dos objetivos do/a pesquisador/a. Para alcançar os nossos objetivos, optamos pela técnica denominada análise temática.

4.1.1 Análise temática

Dentro do conjunto de procedimentos metodológicos oferecidos pela AC, a análise temática (AT) constitui-se como uma técnica aplicável a discursos diretos e com significações manifestas (BARDIN, 2016). Santos e Santos (2008, p.717) definem a AT proposta por Bardin como o procedimento de “descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”.

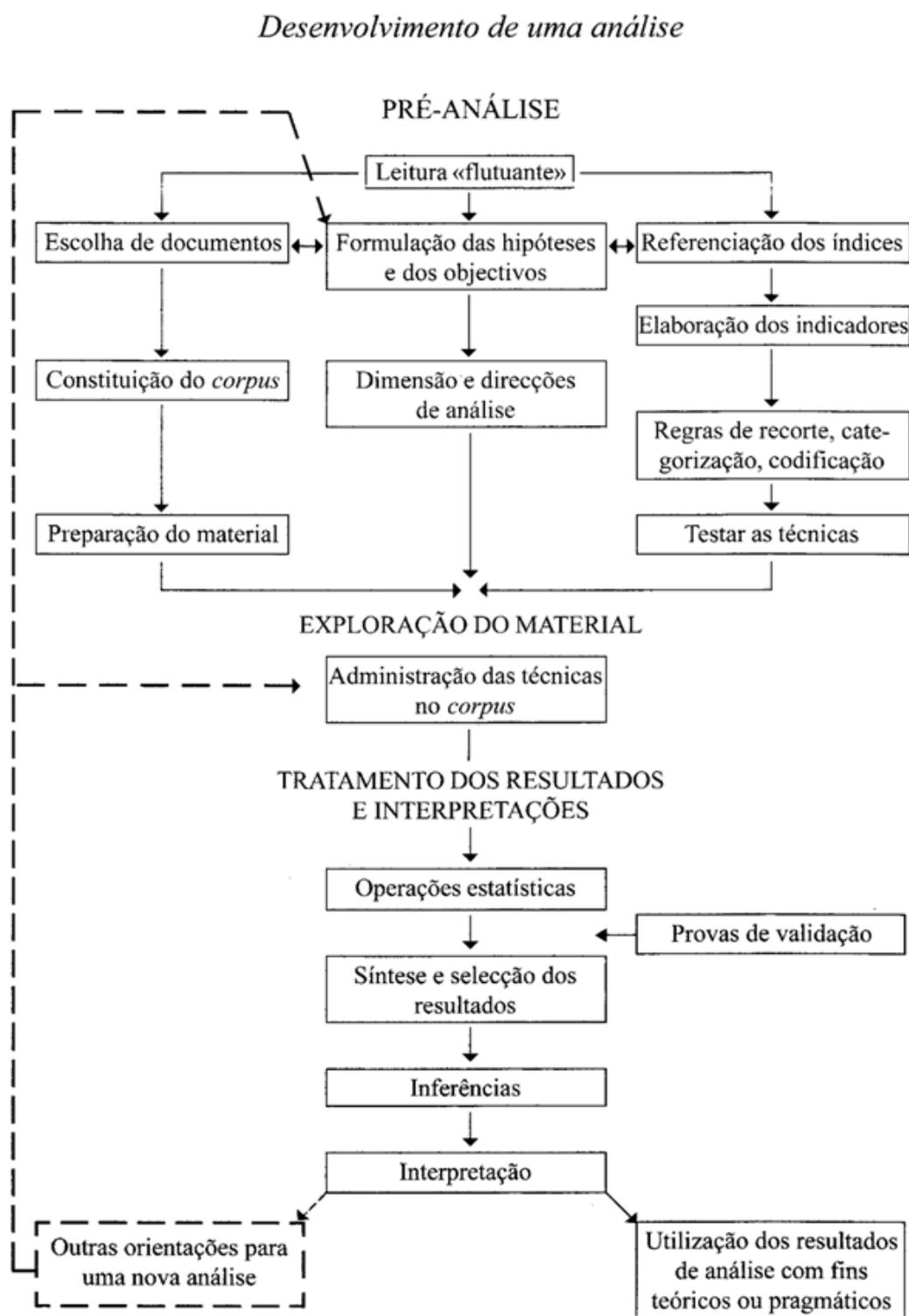
Na definição de Bardin (2016, p. 135), um tema é uma “unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura”. Segundo a autora, o tema costuma ser utilizado como unidade de registro nos estudos sobre motivações de opiniões, atitudes, valores, crenças etc. Ainda segundo Bardin (2016, p. 134), uma unidade de registro “É a unidade de significação codificada e correspondente ao segmento de conteúdo considerado unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial”.

Na análise temática, a unidade de registro é recortada em ideias constituintes, enunciados e/ou proposições que possuem significados isoláveis (BARDIN, 2016). A pura descrição dos procedimentos e termos sugeridos por Bardin (2016) soa um pouco abstrata pois, conforme a afirmação da autora, a análise de conteúdo é reinventada a cada momento, ou seja, é adaptável segundo os objetivos e materiais da pesquisa. Por isso, passaremos a seguir à apresentação dos procedimentos que realizamos a partir do que a autora propõe.

4.2 Etapas da Análise de Conteúdo

Bardin (2016) estabelece três fases para a análise de conteúdo: (1) a pré-análise; (2) a exploração do material; (3) o tratamento dos resultados: inferência e interpretação. Há diferentes técnicas para a realização de cada uma dessas fases e deve-se escolher a que melhor se adequa aos objetivos da pesquisa, conforme a figura a seguir.

Figura 1 - Desenvolvimento de uma análise



Fonte: Bardin (2016)

A pré-análise, etapa de organização do material, foi descrita anteriormente, quando apresentamos as fases da preparação do Grande *Corpus* (GC) e do Pequeno *Corpus* (PC). Em seguida, procedemos à leitura das teses que compõem o PC, adotando como procedimento a “leitura flutuante”, que consiste em estabelecer um contato inicial com os documentos, observando as impressões e orientações que surgem durante o processo. Bardin (2016) explica que, com tal procedimento, a leitura começa a tornar-se mais precisa, pois as hipóteses e teorias começam a se projetar sobre o material. A partir de tal leitura, elaboramos os indicadores e as categorias de análise que serviram para organizar os núcleos temáticos conforme os objetivos de nossa pesquisa. Em nosso estudo, conforme apontamos anteriormente, partimos para a leitura das teses com algumas hipóteses previamente elaboradas, a partir de nosso contato anterior com o tema durante a pesquisa de mestrado (SANTOS, 2016) e com a Rede de Geógrafos e Geógrafas Negros e Negras no Brasil, e das leituras realizadas durante a revisão bibliográfica para elaboração do projeto e pesquisa. Tais hipóteses são:

1. Geógrafos/as negros/as apresentam pontos de vista próprios para o pensamento geográfico;
2. Tais pontos de vista estão relacionados às trajetórias socioespaciais dos/as geógrafos/as, que envolvem seus percursos acadêmicos e/ou ativistas.

Realizamos a leitura flutuante com uma postura aberta ao surgimento de novas hipóteses, pois, conforme aponta Bardin (2016), uma primeira consulta ao material permite elaborar algumas observações que podem se constituir em hipóteses.

Durante a leitura flutuante, buscamos localizar, nas teses, as informações que nos interessavam dentro dos seguintes temas: objeto de estudo, metodologia, relatos de vida e/ou índices da relação entre o/a pesquisador/a e o seu objeto de estudo, referências bibliográficas, metodologias e principais categorias geográficas adotadas. Destacamos todos os trechos que selecionamos como índices para posterior verificação das hipóteses. Bardin (2016, p. 130) define esse processo como “operações de *recorte do texto* em unidades comparáveis de *categorização* para análise temática [...]”.

A etapa seguinte constituiu em reunir os recortes e categorizá-los, a fim de constituir um esboço analítico. Esta fase foi fundamental para que pudéssemos dar encaminhamento ao estudo diante de um fato inesperado: ao procedermos à leitura das teses, nos deparamos com uma grande diversidade de temas e visões de mundo e diferentes concepções sobre as categorias de análise utilizadas pelo/as pesquisadores/as.

Tal fato evidencia que, o que tem se apresentado como uma Geografia das Questões Raciais é mais diversa do que imaginávamos. Para executar essa tarefa, elaboramos um modelo de ficha documental, o qual apresentamos a seguir:

Quadro 14 - Ficha Documental

Autor(a)	
Título	
Palavras-chave	
Metodologia	
Ponto de vista do(a) pesquisador(a)	
Relação do pesquisador(a) com o tema	
Trajetória socioespacial do(a) pesquisador(a)	
Conceito de “raça”	
Conceito de “racismo”	
Conceito de “negro”	
Categorias Geográficas	
Definições das categorias geográficas adotadas	
Comentários do(a) pesquisador(a) sobre a Geografia e/ou Geografia / Geografia e Raça ⁵³	
O(a) pesquisador(a) apresenta uma defesa da abordagem geográfica da questão racial?	()SIM ()NÃO
Comentários do(a) pesquisador(a) sobre a abordagem geográfica da questão racial	
Resultados	

Fonte: Elaborado pela autora.

A etapa seguinte à elaboração das fichas documentais sobre cada uma das teses foi a análise dos trechos destacados.

⁵³ Ao inserir este tema na análise, buscamos estudar especificamente se o(a) pesquisador(a) apresenta uma perspectiva crítica sobre a ciência geográfica e o tratamento da questão racial dentro dessa ciência; Por outro lado, no tema “Comentários do(a) pesquisador(a) sobre a abordagem geográfica da questão racial”, buscamos verificar as propostas apresentadas pelo(a) autor(a) da tese para os estudos em questão.

4.3 Tratamento dos resultados e interpretações

A análise das teses foi dividida em dois blocos: 1. Trajetórias Socioespaciais dos/as autores/as; e 2. Aspectos estruturais e epistemológicos das teses. Conforme se verá mais adiante, os elementos que compõem os dois blocos são interligados. Tal separação foi realizada unicamente por questões práticas da pesquisa, pois compreendemos que este procedimento favoreceu a organização das informações.

4.3.1 Trajetórias Socioespaciais

Antes de adentrarmos de fato na descrição e inferências sobre as informações coletadas neste bloco temático, é importante explicitar o que compreendemos por trajetórias socioespaciais, pois trata-se de um conceito em desenvolvimento principalmente entre estudiosos/as da abordagem geográfica da questão racial (RATTS, 2007; CIRQUEIRA, 2010; MACHADO e RATTS, 2012; SANTOS e RATTS, 2015). Abordamos o conceito de trajetórias socioespaciais em nossa dissertação de mestrado (SANTOS, 2016), oportunidade em que explicamos que a compreensão das trajetórias socioespaciais está fundamentada na proposição apresentada por RATTS (2004, p. 10), que afirma que as categorias “etnia e raça” estruturam as relações sociais e adquirem relevância explicativa quando associadas a outros elementos como espaço, classe e gênero.

Nessa perspectiva, raça e etnia são elementos que marcam as trajetórias dos sujeitos, no sentido de que colaboram para determinar lugares, percursos e a forma como indivíduos ocupam e experimentam diferentes espacialidades. Portanto, pode-se afirmar que as espacialidades de sujeitos de diferentes raças e etnias serão marcadas por seu pertencimento étnico-racial; a partir dessa compreensão, as trajetórias socioespaciais não são “aleatórias”, e sim constrangidas por uma série de significados socialmente construídos. Importante reafirmar que estamos trabalhando aqui com uma noção de raça e etnia como construções sociais que, apesar de destituídas de qualquer fundamentação biológica, funcionam como elementos de distinção e hierarquização de sujeitos.

Outra categoria fundamental para a compreensão das trajetórias socioespaciais é o Espaço que, conforme aponta Santos (2013), possui uma dimensão racial. Para Ratts (2014, p.10), o espaço constitui e é produto das relações sociais. “O espaço é elemento constitutivo e produto de encontros/confrontos étnicos e raciais e a unidade de análise

pode variar do território nacional à habitação familiar”. O sujeito não permanece passivo diante do espaço. Ao mesmo tempo em que ele tem sua trajetória constrangida por diferentes “encontros/confrontos” vivenciados no espaço, ele é também capaz de agir. Conforme verificamos em nossa dissertação de mestrado (SANTOS, 2016), no caso de pesquisadores/as negros/as, essa capacidade de agência se potencializa quando estes encontram, no espaço acadêmico, lugares de acolhida, como coletivos de estudantes negros. Cirqueira (2008) destaca a centralidade da categoria lugar para a compreensão das trajetórias.

A importância da espacialidade se dá na medida em que as experiências não se dão no nada e, muitas vezes, os lugares, como “nós”, demarcam momentos e limites dessas trajetórias, firmando-se como referência simbólica e experimental para o indivíduo. (CIRQUEIRA, 2008, p. 22)

A trajetória, portanto, não pode ser confundida com biografia (BOURDIEU, 1996). Não se trata de descrever um percurso linear. Para Bourdieu (1996), é preciso compreender a trajetória como uma série de posições que um mesmo sujeito ocupa sucessivamente em um espaço em constante devir, observando o sujeito como sempre em transformação. Acrescentamos que, na perspectiva das trajetórias socioespaciais, o espaço também está em constante transformação.

Por trajetória espacial (ou socioespacial) entendemos os deslocamentos de um indivíduo ou coletividade entre locais distintos entre espaços – de residência, de estudo, de trabalho ou lazer, entre bairros, cidades, regiões, países – que fazem a diferença na sua situação social, pois não se resumem a um deslocamento geométrico. (FERNANDES e RATTIS, 2015, p. 647).

Ana Maria Martins Queiroz (2017)⁵⁴ utilizou a trajetória socioespacial como categoria de análise para compreender a relação entre a trajetória e a obra da escritora Conceição Evaristo. A pesquisadora concluiu que Conceição Evaristo tem uma escrita marcada por suas vivências e experiências socioespaciais como mulher negra e que as obras analisadas por ela apresentam a construção de “geo-grafias insurgentes”:

A ideia de geo-grafias insurgentes aqui proposta se estabelece a partir da compreensão de que outras escritas espaciais estão sendo forjadas por sujeitos considerados subalternos. Essas novas cartografias que estão sendo traçadas colocam em evidência espacialidades, muitas vezes, tidas como inferiores e estereotipadas face ao discurso do sujeito branco e masculino que predomina na literatura. (QUEIROZ, 2017, p. 18)

⁵⁴ A tese de doutorado de Queiroz (2017) faz parte do PC de nossa pesquisa. No entanto, neste momento, estamos citando a pesquisa como referência bibliográfica, pois ainda não adentramos de fato nas análises das teses.

Trouxemos as reflexões de Queiroz (2017) por sua aproximação com os objetivos de nossa pesquisa. Ao acionarmos as trajetórias socioespaciais de geógrafos/as negros/as como categoria de análise, assumimos a hipótese de que as pesquisas desses sujeitos são marcadas por suas trajetórias, o que se evidencia na escolha dos objetos de estudo, referenciais teóricos e metodologias. Por isso, essa etapa da Análise Temática foi estruturada a partir dos seguintes temas:

- Elementos da trajetória do/a pesquisador/a: Relato de vida ou do percurso acadêmico e ativista do/a pesquisador/a;
- Ponto de vista do/a pesquisador/a: Afirmações do/a pesquisador sobre o seu posicionamento frente ao objeto de estudo ou a qualquer assunto que surja no percurso da pesquisa que ele/a desenvolve;
- Relação do/a pesquisador/a com o tema: Relatos do/a pesquisador/a a respeito do que o motivou a escolher seu objeto de estudo;

Como se pode imaginar, conseguimos localizar a maior parte destes elementos nas introduções e sessões de agradecimentos das teses. A seguir, apresentaremos os dados coletados e nossas inferências a respeito das trajetórias socioespaciais dos/as geógrafos/as negros/as e sua correlação com as pesquisas que eles desenvolveram.

4.4 Trajetórias socioespaciais de geógrafos/as negros/as

Optamos por apresentar integralmente os trechos coletados nesta etapa, para que o/a leitor/a tenha condições de visualizar o conteúdo do material analisado. Infelizmente, essa escolha nos obriga a apresentar alguns trechos extensos nas tabelas a seguir.

Quadro 15 - Elementos das trajetórias dos/as geógrafos/as negros/as

Pesquisador/a	Tese	Elementos da trajetória
Ana Maria Martins Queiroz	Geo-grafias insurgentes: corpo e espaço nos romances Ponciá Vicêncio e Becos da memória de Conceição Evaristo	Por isso, a análise dos romances que construí é marcada por essa trajetória e pela minha constituição identitária enquanto negra. (p. 136) / [Agradecimentos] Ao Alex [orientador] por ter aceito esse desafio, pela orientação e pelo apoio de sempre. A todas/os as/os integrantes do LaGENTE por sempre apoiarem e pela amizade. (p. 7)/ [Agradecimentos] Ao Ações Afirmativas/UFMG, principalmente a equipe do Kizomba, pelo aprendizado e pelas discussões sobre educação quilombola que, de alguma maneira, contribuíram com o desenvolvimento dessa tese. (p. 7)
Andrelino de Oliveira Campos	O planejamento urbano e a “invisibilidade” dos afrodescendentes: discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro	Agradecemos a Marcelo Lopes Souza, mais do que orientador acadêmico e interlocutor, um grande amigo. Toda amizade é consolidada por experiências trocadas, posições contrárias em alguns assuntos complexos, e muita sinceridade e respeito mútuo. Sua amizade fez com que muitas de nossas dificuldades e faltas pudessem ser superadas com acréscimos positivos. Por não termos palavras que possam abarcar todo o sentimento, registramos aqui apenas, obrigado pela amizade, Marcelo. (p. 11) / A aproximação com o tema é bastante antiga – desde a graduação, quando da participação no movimento negro, nascido na própria universidade, denominado Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR). As discussões teórico-conceituais começaram a despertar interesse bem mais tarde, quando desenvolvíamos a dissertação de mestrado. Militância e interesses acadêmicos, entretanto, não se deram de maneira passiva, visto que o bom desenvolvimento de ambas as atividades exige muita dedicação. Optamos aqui por posição que privilegiasse a segunda experiência: o interesse acadêmico, em que as posições assumidas possam refletir a mediação entre os fenômenos que pretendemos apurar e a realidade, amparado sempre pela literatura pertinente a cada tema tratado. (p. 19) /
Denilson Araujo Oliveira	Por uma Geografia das Relações Raciais: o racismo na Cidade do Rio de Janeiro	[agradecimento] ao meu orientador Jorge Luiz Barbosa pela paciência ao ouvir minhas inquietações. Pelas leituras atentas, precisas e críticas. [agradecimento] O professor Renato Emerson além apresentar críticas muito importante na pré-defesa forneceu material ainda inédito que foram cruciais (p. 3)
Diogo Marçal Cirqueira	Inscrições da Racialidade no Pensamento Geográfico (1880-1930)	SITUANDO O PESQUISA(DOR) (p. 10) Sou da “geração afirmativa” no Brasil. Meu ingresso e formação na universidade se deu concomitante a implementação e os debates em torno das Ações Afirmativas. Na verdade, sou produto e produtor dessas políticas, uma vez que fui beneficiário e militei para que fossem implantadas e expandidas na

		<p>universidade da qual fazia parte, a UFG. Nesse contexto, principalmente no auge dos debates em torno das cotas entre 2003 e 2010, algo que perpassou minha trajetória como ativista e estudante de Geografia foi buscar questionar um conhecimento elitista, classista e eurocentrado produzido na academia brasileira. Para isso, um dos objetivos do coletivo que participei no período era conformar perspectivas que fossem além das leituras redutoras fundadas no mito da Democracia Racial. Algo interessante dos debates no grupo foi o fato de que meus irmãos e irmãs - historiadores, antropólogos, sociólogos, linguistas etc. - traziam uma série de discussões de seus cursos que eu não encontrava nas aulas de Geografia. Os debates com meus colegas me alimentavam muito intelectualmente, contudo também traziam uma série de questionamentos acerca do tema relações étnico-raciais no corpus da ciência geográfica. Por que a Geografia dita Humana não tratava desse assunto tão premente na realidade brasileira?</p>
Geny Ferreira Guimarães	Rio Negro de Janeiro: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial	<p>Assim tudo foi mudando em nossas vidas, devagar, sempre muito devagar, comparado a outros funcionários destas empresas. (p. 5)</p> <p>Das dificuldades encontradas têm-se: - o formato dos cursos de pós-graduação que ainda insistem em um grande número de disciplinas obrigatórias e optativas com baixo número de créditos; sendo as disciplinas a única forma de alcançar os créditos, o(a) estudante precisa se inscrever em um grande número delas, restando-lhe pouco tempo para as suas pesquisas, pois dependendo do tipo ou temática de tese/dissertação a ser realizada o estudante não encontra disciplinas para o seu tema (principalmente para aqueles(as) que fazem sua pesquisa em estados diferentes da instituição acadêmica). Os Seminários são positivos e necessários, mas precisam ser acrescentadas disciplinas que deem conta da aplicação da Lei N°. 10.639/2003 na Pós-graduação em Geografia para os(as) estudantes que precisam de tais assuntos para a elaboração de suas pesquisas. (p. 33)</p>
Jonathan da Silva Marcelino	Geografia, Movimento Negro & Relações Étnico-Raciais: Um diálogo Necessário	<p>A construção do nosso objeto de pesquisa se inicia muito antes de ingressarmos no curso de doutorado do Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da USP. A aproximação com o tema é bastante antiga – desde a graduação, quando iniciamos na Universidade Federal Fluminense [UFF] nossa inserção no movimento estudantil e no movimento negro. (p.</p>

		<p>20)</p> <p>Na ocasião éramos o primeiro de uma extensa família a conseguir alcançar o ensino superior em uma universidade pública em um momento de grande efervescência política nas universidades brasileiras de modo que existia uma grande expectativa em relação a nossa presença nesse espaço. Nesse período, já me causava estranheza a ausência do debate das relações étnico-raciais no curso de Geografia, (p. 20)</p> <p>Esse silenciamento das questões relativas ao debate das relações étnico-raciais servia para reforçar e legitimar a crença equivocada de que esse é um debate improcedente na ciência geográfica. (p. 20)</p> <p>Tenho constatado ao longo desses anos de prática docente que o ambiente escolar opera a partir de clivagens raciais e comumente é permeado de elementos e práticas pedagógicas que, entre outras negatividades, predispõem os alunos pretos e pardos a sentirem-se discriminados. (p. 20)</p>
<p>Lorena Francisco De Souza</p>	<p>Migração para qualificação da força de trabalho e a questão racial: estudantes africanos/as lusófonos/as negros/as em universidades goianas</p>	<p>Esta pesquisa corresponde a uma inquietação que nasceu durante e após o mestrado, quando trabalhamos as trajetórias socioespaciais de professoras negras em Goiânia, numa discussão sobre a questão do gênero e raça na geografia (SOUZA, 2007). A intenção foi partir de uma discussão acerca das trajetórias como um elemento que representa as relações sociais e raciais no espaço, no sentido de entender a mobilidade do trabalho, a migração, as relações de trabalho, o deslocamento espacial imbuído de representações sobre lugares, dimensões da vida cotidiana, o lazer e a cidade como lócus destas ações cotidianas. No entanto, com o término desta dissertação, compreendemos a necessidade de aprofundamento de algumas categorias de análise que, até então, não haviam sido levantadas e ofereciam grandes possibilidades para pensar o processo de migração, bem como relaciona-lo com outras contribuições teóricas. ((Pág. 12).</p>

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Chama a atenção, entre os relatos de vida apresentados pelos/as geógrafos/as em suas teses, a importância da passagem por lugares de militância negra, como coletivos de estudantes, laboratórios de pesquisa e mesmo o próprio Movimento Negro. Entre os lugares citados pelos/as pesquisadores/as temos: o Programa Ações Afirmativas na UFMG; o Curso de Aperfeiçoamento em Educação Escolar Quilombola da UFMG (KIZOMBA UFMG); o LaGENTE/UFG; o Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR);

Movimento Estudantil e Movimento Negro. Lorena Francisco de Sousa e Diogo Marçal Cirqueira fizeram parte do Coletivo de Estudantes Negros e Negras Beatriz Nascimento (CANBENAS/UFG).

Trazemos esse elemento das trajetórias dos/as pesquisadores/as por sua articulação com um tema que analisamos em nossa dissertação de mestrado (SANTOS, 2016): o Movimento Negro de Base Acadêmica. Conforme aponta Ratts (2009), esse Movimento é caracterizado pela ação de docentes, discentes e técnico-administrativos organizados, os quais se afirmam no espaço acadêmico e constituem grupos como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB's), os coletivos de estudantes negros, entre outros. O GTAR, do qual Andreilino de Oliveira Campos participou, é um dos grupos apontados por Ratts (2011) como núcleo de surgimento do Movimento Negro de Base Acadêmica. Criado por estudantes na década de 1970 na Universidade Federal Fluminense (UFF), o GTAR formou um grupo de pesquisadores das relações raciais no Brasil, a exemplo da historiadora Beatriz Nascimento e do próprio Andreilino de Oliveira Campos.

O que buscamos destacar aqui é que a passagem pelo Movimento Negro de Base Acadêmica foi um “nó” importante nas trajetórias dos/as geógrafos/as negros/as, tendo em vista que estes/as formaram-se como intelectuais militantes e dedicaram suas pesquisas à temática racial. Note-se que não se trata de afirmar que todos/as os/as estudantes que passaram por lugares de militância antirracista se dedicarão a este tema em suas trajetórias profissionais e/ou pessoais. Buscamos evidenciar a importância do Movimento Negro de Base Acadêmica para fomentar esse debate no espaço acadêmico, considerando que este tema tem sido negligenciado ou abordado de forma rasa e enviesada pelo grupo hegemônico, conforme apontamos no capítulo sobre a ciência geográfica.

Ainda sobre essa questão, cabe destacar que a educação sempre foi uma demanda dos movimentos negros no Brasil (SANTOS, 2016). Em um primeiro momento, os movimentos organizados buscaram meios de garantir a educação da população negra quando esta não tinha acesso ao ensino formal, principalmente no período pós-escravidão, conforme aponta Santos (2007). Em seguida, as ações dos movimentos negros no campo educacional voltaram-se para a ressignificação da questão étnico-racial. Os principais resultados desse segundo momento são a Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas; e a Lei 12.744/2012, que

reserva vagas para estudantes de escolas públicas em universidades e instituições de ensino federais, com um recorte racial proporcional ao quantitativo de negros/as em cada estado. Gomes (2012) defende que o Movimento Negro, por meio de suas ações, produz conhecimento mesmo quando não está realizando iniciativas voltadas especificamente para a educação:

Dessa forma, o movimento negro, entendido como sujeito político produtor e produto de experiências sociais diversas que ressignificam a questão étnico-racial em nossa história, é reconhecido, nesse artigo, como sujeito de conhecimento. (GOMES, 2012, p. 10)

A autora chama a atenção para o fato de que o Movimento Negro Unificado (MNU), surgido no final da década de 1970, formou uma geração de intelectuais negros que, atualmente, são referência nas pesquisas sobre relações étnico-raciais. Entendemos que há uma correlação entre esse processo de inserção cada vez maior de pessoas negras organizadas no espaço acadêmico e a formação de geógrafos/as negros/as preocupados em questionar a abordagem geográfica da questão étnico-racial. É nesse sentido que defendemos que, por meio de suas trajetórias, intelectuais negros/as atuam em transformações socioespaciais, principalmente ao travar embates no interior da comunidade científica. Outro aspecto a se destacar no que diz respeito aos relatos que coletamos nas teses analisadas são os pontos de vista dos/as pesquisadores/as, o que evidentemente são marcados por suas trajetórias socioespaciais, conforme discutiremos a seguir.

4.5 Pontos de vista negros na Geografia brasileira

Conforme argumentamos no Capítulo 2, compreendemos que a nova geração de geógrafos/as negros/as que se inseriu nas universidades brasileiras, principalmente a partir dos anos 2000, tem potencial para trazer novos pontos de vista à Geografia, principalmente no que diz respeito à temática racial. Isso está relacionado às trajetórias socioespaciais desses/as pesquisadores/as, pois ao considerarem suas experiências pessoais em suas produções intelectuais, eles/as atuam na posição de *outsiders within* (COLLINS, 2016). Entre as teses que analisamos, vemos esse aspecto apresentado de forma explícita em alguns casos, conforme o próximo quadro:

Quadro 16 - Pontos de vista apresentados por geógrafos/as negros/as

Pesquisador/a	Tese	Ponto de vista
Ana Maria Martins Queiroz	Geo-grafias insurgentes: corpo e espaço nos romances Ponciá Vicêncio e Becos da memória de Conceição Evaristo	Compreendo que a proposta desta pesquisa, em alguma medida, tem me possibilitado repensar o que Cássio Eduardo V. Hissa (2013) denomina como a "presença do outro em nós" e "nossa presença no mundo". Utilizo-me dessa perspectiva, pois entendo que o ato de pesquisar é um processo que nos instiga a refazeremos nossas leituras do mundo. Ao estabelecer como tema de pesquisa a relação entre corpo e espaço, tenho aqui uma proposta que muito se aproxima de minhas experiências enquanto mulher e negra. (p. 24) / Por isso, a análise dos romances que construí é marcada por essa trajetória e pela minha constituição identitária enquanto negra. (p. 136)
Geny Ferreira Guimarães	Rio Negro de Janeiro: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial	<p>É imprescindível mencionar que um trabalho de pesquisa como este não começa na academia, começa “desde dentro” conforme Guerreiro Ramos (1995) nos dizia, ou “desde adentro” a partir do que discute Jésus Chucho García (2012) e apresentado por meio de “escrivências” como propõe Conceição Evaristo (2011), mas segundo Geny Ferreira Guimarães: “desde Bonga”⁷ (para o caso específico desta tese aqui apresentada). (p. 27)</p> <p>O nosso eco é resultado e resistências à observação de uma academia brasileira majoritariamente masculina, heteronormativa, brancocentrada e eurocentrada, fato que contradiz a pluralidade e diversidade nacional e conseqüentemente se apresenta excludente, ou quando absorvidos os grupos antes excluídos é para figurarem em suas margens. (p. 29)</p> <p>No intuito de alcançar o objetivo de ampliar referências bibliográficas incluindo autoria negra seguimos uma abordagem “afroepistemológica” para esta tese que, inclui um enegrecimento das ideias preestabelecidas de forma eurocentrada e brancocentrada e ao mesmo tempo a promoção de uma valorização de um cabedal teórico-conceitual concebido por concepções negras. (p. 42)</p> <p>A tese apresentada se trata de uma pesquisa acadêmica que foi construída sob bases sistematizadas por uma trajetória metodológica, mesmo que seja indissociável o posicionamento político-ideológico da pesquisadora que assume fazer parte como sujeito na comunidade que está relacionada diretamente com o objeto de estudo: a população negro-carioca. (p. 44)</p> <p>[...] e é assim que me sinto nesta pesquisa, trilhando caminhos que já foram tentados por mulheres e homens negros(os) mais velhas(os). (p. 45)</p>
Denilson Araujo Oliveira	Por uma Geografia das Relações Raciais: o racismo na Cidade do Rio de Janeiro	Em alguns momentos o campo de pesquisa foi a minha vivência e percepção como negro no Rio de Janeiro. Não acreditamos na idéia já tão criticada de neutralidade do

		<p>conhecimento científico. Toda teoria expressa um lócus de enunciação (MIGNOLO, 2003), isto é, os enunciados partem de um lugar sócio-espacial e estão inscritas em relações de poder. Logo, o discurso da objetividade e a imparcialidade que seriam bases da visão racional eliminam o sujeito do conhecimento científico (MORIN, 2002) não captando, portanto, que o conhecimento científico é fruto de um campo de batalha teórica, epistemológica e metodológica. Para Freire (2001), com o qual concordamos, tomar uma posição não nos afasta de uma análise rigorosamente ética e crítica. Nas últimas décadas essas críticas vêm se tornando, praticamente em todos os ramos do conhecimento, um consenso. Neste trabalho nós também partilhamos dessas críticas a uma ciência sem consciência (MORIN, 2002). (p. 15) / Percebíamos assim, as possibilidades e limites de tal posicionamento. As possibilidades estavam na facilidade que constrangimentos racistas ou alguma tensão racial mais intensa me eram revelados por ser negro. Os limites apareciam na dificuldade de separar o amigo que ouvia e o pesquisador. Sinto que não só falhei nesta separação, mas também, que não queria essa separação. (p. 17) / Nossa pesquisa buscou evitar duas posturas, infelizmente ainda comuns (BAUER, 2003) que já alertamos em nossa dissertação e em outros trabalhos. Por um lado, uma postura pretensiosa e populista do pesquisador que parte do princípio de que a pesquisa social equipara-se a —dar voz aos oprimidos , colocando o pesquisador como representante total dos “de baixo”. (p. 18) / A história do pensamento relativo às relações raciais no Brasil, apontado por Telles (2003), engendrou três grandes correntes. A primeira afirmando que haveria pouca ou nenhuma discriminação racial e grande fluidez entre as raças. A segunda corrente aponta que a discriminação racial apesar da ampla e generalizada é transitória. E a última corrente apontando que a discriminação racial é estruturante e persistente (Idem). Somos partidários, assim como o autor referido, desta terceira corrente. (p. 32) / Somos partidários desta segunda geração e defendemos que o preconceito e a discriminação racial estão grafadas na produção e reprodução urbana da sociedade brasileira. (p. 33)</p>
Jonathan da Silva Marcelino	Geografia, Movimento Negro & Relações Étnico- Raciais: Um diálogo Necessário	<p>Por fim, vale lembrar que não existe ingenuidade em nenhum aspecto das linhas desta conclusão, este trabalho parte de um lugar bastante específico dentro das relações de poder e no que se refere a esse aspecto, ele foi escrito por um professor de Geografia, da educação básica da rede pública do município de São Paulo, um aluno de pósgraduação que percebeu a partir de sua prática docente na educação básica a necessidade de apontar para seu campo disciplinar, a Geografia, novos horizontes epistêmicos que inclusive possam se articular com a realidade contemporânea do nosso país, e de alguma forma subsidiar uma Geografia capaz de combater estereótipos e de ampliar horizontes. Mas tenho consciência da presunção do meu desafio, e sei que esse esforço é apenas um pequeno “grão” em um deserto de ideias, mas certamente esse texto não passará incólume no Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da USP e em tempo</p>

		oportuno germinará as sementes de uma nova Geografia, uma Geografia que ajude a desvelar o racismo e as demais formas de opressão, uma Geografia das Relações Raciais.(p. 222)
Diogo Marçal Cirqueira	Inscrições da Racialidade no Pensamento Geográfico (1880-1930)	Notei que para tencionar e debater francamente esse tema com geógrafos; para fazê-los me ouvir; levá-los a me refutar ou validar; incitá-los a dialogar comigo nos “moldes científicos”; teria que trazer essa discussão para as entranhas da disciplina. (p. 18) Mesmo que essas perspectivas - do feminismo e da colonialidade - apareçam subliminarmente no texto, esse horizonte me auxilia a pensar as implicações teóricas e políticas dos discursos sobre a questão étnico-racial, ou seja, o “espaço de saber” dos sujeitos e de onde emanam as teorias, bem como, que corporalidades produzem os discursos-poder. (p. 25)
Andrelino de Oliveira Campos	O planejamento urbano e a “invisibilidade” dos afrodescendentes: discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro	Assentar conhecimentos, experimentar, demonstrar postulados e propor entendimento sobre alguns problemas referentes à temática tornarão esta pesquisa complexa em todos os seus aspectos: político, intelectual e responsável. Político no sentido de que serão assumidas posições que se confrontam com outras estabelecidas fora e dentro do movimento negro. Não há por que concordar com ou enaltecer aquilo em que não cremos, pois o que se pretende é valorizar posições que satisfaçam os pontos de vista assumidos em cada setor com que assumimos o compromisso de trabalhar. É bom esclarecermos que as contraposições assumidas aqui e ali nunca serão pessoais, apenas acadêmicas. (p. 20)
Lorena Francisco De Souza	Migração para qualificação da força de trabalho e a questão racial: estudantes africanos/as lusófonos/as negros/as em universidades goianas	Esta pesquisa corresponde a uma inquietação que nasceu durante e após o mestrado, quando trabalhamos as trajetórias socioespaciais de professoras negras em Goiânia, numa discussão sobre a questão do gênero e raça na geografia (SOUZA, 2007). A intenção foi partir de uma discussão acerca das trajetórias como um elemento que representa as relações sociais e raciais no espaço, no sentido de entender a mobilidade do trabalho, a migração, as relações de trabalho, o deslocamento espacial imbuído de representações sobre lugares, dimensões da vida cotidiana, o lazer e a cidade como locus destas ações cotidianas. No entanto, com o término desta dissertação, compreendemos a necessidade de aprofundamento de algumas categorias de análise que, até então, não haviam sido levantadas e ofereciam grandes possibilidades para pensar o processo de migração, bem como relaciona-lo com outras contribuições teóricas. (Pág. 12). Não é uma tarefa fácil ter de compreender o outro a partir de nosso olhar. Por vezes é um terreno teórico pantanoso e improvável. No entanto, esse é o caminhar da investigação que nos acomete de dúvidas permanentes e questões mais agigantadas que as respostas. (p. 110)

Fontes: Dados da pesquisa (2019).

Os trechos destacados das teses evidenciam que os pontos de vista aparecem como elementos importantes principalmente em três momentos: a escolha do tema, a escolha do referencial teórico e a escolha da metodologia. No que diz respeito à escolha do tema, verifica-se que as vivências como sujeitos negros foram fundamentais para esse passo inicial que é decidir o que será o objeto de estudo. Conforme apontamos nos capítulos anteriores, esse movimento que os/as geógrafos/as negros/as fazem ao “olhar” para a questão racial com interesse científico é importante para a reinserção desse tema na ciência geográfica. É um primeiro passo em direção a uma mudança na forma como esse tema é visto no interior da comunidade científica. Alguns/as dos/as geógrafos/as negros/as relataram em que momento de suas trajetórias, se depararam com a temática de estudo, a exemplo de Ana Maria Martins Queiroz:

A proposta desta tese está vinculada ao momento em que me encontrava no mestrado em Geografia, quando fiz uma disciplina no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais, que tinha como foco o estudo da relação entre gênero, raça e literatura. Foi nesse momento também que tive o primeiro contato com a obra de Conceição Evaristo, através de um seminário sobre o romance *Becos da memória*. As discussões construídas nessa disciplina e, em especial, no seminário citado, chamaram-me a atenção para a necessidade de um estudo com uma perspectiva interseccional e também para as possíveis relações entre as corporeidades e as espacialidades (p. 25). [...] Além disso, não posso negligenciar o impacto dessa literatura sobre a minha pessoa, uma mulher negra descobrindo as diferenças a partir da intersecção entre gênero e raça. (QUEIROZ, 2017, p. 136)

Geny Ferreira Guimarães também relatou seu encontro com a temática:

O desejo de desenvolver uma tese abordando alguma vertente ou característica da ocupação negra na formação espacial urbana da cidade do Rio de Janeiro surgiu durante a elaboração da dissertação de mestrado entre 2002 e 2004 (que compreendeu estudos sobre as características rurais ou ruralidades nos espaços urbanos metropolitanos, com recorte no Bairro de Guaxindiba, Município de São Gonçalo-RJ). (p. 25). [...] Por volta de 2006, com o convite e parceria de Cláudia Maria dos Santos (professora de Geografia e também Guia de Turismo) criamos uma atividade na cidade do Rio de Janeiro denominada Afroturismo que representava um Tour Negro no qual apresentávamos a cidade pela perspectiva da presença e ocupação das “[...] histórias ainda ocultas da cultura afro brasileira” (DANTAS, 2007) por ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro. Durante o período de trabalho de campo para a busca de dados históricos e geográficos sobre São Gonçalo e no decorrer da pesquisa foram encontradas lacunas e/ou ausências de informações sobre o negro neste município. (GUIMARÃES, 2015, p. 26)

Ainda sobre a escolha do tema, percebe-se que os/as pesquisadores/as se veem diante de um conflito ao buscar alinhar o interesse pelo estudo da temática racial e a necessidade de desenvolver uma abordagem geográfica sobre o objeto de estudo, como se vê na tese de Diogo Cirqueira:

Notei que para tencionar e debater francamente esse tema com geógrafos; para fazê-los me ouvir; levá-los a me refutar ou validar; incitá-los a dialogar comigo nos “moldes científicos”; teria que trazer essa discussão para as entranhas da disciplina (CIRQUEIRA, 2015, p. 18).

Jonathan da Silva Marcelino apontou, em sua tese, as dificuldades para que o tema se desenvolva na Geografia:

[...] tenho consciência da presunção do meu desafio, e sei que esse esforço é apenas um pequeno “grão” em um deserto de ideias, mas certamente esse texto não passará incólume no Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da USP e em tempo oportuno germinará as sementes de uma nova Geografia, uma Geografia que ajude a desvelar o racismo e as demais formas de opressão, uma Geografia das Relações Raciais. (MARCELINO, 2018, p. 222)

Apesar desses entraves, percebemos que os/as geógrafos/as negros cujas teses foram analisadas buscaram, como estratégia, propor alternativas aos modos tradicionais de se fazer Geografia, não apenas construindo referenciais teóricos apoiados em outras disciplinas das ciências humanas, mas também propondo novos horizontes teóricos para a própria Geografia, a exemplo da tese de Jonathan da Silva Marcelino, cujo título é “Geografia, Movimento Negro & Relações Étnico- Raciais: Um diálogo Necessário”; e da tese de Denilson Araújo de Oliveira: “Por uma Geografia das Relações Raciais: o racismo na Cidade do Rio de Janeiro”.

Além disso, Diogo Cirqueira apresentou uma abordagem provocativa e fundamental para o debate ao propor um estudo sobre a história da temática racial no pensamento geográfico com o título “Inscrições da Racialidade no Pensamento Geográfico (1880-1930)”. Todos esses pesquisadores apontaram, em seus textos, como alguns momentos de suas trajetórias socioespaciais foram determinantes para tais escolhas, principalmente as situações em que se deram conta do apagamento que a raça sofre no interior da disciplina e da dimensão espacial do racismo, o que reflete os pontos de vistas desses geógrafos.

Outro momento em que notamos as marcas dos pontos de vista e das trajetórias socioespaciais dos/as pesquisadores/as é a escolha das metodologias, o que se torna mais uma estratégia para lidar com as dificuldades de abordagem do tema na Geografia, conforme se lê no trecho destacado da tese de Geny Ferreira Guimarães:

A tese apresentada se trata de uma pesquisa acadêmica que foi construída sob bases sistematizadas por uma trajetória metodológica, mesmo que seja indissociável o posicionamento político-ideológico da pesquisadora que assume fazer parte como sujeito na comunidade que está relacionada diretamente com o objeto de estudo: a população negro-carioca. (GUIMARÃES, 2015, p. 44)

Em contraposição à ideia de neutralidade científica sobre a qual discutimos em outro capítulo, nota-se uma postura que assume o lugar de onde fala, o ponto de vista, e valoriza a própria trajetória como elemento constituinte da pesquisa, o que apresenta ao/a pesquisador/a novos desafios, como apontou Denilson de Araújo Oliveira em sua tese, ao descrever as possibilidades e dificuldades de ocupar a dupla posição de pesquisador e sujeito da pesquisa:

Em alguns momentos o campo de pesquisa foi a minha vivência e percepção como negro no Rio de Janeiro. [...] As possibilidades estavam na facilidade que constrangimentos racistas ou alguma tensão racial mais intensa me eram revelados por ser negro. Os limites apareciam na dificuldade de separar o amigo que ouvia e o pesquisador. Sinto que não só falhei nesta separação, mas também, que não queria essa separação. (p. 17)

Andrelino de Oliveira Campos apontou outro aspecto dessa “dupla posição”, que pode aparecer quando o/a pesquisador/a é também militante antirracista:

Assentar conhecimentos, experimentar, demonstrar postulados e propor entendimento sobre alguns problemas referentes à temática tornarão esta pesquisa complexa em todos os seus aspectos: político, intelectual e responsável. Político no sentido de que serão assumidas posições que se confrontam com outras estabelecidas fora e dentro do movimento negro. Não há por que concordar com ou enaltecer aquilo em que não cremos, pois o que se pretende é valorizar posições que satisfaçam os pontos de vista assumidos em cada setor com que assumimos o compromisso de trabalhar. É bom esclarecermos que as contraposições assumidas aqui e ali nunca serão pessoais, apenas acadêmicas. (p. 20)

Os embates, portanto, se dão não apenas no interior da comunidade científica, mas também nas vivências com conhecidos/as e mesmo amigos/as negros/as, como apontado por Denilson de Araújo Oliveira, ou, em uma perspectiva mais ampla, nos espaços de militância, conforme evidenciado por Andrelino de Oliveira Campos. Por um lado, buscase expandir a fronteira da Geografia ao propor o estudo da temática racial; por outro, o olhar para o tema como pesquisador/a e ativista permite vislumbrar novos pontos de vista, o que pode resultar em embates no interior do movimento social. Discutiremos de forma mais aprofundada as opções metodológicas dos/as geógrafos/as negros/as no próximo tópico, quando abordaremos os aspectos epistemológicos das teses.

4.6 Aspectos epistemológicos

Uma das estratégias adotadas pelos/as geógrafos/as negros para lidar com as dificuldades de abordagem da temática racial na Geografia foi optar por referências bibliográficas que extrapolam a ciência geográfica, buscando outras disciplinas das ciências humanas para construir um referencial teórico e metodológico sobre o tema.

Cirqueira (2015) chamou a atenção para o fato de que tal estratégia pode, contraditoriamente, contribuir para reforçar a ideia de que a raça não é um tema geográfico.

Geógrafos/as que tem se debruçado sobre o tema tomam como referências para suas argumentações autores da antropologia, história e sociologia e não dialogam com o pensamento geográfico e mesmo com geógrafos de outros países (cf. JACKSON, 1987). Por conseguinte, parecem centrar suas leituras em um movimento interminável – no interior da Geografia – para criar e conformar - a partir do exterior da Geografia - aportes teóricos e metodológicos de um suposto marco zero para abordar a questão étnico-racial. (CIRQUEIRA, 2015, p. 10)

Esse comportamento por parte de geógrafos/as negros/as é compreensível, tendo em vista que, conforme indicamos no tópico anterior e em outros capítulos, esses/as pesquisadores/as, ao ingressarem na universidade, se inserem em um espaço onde visões de mundo hegemônicas já estão consolidadas e argumentos como o de que a raça não é objeto de estudo da Geografia estão tacitamente aceitos entre os membros da comunidade. Diante dessa situação, alguns/as pesquisadores/as negros/as partem para suas pesquisas acreditando na necessidade de construir um “marco zero” para a abordagem geográfica da questão racial, conforme evidenciou Diogo Cirqueira (2015).

Como resultado disso, deparamo-nos, ao ler as teses, com algo inesperado: ao contrário do que imaginávamos, há uma imensa diversidade teórico-epistemológica nos estudos desenvolvidos pelos/as geógrafos/as negros/as. Apesar da surpresa inicial com tal fato, compreendemos - com base na discussão que realizamos no Capítulo 2 sobre a estrutura das revoluções científicas - que essa diversidade é reflexo da etapa em que se encontra o processo de inserção da temática no campo disciplinar da Geografia.

A transição de um paradigma em crise para um novo, do qual pode surgir uma nova tradição de ciência normal, está longe de ser um processo cumulativo obtido através de uma articulação do velho paradigma. É antes uma reconstrução da área de estudos a partir de novos princípios, reconstrução que altera algumas das generalizações teóricas mais elementares do paradigma, bem como muitos de seus métodos e aplicações. Durante o período de transição haverá uma grande coincidência (embora nunca completa) entre os problemas que podem ser resolvidos pelo antigo paradigma e os que podem ser resolvidos pelo novo. Haverá igualmente uma diferença decisiva no tocante aos modos de solucionar os problemas. (KUHN, [1962]2009, p. 116)

Entendemos que a abordagem geográfica da temática racial está passando por esse momento de transição, ainda que não seja possível afirmar que ela conseguirá provocar de fato um processo de revolução no campo disciplinar, uma mudança de paradigma cujo resultado ideal, em nosso entendimento, seria a assimilação da temática racial como

objeto de estudo pela comunidade de geógrafos/as. Voltando às teses, em meio a diferentes “modelos para solucionar problemas”, encontramos principalmente duas tendências: (1) Estudos voltados à construção de um marco teórico para a abordagem geográfica da questão racial; (2) Estudos da questão racial na Geografia. A seguir, procederemos à análise das teses que integram cada uma dessas tendências.

4.6.1 Estudos voltados à construção de um marco teórico

Em nossa análise, verificamos que os/as geógrafos/as negros/as que dedicaram sua pesquisa de doutorado à proposição de uma Geografia Negra ou de uma Geografia das Relações Raciais buscaram construir um marco teórico para a abordagem desse tema na Geografia, conforme se nota nos objetivos das teses analisadas. Apresentaremos a seguir um quadro com os elementos estruturais de cada uma das teses que classificamos na tendência de “Estudos voltados à construção de um marco teórico”.

Quadro 17 - Aspectos gerais da tese de Denilson Araújo Oliveira

Título: Por uma geografia das relações raciais: o racismo na cidade do Rio de Janeiro

Autor: Denilson Araújo Oliveira

Orientador: Jorge Luis Barbosa

Ano: 2011

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Objetivo: O objetivo geral da tese é oferecer uma interpretação mais densa e abrangente da questão racial ao pensamento social brasileiro, a partir de uma abordagem geográfica. Buscamos assim nos vincular ao empenho que tem sido feito nos últimos anos por vários geógrafos que tomam a questão racial como um tema fundamental para compreender o Brasil. (p. 11).[...] Temos três objetivos específicos. 1- investigar e apresentar propostas interpretativas a partir da Geografia das relações raciais no Brasil; 2- investigar como o racismo, o preconceito e a discriminação racial engendram processos sócio-espaciais. 3- investigar a condição urbana do negro e a condição do negro urbano no Rio de Janeiro. (p. 14)

Metodologia: Resumindo, o nosso método de coleta de dados e informações buscou articular: observação direta, uso de dados quantitativos e entrevistas. Isto é, buscamos usar de meios formais e informais, quantitativos e qualitativos que foram analisados através do diálogo e aprofundamento do aparato teórico-conceitual fornecido pela Geografia (p. 20) [...]. No campo metodológico acreditamos que seja importante esclarecer a posição do observador em relação ao fenômeno estudado. Buscamos a partir de nossas percepções e vivências conflituosas e tensas de experiências de racismo na área metropolitana do Rio de Janeiro produzir maior conhecimento sobre o nosso objeto de análise a partir da Geografia. (p. 15) / Desta forma, nos tornamos um participante observador (NETO, 2005) da análise de tais conflitos. (p. 15)

Resultados: Portanto, a necessidade de apresentar de forma clara a inscrição espacial do

racismo no Brasil tem sido apontada por muitos estudiosos como um dos principais desafios em nosso país. Em nossa investigação percebíamos em diferentes falas a presença de forma subliminar ou mesmo de forma clara dimensões espaciais sendo apresentadas. (p. 107) / O arranjo geográfico contemporâneo da cidade do Rio de Janeiro é marcado por uma produção hierarquizada do espaço. Esse arranjo se expressa na seletividade definida historicamente das formas de localização e distribuição (MOREIRA, 2001, 2002) dos bens sociais de uso coletivo privilegiando algumas áreas e grupos sociais. Os pobres e os negros tem sido o alvo principal das desigualdades historicamente engendradas por esses arranjos desiguais da cidade (CAMPOS, 2005, 2006, 2011, mimeo; CARRIL, 2006; GARCIA, 2006; PERRY, mimeo; TELLES, 2003). A avaliação dos dados sociais, como veremos mais abaixo, da cidade revela esse quadro. (p. 109)

Fonte: Oliveira, 2011.

Quadro 18 - Aspectos gerais da tese de Diogo Marçal Cirqueira

Autor: Diogo Marçal Cirqueira

Orientador: Carlos Walter Porto-Gonçalves

Título: Inscrições da Racialidade no Pensamento Geográfico (1880-1930)

Ano: 2015

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Objetivo: O objetivo dessa tese é analisar as inscrições da racialidade na história do pensamento geográfico, em outros termos, como a questão étnico-racial foi abordada a partir de uma perspectiva geográfica. (p. 7) / se “a geografia está em toda parte”, onde está a questão étnico-racial na Geografia brasileira? Esse é um dos questionamentos que me move e que desejo deslindar nas discussões que se seguem (p. 8) / Nesse sentido, para evidenciar a concatenação dos discursos sobre a raça e o meio, busco percorrer caminhos distintos que tomam uma mesma direção: demonstrar que entre os geógrafos a questão étnico-racial foi tratada e evidenciar que entre os não-geógrafos – que trataram esse assunto – há uma leitura “geografizada”. (p. 15)

Metodologia: Para tal, realizarei uma análise do conteúdo, o que, de acordo com Franco (2006), se assenta nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem, cujo procedimento de pesquisa se situa em um delineamento mais amplo da teoria da comunicação e tem como mote a mensagem. (p. 19). [...] Para realizar tal debate, utilizo como referência as teorias da decolonialidad e do feminismo (negro). A teoria da decolonialidad expressa que a colonialidade continua movimentando as engrenagens das sociedades modernas, mesmo após o fim do colonialismo (QUIJANO, 2005; MIGANOLO, 2003). (p. 24)

Resultados: Na Geografia ou no discurso geográfico essas questões não emergiram fortuitamente, ela trazia em seu DNA epistemológico já as inscrições da racialidade. Como vários autores apontam, a fundação da Geografia europeia moderna foi marcada, explícita ou implicitamente, não somente pelo determinismo geográfico, mas, também, pela racialidade [...]. Na verdade, as ideias que perpassaram o processo de diferenciação e comparação, metodologia fundante da Geografia "moderna", foram marcadas pela hierarquização. Em outros termos, as diferenças foram vistas pelas óticas da geografia moderna com as lentes da hierarquização. Como os tempos eram de colonialismo e imperialismo, as consequências não poderiam ser outras; os europeus, brancos e localizados em um meio de clima temperado

estavam no topo da hierarquia no globo. (p. 209)

Fonte: Cirqueira, 2015.

Quadro 19 - Aspectos gerais da tese de Jonathan da Silva Marcelino

Autor: Jonathan da Silva Marcelino

Orientadora: Maria Eliza Miranda

Título: Geografia, Movimento Negro e Relações Étnico-raciais: um diálogo necessário

Ano: 2018

Instituição: Universidade de São Paulo

Objetivo: Nosso objetivo é apontar os impactos e os desdobramentos da aplicação da lei federal 10.639/03 (Fruto de lutas históricas do Movimento Negro) no campo da Geografia brasileira, bem como refletir sobre as possibilidades que a disciplina dispõe para contemplar os temas que se articulam a partir dessa nova conjuntura. [...] Buscamos também situar as categorias de raça, racismo, e Movimento Negro dentro da matriz teórica da ciência geográfica tendo em conta que a problemática étnico-racial é uma das muitas temáticas possíveis de serem contempladas pelo cabedal teórico da Geografia, tendo em vista o registro notável desse debate na vasta literatura produzida ao longo do processo de formação do pensamento geográfico em especial na literatura produzida durante grande parte do século XX no Brasil e no mundo. (p. 11)

Metodologia: Desse modo, estamos propondo também uma reflexão que incorpore as contribuições teóricas do pensamento decolonial do grupo modernidade/colonialidade ao campo da geografia brasileira, tendo em vista a insuficiência analítica do pensamento social clássico fundado sob a égide da racionalidade ocidental eurocêntrica, assim como o potencial crítico dos pressupostos teóricos do grupo modernidade/colonialidade para a discussão das relações entre interculturalidade, e relações étnico-raciais no Brasil. (p. 28)

Resultados: Ou seja, o debate das relações raciais está diretamente associado à identidade epistêmica da Geografia. De modo que não somente é possível indicar uma “geografia das Relações étnico-raciais” como também é profundamente necessário, pois só assim será possível conseguir contemplar a complexidade do padrão de sociabilidade e das relações étnico-raciais construídas no território brasileiro. [...] Nessa perspectiva, a geografia contribui para a inserção do indivíduo no meio sócio-espacial, ou seja, no espaço produzido pelas relações sociais, permeada de construções histórico-culturais da sociedade. Diante disso, mais que um instrumento para reposicionar o aluno negro no mundo da educação, a lei 10.639/03 pode ser uma ferramenta para enfim, posicionar esse aluno no território brasileiro, e a geografia é fundamental nesse processo. (p. 221)

Fonte: Marcelino, 2018.

Apesar de, a princípio, as três teses parecerem ter objetivos semelhantes, os pesquisadores tomaram caminhos diferentes no que diz respeito à abordagem da temática racial na Geografia: enquanto Diogo Marçal Cirqueira manteve o foco na história da ciência geográfica, Denilson Araújo Oliveira buscou desenvolver três propostas

interpretativas para as relações raciais no Brasil por meio da Geografia: o evento, o arranjo e o ordenamento espacial das relações raciais. Por sua vez, Jonathan da Silva Marcelino propõe um olhar para o tema em sua relação com o ensino de Geografia e os efeitos da Lei 10.639/2013. Chama a atenção o fato de as três teses apresentarem, nos primeiros capítulos, uma espécie de “pedido de licença” à Geografia para inserir a temática racial. Em geral, esses geógrafos/negros dedicaram essa parte das teses a “justificar” seu objeto de estudo, o que, em outras pesquisas é normalmente discutido em poucas linhas da Introdução ou somente no projeto de pesquisa, sem necessidade de um capítulo inteiro da tese.

Inferimos que essa escolha se deu pelo fato de que, como os próprios geógrafos apontaram, não foram incomuns em suas trajetórias de pesquisa, os questionamentos sobre a geograficidade do tema, como afirmou Denilson Araújo Oliveira:

Em nossa dissertação de mestrado (2004-2006) buscamos analisar as formas de lutar e (re)posicionamento do negro no campo do direito à cidade. Nosso foco de investigação foi o Hip Hop no Rio de Janeiro. Das várias críticas que recebemos ao longo de debates e apresentações das questões da dissertação, a investigação de uma geografia das relações raciais foi um dos mais cobrados. Este árduo debate criou o mote para a nossa tese. Percebemos que na última década, uma rica e crescente produção geográfica tem sido construída analisando este tema em diferentes dimensões (religiosa, política, cultural, econômica. (OLIVEIRA, 2011, p. 24)

Com isso, há um assunto que se repete nas teses: a construção social da ideia de raça; sua imbricação com o colonialismo e seus efeitos socioespaciais no contexto atual. Nesse debate, há uma prevalência das teorias decoloniais⁵⁵, principalmente aquelas desenvolvidas pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano e pelo semiólogo argentino Walter Dignolo, evidenciando mais uma vez que os pesquisadores buscaram uma articulação com outras disciplinas para construir um marco teórico. Para referenciar a abordagem geográfica da questão racial no Brasil, os três geógrafos negros apoiam-se principalmente em Alex Ratts, citando frequentemente o texto “As etnias e os outros: as espacialidades dos encontros/confrontos”, publicado em 2004; e em Carlos Walter Porto-Gonçalves que, apesar de não ter a temática racial como um foco central em seus estudos, alinha-se, desde os anos 2000, ao pensamento decolonial, e antes trazia a relação entre movimentos sociais e a geografia, sobretudo o movimento ecológico, apresentando possibilidades para a inserção da temática no campo disciplinar da Geografia.

⁵⁵ Diogo Cirqueira explica, em sua tese, que “A teoria da decolonialidad expressa que a colonialidade continua movimentando as engrenagens das sociedades modernas, mesmo após o fim do colonialismo” (CIRQUEIRA, 2015, p. 24).

Outro ponto em comum que identificamos nas três teses da tendência “Estudos voltados à construção de um marco teórico para a abordagem geográfica da questão racial” é uma discussão mais ampla sobre conceito de raça na modernidade, principalmente nas ciências sociais. Optamos por analisar a forma como os/as geógrafos/as negros/as definem a raça por compreendemos que ainda existem algumas divergências teóricas sobre esse conceito. Almeida (2018) explica que a raça opera a partir de duas formas complementares: uma em que a identidade é atribuída por meio de alguma característica física, como a cor da pele; e a outra, em que a identidade é atribuída a partir de alguma característica étnico-cultural, como a origem geográfica, religião e outros costumes.

Nas três teses, Diogo Marçal Cirqueira, Denilson Araújo Oliveira e Jonathan da Silva Marcelino apresentam uma definição de raça baseada principalmente, mas não exclusivamente, nas teorias decoloniais, seguindo a tendência adotada por eles no marco teórico e no capítulo de “justificativa” do tema de estudo. Os três geógrafos definem raça como uma construção colonial hierarquizante e, por vezes, destacam o envolvimento da ciência nesse processo. Novamente, o principal autor utilizado nessa discussão é Aníbal Quijano. Diogo Marçal Cirqueira cita o cientista social Carlos Moore (2007) para alertar que a ideia europeia de “povos inferiores” é anterior à colonização, mas ganhou um novo sentido na configuração global de relações de poder engendrada pelo colonialismo. Jonathan da Silva Marcelino aciona o antropólogo Kabengele Munanga para complexificar o conceito de raça: “a raça é uma “categoria étnico-semântica” e que, portanto, “[...] é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que as governam” (MUNANGA, 2002 *apud* MARCELINO, 2018, p. 65). Denilson Araújo Oliveira avança um pouco mais na discussão ao propor uma leitura da raça em sua correlação com a espacialidade:

Contudo, a raça como uma realidade social, histórica e política se constitui como uma categoria [noção] de dominação e inclusão precária, perversa e subalterna (Idem) que persiste no imaginário [da organização do espaço] e nas representações coletivas de diversas populações contemporâneas como um ideal normativo. As representações racializadas buscam alimentar práticas sócio-espaciais de gestão racializadas e monopolistas das sociedades. (OLIVEIRA, 2011, p. 46)

O geógrafo propõe que a raça funciona como mecanismo de criação de “distâncias” físicas e simbólicas entre os grupos racialmente hierarquizados, evidenciando sua dimensão espacial e avançando na proposição de uma “Geografia das

Relações Raciais”. A definição de “racismo” apresentada pelo autor segue a mesma tendência.

O racismo é entendido como um mecanismo regulador de relações que atua subjugando a aparência corpórea e os valores morais, culturais, estéticos e intelectuais de um determinado grupo. Geralmente, ele atua articulado ao preconceito e a discriminação racial. Assim, o racismo é uma prática multidimensional de coerção cultural, política e econômica com o objetivo de manter uma relativa distância dos grupos raciais postos como inferiores. (OLIVEIRA, 2011, p. 11)

Denilson Araújo Oliveira (2011), indicando mais uma vez a dimensão espacial do racismo, defende que ele é um elemento que imprime suas marcas na produção e reprodução socioespacial. Por sua vez, Diogo Marçal Cirqueira e Jonathan da Silva Marcelino, ao abordar o racismo, adotam uma definição mais voltada para seus efeitos na ciência. Cirqueira aborda a relação entre o racismo e o determinismo geográfico, enquanto Marcelino aciona o conceito de Racismo Epistêmico, proposto pelo sociólogo Ramón Grosfoguel, para argumentar sobre as marcas do racismo na chamada ciência moderna. Os três autores citam a corporeidade como um elemento importante na compreensão do racismo, ainda que sem um maior aprofundamento sobre o tema.

Decidimos analisar as definições de racismo adotadas pelos geógrafos negros por compreendermos que, assim como a noção de raça, este é um conceito que ainda suscita algumas divergências entre teóricos/as. Novamente, como no caso do conceito de raça, verificamos que há correlações entre os três geógrafos que escreveram teses na tendência “Estudos voltados à construção de um marco teórico para a abordagem geográfica da questão racial” a respeito da definição de racismo. Portanto, no que diz respeito às teorias sobre raça e racismo, verificamos um certo grau de consenso entre os pesquisadores desta tendência. No entanto, quando realizamos uma análise dos conceitos e categorias geográficas utilizadas nas teses, começamos a visualizar uma maior diversidade entre os geógrafos negros. Diogo Marçal Cirqueira desenvolve sua argumentação a partir da noção de pensamento geográfico:

O pensamento geográfico seria, assim, as estruturas discursivas que abrangem os vários significados históricos do "rótulo Geografia", bem como, as reflexões oriundas de outras disciplinas e de sujeitos que não pertencem ao campo geográfico formal que numa ótica central ou marginal interagem com temas da Geografia (MORAES, 1991). Enfim, apesar da análise geográfica ser algo muito próprio da Geografia, o discurso geográfico e mesmo o pensamento geográfico não se reduzem ao campo institucional da disciplina. (CIRQUEIRA, 2015, p. 21)

Por sua vez, Denilson Araújo Oliveira usa o conceito de ordenamento espacial para explicar como as relações raciais se inscrevem nas trajetórias dos sujeitos:

Quando afirmamos que as relações raciais se inscrevem dos trajetos sócio-espaciais ao corpo estamos dizendo que um arranjo espacial busca criar regulações das corporeidades. Já da corporeidade ao espaço, um ordenamento busca definir a experiência de espaço de uma pessoa. Falaremos disso mais à frente. (OLIVEIRA, 2011, p. 79)

Jonathan da Silva Marcelino aborda a categoria espaço e a correlaciona com o racismo:

Enquanto dimensões do social, os padrões das relações raciais se dão no espaço, com o espaço e a partir do espaço – ou seja, o espaço também é uma dimensão constitutiva delas. (MARCELINO, 2018, p. 26)

No que diz respeito às chamadas "categorias-chave" da Geografia (espaço, lugar, território, paisagem e região), verificamos que há pouco aprofundamento nas três teses. Era nosso objetivo, analisar as contribuições do marco teórico desenvolvido pelos geógrafos negros ao debate sobre essas categorias. No entanto, após a leitura das teses, compreendemos que as teorizações desenvolvidas por estes pesquisadores abarcam um nível mais amplo da temática e, por isso, não se aprofundam nas categorias-chave. Os três geógrafos indicaram caminhos para a abordagem geográfica da temática racial. Cabe aos/as pesquisadores/as interessados/as no tema, desenvolver suas análises aplicando as categorias mais adequadas ao objeto de estudo, conforme fizeram os autores das teses que analisaremos a seguir, na tendência “Estudos da questão racial na Geografia”.

4.6.2 Estudos da questão racial na Geografia

Nesta tendência, identificamos um total de 4 teses. Diferente da tendência analisada anteriormente, esta apresenta uma maior diversidade de temas e abordagens teórico-metodológicas, o que tornou um pouco mais difícil o trabalho de análise e o estabelecimento de pontos de comparação, conforme se verifica nos quadros a seguir, onde apresentamos os elementos estruturais das teses.

Quadro 20 - Tese de Ana Maria Martins Queiroz

Autora: Ana Maria Martins Queiroz

Orientador: Alex Ratts

Título: Geo-grafias insurgentes: corpo e espaço nos romances Ponciá Vicêncio e Becos da memória de Conceição Evaristo

Ano: 2017

Instituição: Universidade Federal de Goiás

Objetivo: Construí as análises com base nos romances Ponciá Vicêncio (2003) e Becos da memória (2006) da referida autora que define suas narrativas como escrevivência. (p. 9) / Dessa maneira, esta tese se fundamentou na hipótese de que as narrativas literárias de Conceição Evaristo, uma escritora negra, são marcadas pela relação entre corpo e espaço. (p. 9) / A proposta de construir esta tese baseou-se nessa ideia de geo-grafia insurgente. Mais do que falar sobre o escrever como um ato insurgente para mulheres negras, pretendi desenvolver um encontro entre a geografia e a literatura que se encaminhasse para o reconhecimento de uma geo-grafia insurgente. (p. 179)

Metodologia: Para desenvolver esta pesquisa, utilizei a análise do discurso (AD) como metodologia, de maneira a identificar as memórias, formações e rupturas discursivas presentes nas narrativas. Além desse procedimento metodológico, busquei localizar as inscrições espaciais que se relacionam com o corpo através do levantamento de termos e expressões que indicassem a intersecção entre esses aspectos. Dessa maneira, identifiquei como é constituída a interseccionalidade nesses romances entre as categorias referidas. (p. 9)

Resultados: Ponciá Vicêncio e Becos da memória são romances marcados por uma dimensão espacial que está entrelaçada com os corpos das personagens. Essa constitui um elemento significativo das narrativas analisadas e, dessa maneira, possibilita-nos compreender como pode ser estabelecida a intersecção entre gênero, raça e espaço. (p. 175)

Fonte: Queiroz, 2017.

Quadro 21 - Aspectos gerais da tese de Andreilino de Oliveira Campos

Autor: Andreilino de Oliveira Campos

Orientador: Marcelo Lopes de Souza

Título: O planejamento urbano e a “invisibilidade” dos afrodescendentes: discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro

Ano: 2006

Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro

Objetivo: [...] o objetivo principal desta pesquisa é compreender, analisar, estabelecer pontos de comparações e avaliar, a partir da literatura, os impactos que tem o planejamento urbano na organização espacial das cidades, tendo como foco principal os segmentos mais empobrecidos da sociedade. Sobretudo, pensar como os afrodescendentes são vistos no assentamento de políticas públicas espaciais e sociais, geradas pelo Estado por intermédio dos grupos que dominam as estruturas sócioespaciais, política e intelectual (provedora de discursos que justificam a ação daqueles que implementam o fazer urbano). (p. 18)

Metodologia: [...] a flexibilidade dos procedimentos metodológicos foi uma sábia decisão, visto que a vigilância em relação a estranhos estava sendo levada ao extremo na época. Dessa feita, “comunidades” como as do Complexo da Maré, Complexo do Alemão, Complexo do Jacarezinho, por exemplo, reuniriam condições mais adequadas e respostas talvez mais consistentes para os objetivos da pesquisa do que as três selecionadas, porém o risco de o trabalho deixar de ser concluído era considerável. (p. 31)

Resultados: Traçar o perfil dessas pessoas, ao longo do texto, foi uma tarefa árdua. Capturar a situação por meio de números e argumentos mostrou que a desigualdade social não é construída apenas pela contemporaneidade do tempo vivido, mas pelo processo em que a

sociedade está integrada. Nesse sentido, pode-se apontar como os processos históricos foram desiguais, visto que os momentos de partida também não foram iguais para todos os membros da sociedade brasileira. Os afrodescendentes que viram frustrarem-se sua inclusão no mundo do trabalho e seu acesso à geração de riquezas pelo impedimento de manter propriedades, lá pelos idos de 1850, com a edição da Lei de Terras e suas regulamentações, tiveram a “infelicidade” de ser elementos dispensáveis desde 1822, para se constituir em braços que tocariam o projeto de modernização da economia nacional na sua modalidade fabril (p. 336)

Fonte: Campos, 2006.

Quadro 22 - Aspectos gerais da tese de Lorena Francisco de Souza

Autora: Lorena Francisco de Souza

Orientador: Heinz Dieter Heidemann

Título: Migração para qualificação da força de trabalho e a questão racial: estudantes africanos/as lusófonos/as negros/as em universidades goianas

Ano: 2014

Instituição: Universidade de São Paulo

Objetivo: Esta pesquisa propôs uma análise crítica das migrações estudantis na atual sociedade moderna produtora de mercadorias, problematizando a vinda de estudantes africanos/as para as universidades brasileiras, em particular, a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) e a Universidade Estadual de Goiás (UEG) a partir do Programa de Estudante Convênio de Graduação e Pós-Graduação (PEC-G e PG). Investigamos e propomos uma discussão sobre o/a migrante estudante africano/a, sob a base da qualificação da força de trabalho e o valor-dissociação como prerrogativas para a crítica do valor a partir da questão racial como uma particularidade. (p. 7)

Metodologia: Por meio de revisão bibliográfica sobre a temática, coleta de dados em órgãos oficiais, nas universidades de destino sobre migrantes estudantes africanos/as e entrevistas com os/as mesmos/as, discutimos a representação social dos/as migrantes africanos/as na terra de “destino”, e as consequências do racismo, tratados/as “estrangeiros/as não-desejados/as” ou “não-aceitos/as” ou africanos/as num sentido generalizado, preconceituoso e discriminatório. (p. 7)

Resultados: Partir do que é considerado, muitas vezes, como filigrana para ajudar no entendimento de uma totalidade social a partir do fenômeno migratório estudantil é que se apresenta como o grande desafio deste trabalho. É o aporte teórico que nos lança num palco de variações categóricas que antes parecem tão destoantes e não comunicáveis, mas que, na verdade, enriquecem a compreensão sobre a migração estudantil africana. (p. 151)

Fonte: Souza, 2014.

Quadro 23 - Aspectos gerais da tese de Geny Ferreira Guimarães

Autora: Geny Ferreira Guimarães

Orientadora: Catherine Prost

Título: Rio Negro de Janeiro: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial

Ano: 2015

Instituição: Universidade Federal da Bahia

Objetivo: Dos objetivos estabelecidos para esta pesquisa destaca-se de forma geral a intenção de desenvolver uma análise especulativa sobre o racismo no processo projeto patrimonial no Brasil como uma das estratégias estabelecidas para a seleção e constituição dos patrimônios, as possíveis razões para o apagamento, silenciamento e apropriação das heranças negro-africanas e negro-brasileiras na constituição de bens patrimoniais da nação e na formação de uma identidade nacional. (p. 31)

Metodologia: É imprescindível mencionar que um trabalho de pesquisa como este não começa na academia, começa “desde dentro” conforme Guerreiro Ramos (1995) nos dizia, ou “desde adentro” a partir do que discute Jésus Chucho García (2012) e apresentado por meio de “escrevivências” como propõe Conceição Evaristo (2011), mas segundo Geny Ferreira Guimarães: “desde Bonga”⁷ (para o caso específico desta tese aqui apresentada). [...] Nesta perspectiva de desvio imposto aos negros é que resulta a invisibilização social que esta tese tentará desenvolver a partir da temática sobre os patrimônios históricos e culturais por uma abordagem geográfica. Mas, privilegiando uma metodologia de estudos que incorporam análises do negro a partir do próprio negro (p. 27) / Sobre método e metodologia vale ressaltar que, assim como Bertúlio (1989) fez em sua dissertação de mestrado, nesta tese, não nos prendemos as abordagens tradicionais da ciência (como por exemplo, dialética, materialismo histórico, fenomenológica, entre outras) para que não corrêsemos o risco de um engessamento no desenvolver da pesquisa. Isso em decorrência de ser uma pesquisa inserida em questões raciais cujas abordagens nem sempre contemplam esse tipo de pesquisa. Dessa forma seguimos abordagens em etnométodos ou afroepistemológicas. (p. 34)

Resultados: O racismo pode ser entendido como uma categoria de análise pertinente na relação da Geografia e patrimônio, pois entende-se que seja um determinante para a resposta do questionamento sobre a razão pela qual em um país plural e multicultural, um grupo específico é referência majoritária nos patrimônios espalhados pela cidade em forma de monumentos, edificações e homenagens. (p. 529)

Assim, a tese buscou defender que discussões sobre o racismo não podem ser enquadradas ou limitadas apenas à militância político-social das ruas como expressão única e exclusiva, também na academia (e nos diferentes níveis do sistema de ensino nacional) é possível realiza-la, até porque a universidade faz parte da realidade do processo político-social de uma nação e entendemos que em uma sociedade com fortes perspectivas racistas, este espaço apresenta-se afetado também pelo racismo que aflora por epistemicídios. (p. 336)

Fonte: Guimarães, 2015.

A diversidade temática corrobora a afirmação de Cirqueira (2015), para quem a questão racial está em “todo lugar”. A questão racial é um elemento estruturante do ordenamento espacial (OLIVEIRA, 2011), e é essa perspectiva que une as teses desta tendência. Note-se que todos os estudos que compõem este grupo poderiam ser

desenvolvidos sem um “olhar” para a raça⁵⁶: Geografia e literatura; migração para formação de força de trabalho; planejamento urbano e constituição de patrimônios. Nesse sentido, inferimos que a abordagem racializada é resultado dos pontos de vista diferenciados dos/as geógrafos/as negros/as, informados por suas trajetórias socioespaciais.

As teses de Andreino de Oliveira Campos e Geny Ferreira Guimarães se aproximam na temática ao abordar o espaço urbano do Rio de Janeiro e o envolvimento do Estado no processo de segregação socioespacial. No entanto, se distanciam no que diz respeito ao marco teórico e à metodologia. Geny Ferreira Guimarães apresenta uma abordagem que se aproxima mais do campo da Geografia Cultural, enquanto Andreino de Oliveira Campos dialoga com a Geografia Urbana. Guimarães propõe uma metodologia de estudos “a partir do próprio negro” (GUIMARÃES, 2015, p. 34) fundamentada em “etnométodos ou afroepistemologias”, assumindo a interdisciplinaridade como uma marca de sua pesquisa. Escrevendo, por vezes, em primeira pessoa, a geógrafa afirma a todo momento o lugar de onde fala e seu ponto de vista.

Além disso, Geny Ferreira Guimarães explica que não se prendeu a nenhuma metodologia específica, como estratégia para evitar um “engessamento” da pesquisa. A pesquisadora relatou que enfrentou dificuldades ao buscar analisar o racismo como elemento basilar de seu objeto de estudo na Geografia; e que optou por uma pesquisa que agrega diferentes teorias e conceitos, incluindo as Epistemologias do Sul⁵⁷ e um “[...] conjunto enegrecido de teorias e conceitos” (GUIMARÃES, 2015, p. 19). As afroepistemologias, de acordo com Geny Ferreira Guimarães, são termos elaborados pelo venezuelano Jesús Chucho García.

Segundo este autor podem ser entendidas como o processo de reconceituações a respeito de “nós mesmos” (negros sul americanos), já estando em curso desde meados dos anos de 1990. García (2012) as separa por um “e” e não por “ou”, logo uma não substitui a outra, mas se complementam. A princípio, as “afroepistemologias” envolvem as criações de epistemologias negras (um cabedal teórico e conceitual) específico para o entendimento das relações econômicas, políticas, sociais e culturais africanas na formação das diásporas sul americanas ou “afro-sulamericanas”. (GUIMARÃES, 2015, p. 19)

⁵⁶ Conforme defendemos no Capítulo 2 – A Geografia e a Questão Racial Negra –, entendemos que a análise de objetos de estudo em que a questão racial está presente, sem uma discussão sobre essa questão, é um equívoco. No entanto, como apontamos no Capítulo 3, são diversos os estudos em que esse equívoco ocorre.

⁵⁷ Abordamos as Epistemologias do Sul no Capítulo 1.

Nota-se um esforço da pesquisadora para, assim como os geógrafos que escreveram teses na tendência analisada anteriormente, propor possibilidades para o estudo da temática racial. No entanto, optamos por não incluir a pesquisa de Geny Guimarães na outra tendência pelo seguinte motivo: após a leitura de toda a tese, chegamos à conclusão de que o objeto de estudo de Geny Ferreira Guimarães é, de fato, o racismo no processo-projeto patrimonial no Rio de Janeiro, e não a abordagem geográfica da temática racial, sobre o que não deixa de apresentar contribuições, conforme demonstraremos a seguir. Por isso, optamos por manter este estudo nesta tendência. Inferimos que a pesquisadora, para conseguir analisar seu objeto, optou pela tentativa de elaborar um “marco zero” no que diz respeito à abordagem teórico-metodológica, mas sem que essa construção seja o foco da tese, como se vê nos objetivos do estudo.

Na parte da tese dedicada à discussão sobre a Geografia e a questão racial, Geny Ferreira Guimarães defende que é necessário avançar de uma Geografia do Racismo para uma Geografia Antirracista.

[...] pensar o lugar da branquitude no espaço geográfico brasileiro como um inibidor do seu enegrecimento, por meio de imposições de branqueamento e brancura (consequentemente a repercussão disso no processo-projeto patrimonial). Também, repensar discussões que envolvem diáspora, identidade, poder e violência na construção das territorialidades e dos lugares. Repensar o espaço geográfico, território, territorialidades e lugares por uma perspectiva negra de “pertencimento, reconhecimento, identificação” (HETHERINGTON, apud HAESBAERT, 2011b, p.52) até porque “questões negras são questão espaciais” (MCKITTRICK, 2006, p.xii). Pensar as ausências negras nas análises geográficas, nas exclusões das populações negras como parte integrante, participante da formação dos espaços geográficos rurais e urbanos. (GUIMARÃES, 2015, p. 189)

Consideramos que o movimento de propor uma Geografia do Racismo ou da Questão Racial é, em si, um ato antirracista, no sentido de que pode provocar mudanças na forma como o tema é tratado no interior da comunidade de geógrafos/as e na matriz disciplinar da Geografia.

Por sua vez, Andreilino de Oliveira Campos constrói sua argumentação a partir da noção de heteronomias sociais para abordar a invisibilidade dos afrodescendentes no planejamento urbano do Rio de Janeiro:

Se o magma de significações corresponde àquilo que é representável, então a representação não pode e não deve ser a mesma para todos os grupos sociais, colocando, por exemplo, no plano do planejador elementos que ele, por mais bem intencionado que seja, cria mais heteronomias nos espaços em que a sua intervenção se dará ou, dizendo de outra maneira, a heteronomia será menor à medida que o planejador estiver mais próximo em termos do imaginário

instituído, e seus signos e valores estiverem mais próximos dos objetos e dos espaços que sofrerão intervenção. Assim, o que está sendo planejado conterá seu sistema de valores, pois ele achará “natural” o que está sendo executado.[...] As heteronomias, [...] criam imagem do “Outro” e do seu fazer com a imaginação distorcida do mundo do outro, pois, como ele não é a sua imagem, então, não pode e não deve ser visto como igual a si mesmo. Os valores e os signos, entre eles os ligados ao racismo e aos diferentes preconceitos, são recriados no interior de cada sociedade tomada com essas heterogeneidades. (CAMPOS, 2006, p. 72)

O geógrafo é o único dos pesquisadores a optar pelo termo “afrodescendentes”. Segundo ele, a opção é pelo uso político do termo, em contraposição à ideia de raça, a qual, de acordo com o autor, possui uma matriz eurocêntrica hierarquizante. Uma experiência que foi relatada tanto por Andreilino de Oliveira Campos quanto por Geny Ferreira Guimarães foi a dificuldade de acessar dados oficiais sobre a população negra. Campos (2006, p. 23) também revelou que enfrentou dificuldades ao abordar a temática racial na Geografia:

No que se refere ao primeiro ponto, a discussão das concepções teórico-conceituais será buscada na compreensão da relação étnico-racial e em todas as vinculações que este pesquisador vem percebendo ao longo de sua vida. Essa procura nos levou a caminhos tortuosos, tendo em vista que a Geografia brasileira carece de densidade para tratar essa questão, visto que lhe falta a condição fundamental: a historicidade e a aproximação com a temática.

Antes de defender a tese, Andreilino de Oliveira Campos publicou, em 2005, um livro com o título “Do Quilombo à Favela - A produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro”, resultado de sua dissertação de mestrado, defendida em 1998, também orientada por Marcelo Lopes de Souza. O geógrafo coordenou⁵⁸ o Núcleo de Estudos Sociedade, Espaço e Raça na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde atuou como professor. Em homenagem a ele publicada por Denilson Araujo de Oliveira (2018), o geógrafo afirma que Andreilino de Oliveira Campos construiu um marco para os estudos urbanos a partir da análise da questão racial. Assim, quando Campos afirma que a discussão das concepções teórico-conceituais sobre a compreensão das relações étnico-raciais na tese levará em consideração todas as vinculações que ele vem percebendo ao longo de sua vida, consideramos que o geógrafo se refere não apenas a suas experiências como sujeito negro, mas como um consolidado pesquisador sobre o tema.

Os procedimentos metodológicos adotados por Andreilino de Oliveira Campos são divididos em três partes e assim descritos pelo pesquisador: a) dados teórico-conceituais, b) informações de campo (dados primários); c) dados secundários produzidos por instituições públicas ou privadas. Dessa forma, o geógrafo consegue elaborar uma análise

⁵⁸ Andreilino de Oliveira Campos faleceu em 2018.

que vai de uma teorização mais ampla sobre a abordagem geográfica da questão racial, passando por uma revisão bibliográfica sobre processos de produção da invisibilidade a partir da noção de sistemas simbólicos e formação de identidades, chegando até o seu objeto de estudo: discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação socioespacial na cidade do Rio de Janeiro. Até o momento, consideramos que o que mais diferencia as teses de Geny Ferreira Guimarães e Andreino de Oliveira Campos é a metodologia. Enquanto Guimarães estabelece seus procedimentos metodológicos a partir de uma abordagem afroepistemológica, Campos não dá tanta ênfase à busca por teóricos/as negros/as em sua pesquisa e busca não se afastar do debate geográfico, ainda que o diálogo com outras disciplinas seja necessário em alguns momentos, como o geógrafo afirma:

As dificuldades só poderão ser superadas quando recorrermos de forma intensa a outros campos do saber, criando o risco de mergulhar com profundidade nesses conhecimentos, e produzirmos um trabalho que não se pareça nem um pouco com aquele assentado em nossa ciência. Assim, encontrar apoio na sociologia, antropologia, ciência política etc. requer cuidado redobrado, sendo insuficiente a apropriação da melhor teoria e do conceito mais justo para explicar as relações espaciais do preconceito, da discriminação, do racismo, dos movimentos sociais contemporâneos e das teses de um passado que ainda nos é muito caro, seja para refutá-lo ou para reafirmar seus principais pressupostos e suas vinculações com as representações sociais. Para tanto, será necessário que não percamos de vista as categorias fundadoras da Geografia enquanto ciência acadêmica, para que possamos explicitar as mais diferentes relações sócio-espaciais. (CAMPOS, 2006, p. 24)

Assim como os geógrafos citados na tendência anterior, Andreino de Oliveira Campos e Geny Ferreira Guimarães definem a raça como algo forjado no contexto colonial, e que permanece atual, e reafirmam que não há uma base biológica que sustente a noção de diferenciação racial entre seres humanos. Sobre o conceito de racismo, Geny Ferreira Guimarães propõe que este seja abordado como categoria da realidade e como categoria de análise.

O racismo é entendido como o elemento gerador de conflitos na discussão patrimonial de algumas cidades, pois é capaz de desequilibrar as relações pessoais, hierarquizar-las e promover o silenciamento de legados patrimoniais do grupo inferiorizado. (GUIMARÃES, 2015, p. 123)

A geógrafa também aborda a dimensão espacial do racismo a partir de uma concepção que se assemelha à dos geógrafos negros citados anteriormente:

No tocante à dimensão racial do espaço esta perspectiva inclui pensar o espaço geográfico formado imerso no fenômeno do racismo, capaz de promover a formação, transformação, das relações interpessoais no espaço. Perceber o racismo como elemento ativo, metamórfico e atemporal na sociedade é entendê-lo como capaz de elaborar contornos territoriais, territorialidades,

paisagens, lugares, características locais, regionais, nacionais, internacionais e globais e como resultado gerar as desigualdades socio-espaco-racial. (GUIMARÃES, 2015, p. 241)

Andrelino de Oliveira Campos aborda o racismo pela via do imaginário que se materializa no real, consoante com sua abordagem sobre a produção da invisibilidade:

Nesse sentido, podemos pensar que as relações étnico-raciais são resultado do preconceito velado que existe na sociedade brasileira que, em função dele, descamba para as práticas discriminatórias de cunho étnico-racial e, finalmente, tais sentimentos e práticas deixam suas marcas no espaço por meio da segregação. (CAMPOS, 2006, p. 206).

Nota-se que todos/as os/as geógrafos/as negros/as cujas teses foram analisadas até agora concordam sobre a influência do racismo nas dinâmicas socioespaciais, principalmente nos processos de segregação, e que esta tem sido até o momento a principal via de entrada da temática racial na Geografia. No que diz respeito às categorias geográficas, tanto Geny Ferreira Guimarães quanto Andrelino de Oliveira Campos abordam o território. Geny Guimarães aciona a noção de Territorialidades proposta pelo geógrafo Rogério Haesbaert para pensar a diáspora: “No caso, as territorialidades se formam a partir de processos de territorializações e para Haesbaert (2004) podem ser “fechadas”, “tradicionais”, “flexíveis” e “múltiplas”. (GUIMARÃES, 2015, p. 239). A geógrafa define a diáspora “[...] como um elemento que alavancou a possibilidade de desterritorializações, reterritorializações e multiterritorialidades” (GUIMARÃES, 2015, p. 239). Na tese de Andrelino Campos, o território também é pensado a partir da noção de territorialidade, em sua articulação com as identidades e os movimentos sociais:

Se sairmos da seara que liga o rural-urbano, dos “Sem Terra”, e pensarmos os movimentos, por exemplo, das associações de moradores ou das federações de bairro ou favelas, elas, por si sós, necessitam estar territorialmente assentadas; criam territorialidades a partir dos conflitos estabelecidos com o Estado ou com outro segmento social. Nesse caso, o território é uma forma ativa que interage sobre o sujeito social e passa a construir representações. Segundo F. D. COELHO (1996, p. 79), “o surgimento de novos atores políticos, com identidades sociais construídas no território, deve ser pensado como princípio de identidade nos movimentos populares urbanos” (CAMPOS, 2006, p. 234).

Geny Guimarães aciona também a categoria lugar e defende que esta é uma categoria fundamental para estudos antirracistas:

O lugar do negro apresentado por Gonzalez (1982), Santos, J. (1995) seria dentro da perspectiva de afirmação do negro, de deslocamento do lugar discriminado para o valorizado. É uma discussão interessante para a Geografia de assumir esse conceito de lugar como um conceito básico em seus estudos antirracistas, no âmbito da Geografia Crítica, para pensar o espaço produzido

ao longo do tempo, as construções sociais carregadas de simbolismos, representações e ideias. (GUIMARÃES, 2015, p. 262).

Como afirmamos no tópico anterior, esperávamos que as teses desta tendência apresentassem uma maior variedade de aplicação de categorias geográficas, o que começa a se confirmar. A seguir, procederemos à análise das duas últimas teses que compõem o pequeno *corpus*: a de Ana Maria Martins Queiroz (Quadro 20), e a de Lorena Francisco de Souza (Quadro 22). Elas foram agrupadas por afinidade temática, tendo em vista que, apesar de seus objetos de estudos serem diferentes, abordam temas que não constam de forma consistente nos outros estudos que compõem o PQ, como gênero, corporeidade e trajetórias socioespaciais.

As duas geógrafas inserem seus estudos em abordagens diferentes da Geografia: Geografia Crítica e Geografia Cultural, o que nos ajuda a ter uma visão mais ampla sobre as possibilidades de abordagem geográfica da questão racial. Na introdução de sua tese, Lorena Francisco de Souza informa que o interesse pelo tema da pesquisa surgiu durante o mestrado, quando estudou as trajetórias socioespaciais de professoras negras em Goiânia (SOUZA, 2007).

A intenção foi partir de uma discussão acerca das trajetórias como um elemento que representa as relações sociais e raciais no espaço, no sentido de entender a mobilidade do trabalho, a migração, as relações de trabalho, o deslocamento espacial imbuído de representações sobre lugares, dimensões da vida cotidiana, o lazer e a cidade como lócus destas ações cotidianas. (SOUZA, 2007, p. 12).

Portanto, nota-se que estão presentes elementos de sua própria trajetória como mulher negra, professora e pesquisadora da temática racial na Geografia. Na tese, a discussão sobre trajetórias socioespaciais é retomada brevemente, tendo em vista que este não é o foco central da análise, e sim a categoria Migração. Por sua vez, Ana Maria Martins Queiroz elege as trajetórias socioespaciais como categoria de análise para compreender as intersecções entre corpo, raça e espaço na obra de Conceição Evaristo.

A trajetória socioespacial pode ser compreendida como as vivências e experiências do indivíduo ou de um grupo marcadas pelas espacialidades com as quais este possui contato. A trajetória, então, deve ser entendida como fundamentada e construída a partir de lugares diversos, que intervêm nas concepções e visões de mundo daqueles/as que delas fazem parte (RATTS, 2007; CIRQUEIRA, 2010; MACHADO e RATTS, 2012). De acordo com Massey (2008, 2002), o espaço entrecruza nossas experiências cotidianas, não sendo possível, portanto, apreender a trajetória de um indivíduo sem considerá-lo. As identidades e práticas culturais de indivíduos e grupos negros são marcadas e influenciadas pela dimensão espacial e estas, por sua vez, se inscrevem no espaço, de maneira a possibilitar a constituição das espacialidades. (QUEIROZ, 2017, p. 117)

Nesta parte da tese, Ana Maria Queiroz (2017, p. 117) cita a dissertação de mestrado de Lorena Souza. “Sobre esse aspecto Lorena Souza (2007) aponta que através da trajetória é possível compreender não apenas os deslocamentos espaciais, mas também os processos e dinâmicas presentes no cotidiano dos sujeitos”. Não é o único caso em que os/as geógrafos/as cujas teses compõem o pequeno *corpus* de nossa pesquisa citam uns aos outros. Na verdade, percebemos esse movimento em praticamente todos os textos analisados, exceto o mais antigo deles, a tese de Andreino de Oliveira Campos. Compreendemos que este é mais um indício de que o grupo de geógrafos/as negros/as está se consolidando.

Enquanto Ana Maria Queiroz busca articular em sua tese as categorias gênero, raça e espaço, Lorena Francisco de Souza propõe uma articulação entre raça, classe e gênero.

Não é possível considerarmos todos/as os/as migrantes como iguais, desconsiderando as variáveis de classe, raça, gênero e idade, pois a mobilidade de pessoas apresenta-se como um fenômeno complexo e atinge diferentemente um indivíduo de acordo com essas categorias. Nesse sentido, é que pautamos na compreensão sobre as particularidades numa universalidade negativa e não a uma singularidade que percebe o fenômeno por si mesmo. A particularidade em si nos obriga a ver a totalidade e suas contradições e não a soma de partes. (SOUZA, 2014, p. 17)

As duas geógrafas abordam a relação entre corpo e espaço. Para Lorena Souza (2014, p. 138), o corpo é um elemento determinante nas experiências socioespaciais dos sujeitos e na forma como estes constroem relações com o espaço.

Poderíamos considerar aqui a relação do/a migrante estudante africano/a com o espaço no sentido de atribuir a esse uma espécie de reflexo da maneira como sua corporeidade é lida/atribuída. Mais que considerarmos a categoria espaço no seu sentido absoluto, a intenção, quando referente a uma dada dimensão espacial das relações sociais refere-se à maneira como esta corporeidade assume importância nas marcas espaciais, além das formas arquitetônicas e paisagísticas, visto que o ser humano molda o espaço, imprime sua marca nele e sofre suas influências.

A pesquisadora lembra que o corpo negro foi explorado ao longo da história desde o período escravagista, e que isso configurou uma representação social negativa sobre ele. Voltando-se para os sujeitos de sua pesquisa, estudantes africanos migrantes, Lorena Souza afirma que a condição de migrante no Brasil traz à tona essas representações subalternizantes. Na tese de Ana Maria Gonçalves, o corpo também é abordado a partir de sua intersecção com o espaço. A geógrafa dedica um capítulo ao tema, com o título “Corpo e espaço: intersecções para uma Geografia da Diferença” (QUEIROZ, 2017, p.

69). O argumento central no referido capítulo é semelhante à abordagem de corpo e espaço proposta por Lorena Souza.

Ao observar como nossa corporeidade nos permite estabelecer determinadas conexões com a sociedade, considero essa ação como basilar para compreender os processos de rejeição ou aceitação, de controle social, de construção ou negação de identidades e, até mesmo, a forma como nos relacionamos e produzimos espaço. (QUEIROZ, 2017, p. 70)

Ana Maria Martins Queiroz acrescenta a questão de gênero ao debate ao propor que é por meio do corpo que as marcas da diferença se manifestam em mulheres negras, fazendo com que suas espacialidades também sejam marcadas por determinadas características identitárias. Por outro lado, a pesquisadora afirma que a relação entre corpo e espaço também pode ser positiva no sentido de valorização das identidades, a exemplo dos territórios quilombolas. “É, portanto, a partir dos elementos corporais que se dá, também, a constituição do território quilombola.” (QUEIROZ, 2017, p. 78). Ana Maria Martins Queiroz propõe que as inscrições corpóreas e espaciais são “geo-grafias”, escritas espaciais.

A ideia de geo-grafias insurgentes aqui proposta se estabelece a partir da compreensão de que outras escritas espaciais estão sendo forçadas por sujeitos considerados subalternos. Essas novas cartografias que estão sendo traçadas colocam em evidência espacialidades, muitas vezes, tidas como inferiores e estereotipadas face ao discurso do sujeito branco e masculino que predomina na literatura (DALCASTAGNÈ, 2008). Dessa maneira, quando proponho o título da tese como geo-grafias insurgentes, pretendo chamar a atenção para essas espacialidades e para as grafias a elas vinculadas. (QUEIROZ, 2017, p. 18)

No que diz respeito à metodologia, Ana Maria Martins Queiroz propõe uma abordagem interseccional, articulando gênero, raça e espaço. A geógrafa afirma que as mulheres negras têm sua espacialidade marcada por relações desiguais. “Também podemos trazer essa reflexão [...] para o campo da geografia e pensarmos sobre como a conexão entre estas categorias estão envolvidas nos processos de constituição de espacialidades.” (QUEIROZ, 2017, p. 99). Como procedimento metodológico, a pesquisadora adota a análise do discurso, combinando, portanto, uma abordagem mais inovadora, a interseccionalidade, com uma metodologia mais tradicional, e ampliando o horizonte de possibilidades da análise geográfica da temática racial.

Lorena Francisco de Souza, dialogando com a Geografia Crítica, realiza sua análise aplicando, como procedimentos metodológicos, a revisão bibliográfica, a coleta de dados em órgãos oficiais e entrevistas. A geógrafa constrói uma reflexão a partir da estrutura econômica, perpassando o tema da fetichização das relações humanas e as

relações de produção, propondo uma abordagem diferente das outras teses. Por outro lado, tanto a sua tese quanto a de Ana Maria Martins Queiroz se aproximam das outras pesquisas que analisamos ao citar Aníbal Quijano para discorrer sobre o processo colonial e a constituição da raça e do racismo. Para Lorena Francisco de Souza, o racismo assegura as hierarquizações que regulam as relações sociais. A pesquisadora complexifica um pouco mais a discussão ao apresentar a noção de racismo institucional:

O racismo institucional, de acordo com Rex (apud SANTOS, I., 2012) revela-se através de mecanismos e estratégias que dificultam a presença ou permanência dos negros numa determinada instituição. Ele se manifesta quando uma instituição cria um fator de discriminação, mas não o reconhece formalmente. Assim, (...) o problema não é demonstrar a existência de ideologia e doutrinas que as pessoas utilizam para justificar suas ações. É no funcionamento da sociedade na qual o racismo constitui uma propriedade estrutural inscrita nos mecanismos rotineiros, assegurando a dominação e a inferiorização dos negros, sem que haja necessidade de teorizar ou de tentar justificá-los pela ciência (SOUZA, 2014, p. 20).

Ana Maria Martins Queiroz aborda o racismo a partir de sua intersecção com gênero e apresenta a definição desenvolvida por Lelia Gonzalez: “para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular.” (GONZALEZ apud QUEIROZ, 2017, p. 103). Tanto Ana Maria Queiroz quanto Lorena Souza apresentam concepções mais ampliadas do racismo, se diferenciando das concepções que vimos até agora. Consideramos, no entanto, que essas diferentes definições não são contrárias, e sim complementares; e são também um indício da complexidade e amplitude da temática.

Em relação às categorias-chave da Geografia, a principal categoria de análise utilizada pelas duas geógrafas é o Espaço. Conforme destacou Ana Maria Queiroz, o espaço é uma das principais categorias-chave da Geografia e recebeu diferentes definições e tentativas de compreensão ao longo da história da disciplina. No entanto, as duas geógrafas se basearam nos mesmos autores, Lefebvre e Milton Santos, para apresentar sua compreensão sobre o Espaço.

A esse respeito Henri Lefebvre (2013) pontua que o espaço não pode ser entendido como fixo e inerte, mas não se constitui somente em produto, pois é também produtor das relações sociais. Aponto que essa concepção contribuiu para se avançar no entendimento desse conceito, uma vez que o distancia de uma perspectiva que o considera como passivo e receptáculo de ações. Segundo Milton Santos (2008), o espaço social, que interessa à geografia, não é de fácil definição e esta pode se modificar e ser estabelecida de modos distintos. Santos (2006, p. 63) explica que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de

objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente [...]”. Esses sistemas, de acordo com o autor, se interagem de maneira a possibilitar as modificações espaciais (QUEIROZ, 2017, p. 84)

Além do aspecto linguístico, é importante lembrar que a noção de raça, um elemento que também representa o “outro” em sua diferença, tem uma dimensão espacial (RATTS, 2004). Lefebvre (apud Corrêa, 2005) aponta para o fato de que o espaço é o lócus da reprodução das relações sociais de produção ou, em outras palavras, da sociedade. Santos, M. (1982) diz que “uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade” (SANTOS, M., 1982, p. 26). Não é viável falar de sociedade sem falar de espaço e vice-versa, portanto, o espaço é mais que um reflexo social e sim um fator social. (SOUZA, 2014, p. 138).

Prevalece, nas análises das duas geógrafas o entendimento do espaço como socialmente construído, marcado pelas relações sociais e, portanto, pelo racismo e sexismo. Assim como Diogo Marçal Cirqueira, Ana Maria Martins Queiroz buscou evidenciar que a geograficidade extrapola o campo disciplinar da Geografia, ao identificar inscrições espaciais na obra da escritora Conceição Evaristo. Conforme informamos anteriormente, as teses que integram esta tendência de estudos, cujo objeto tem relação com a temática racial são bastante diversas, o que tornou mais difícil o trabalho de estabelecer pontos de comparação. Apesar disso, consideramos que essa diversidade é um ponto positivo, na medida em que expressa, como afirmou Diogo Marçal Cirqueira (2015), que a questão racial está em toda parte; assim, entendemos que são múltiplas as possibilidades de abordagem geográfica da questão racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção teórica de geógrafos/as negros/as sobre a questão racial está em pleno crescimento e, como algo que está em processo, apresenta pontos de concordância e discordância entre os/as pesquisadores/as. A hipótese que procuramos verificar nesta pesquisa é a de que geógrafos/as negros/as podem apresentar pontos de vista próprios para o pensamento geográfico, principalmente no que diz respeito à abordagem geográfica da questão racial; e tais pontos de vista estão relacionados às suas trajetórias socioespaciais.

Os resultados da análise sistemática de literatura e da análise de conteúdo nos permitem concluir que a hipótese se confirmou. O número de teses e dissertações dedicadas ao tema, produzidas por pessoas de vários pertencimentos étnico-raciais, cresceu a partir de 2003, sendo que o período com o maior número de produções foi o ano de 2016, quando foram defendidas 4 teses e 12 dissertações. A região Sudeste concentra a maior parte (50%) dos estudos. Apesar disso, essa concentração não está centralizada em um grupo de pesquisadores/as ou laboratório específico, diferente do que verificamos na região Centro-Oeste, onde 15 das 26 dissertações e teses foram defendidas na Universidade Federal de Goiás (UFG), sendo 12 delas orientadas pelo geógrafo e antropólogo Alex Ratts, coordenador do Laboratório de Estudos de Gênero, Étnico-raciais e Espacialidades (LaGENTE/UFG), o que evidencia que há, nesse espaço, um ambiente favorável ao desenvolvimento da temática.

Chamamos a atenção para a importância de que geógrafos/as se apropriem de ferramentas de pesquisa como os repositórios digitais, pois tais bases de dados, criadas para reunir e disponibilizar o acesso a produções científicas de forma *on-line*, favorecem o trabalho de análise da distribuição espacial do conhecimento, entre outros aspectos. Sabemos que, no momento da defesa desta pesquisa, os números aqui apresentados sobre teses e dissertações a respeito da temática racial na Geografia brasileira estarão desatualizados, tendo em vista que essa produção cresce constantemente. Por isso, reforçamos a importância de que esse levantamento seja atualizado constantemente, inclusive como uma forma de acompanhar o desenvolvimento do debate sobre a questão racial entre os/as geógrafos/as.

Os relatos de vida apresentados pelos/as geógrafos/as em suas teses evidenciaram a importância das vivências em lugares de militância negra, como coletivos de estudantes, laboratórios de pesquisa e mesmo o próprio Movimento Negro. Os lugares que

constituem o Movimento Negro de Base Acadêmica representam um ponto fundamental nas trajetórias dos/as geógrafos/as negros/as, contribuindo para a sua formação como intelectuais militantes. A análise das teses permitiu verificar que os pontos de vista aparecem como elementos importantes principalmente em três momentos: a escolha do tema, a escolha do referencial teórico e a escolha da metodologia.

A diversidade de temas, metodologias e referenciais teóricos verificada nas teses e dissertações corrobora a afirmação presente no manifesto “Por uma geo-grafia negra”: Não se trata de um projeto único. São geógrafos/as com distintas trajetórias pessoais e acadêmicas que têm, em comum, o interesse pela questão racial. As possibilidades para a abordagem geográfica da raça e do racismo são diversas e vão do espaço urbano à literatura. Algo que podemos afirmar ser consenso entre os estudos analisados é que o racismo possui uma dimensão espacial. Esse dado pode ser correlacionado a categorias como gênero, etnia e classe nas análises. Uma possibilidade para a realização desse movimento analítico é o estudo das trajetórias socioespaciais, por meio das quais é possível visualizar as intersecções entre diferentes categorias de opressão e seus efeitos nas espacialidades dos sujeitos.

Durante a escrita do Capítulo 2, percebemos a necessidade de um estudo mais detalhado sobre os discursos mais recorrentes entre os/as precursores/as da Geografia Crítica no Brasil, assim como dos caminhos pelos quais essa corrente se desenvolveu. Qual leitura de Marx predominava entre os/as geógrafos/as da época? Havia vozes dissonantes entre geógrafos/as? Acreditamos que um olhar mais atento para esse aspecto pode ajudar a compreender o processo de distanciamento dos/as geógrafos/as em relação à questão racial.

Como estratégia para uma continuidade da pesquisa pretendemos, futuramente, realizar entrevistas com os/as geógrafos/as negros/as. Compreendemos que assim teremos acesso a mais informações que podem contribuir para a verificação de nossa hipótese. Ao final da pesquisa, não temos ainda elementos suficientes para afirmar que o movimento crescente de geógrafos/as negros/as interessados na abordagem geográfica da questão racial causará uma crise ou mesmo uma revolução no interior da comunidade de geógrafos/as; mas um ponto importante é que o volume de trabalhos sobre o tema tem crescido na última década e, institucionalmente, alguns movimentos estão sendo realizados, principalmente por geógrafos/as negros/as, no sentido de colocar a questão em debate.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- ARTES, Amélia. Desigualdades de cor/raça e sexo entre pessoas que frequentam e titulados na pós-graduação brasileira: 2000 e 2010. in. ARTES, Amélia, UNBEHAUM, Sandra e SILVÉRIO, Valter (orgs.). Ações Afirmativas no Brasil: reflexões e desafios para a pós-graduação. Volume 2. São Paulo: Cortez : Fundação Carlos Chagas, 2016.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARROS, José D'Assunção. Sobre a noção de Paradigma e seu uso nas ciências humanas. Cad. de Pesq. Interdisc. em Ci-s. Hum-s., Florianópolis, v.11, n.98, p. 426-444, jan/jun. 2010.
- BAUER, Martin W. e AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In. BAUER, Martin W. e GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático. 10. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- Bento, A. (2012, Maio). Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas. Revista JA (Associação Acadêmica da Universidade da Madeira), nº 65, ano VII (pp. 42-44). ISSN: 1647-8975.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Mulheres permanecem como maioria na pós-graduação. (Online). 8 de março de 2018. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8787-mulheres-permanecem-como-maioria-na-pos-graduacao-brasileira> Acesso em: 20/09/2018
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas. Brasília, 2019. Disponível em <http://www.inep.gov.br>. Acessado em 16/09/2019
- BRASIL. Lei 12.990, de 9 de junho de 2014. Dispõe sobre a reserva aos negros de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas em concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Diário Oficial da União, Brasília, 10 de jun. 2014a. Seção 1, p. 3.
- BRASIL. _____. Conselho Federal de Educação. (1965). Parecer nº 977/65. Definição dos cursos de pós-graduação. Brasília, DF, 1965. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000300014#:~:text=A%20p%C3%B3s%20gradua%C3%A7%C3%A3o%20o,para%20o%20exerc%C3%ADcio%20do%20magist%C3%A9rio.
- CAMPOS, Andreilino de Oliveira. O planejamento urbano e a “invisibilidade” dos afrodescendentes. Discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2006

- CAMPOS, Andrelino de Oliveira. Do quilombo à favela: o tráfico de drogas enquanto estratégia de sobrevivência ilegal nos marcos de uma ordem segregacionista. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1998.
- CAPEL Saez, Horácio. Geografia contemporânea: ciência e filosofia. Maringá: Eduem, 2010.
- CAPEL Saez, Horácio. O nascimento da ciência moderna e a América. O papel das comunidades científicas, dos profissionais e dos técnicos no estudo do território. Maringá : Eduem, 1999.
- CARMICHAEL, Stokely. O poder negro. in. MENDES, Amauri Pereira (org.). O poder negro. 2ª ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2018.
- CARMICHAEL, Stokely. O poder negro. in. MENDES, Amauri Pereira (org.). O poder negro. 2ª ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2018.
- CARNEIRO, Sueli. Escritos de uma vida. Belo Horizonte (MG): Letramento: 2018.
- CARVALHO, José Jorge de. Ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seus impactos nas ciências sociais brasileiras. Teoria e Pesquisa 42 e 43. Janeiro-julho de 2003. p. 304 – 340.
- CHAUÍ, Marilena. Em defesa da educação pública, gratuita e democrática. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- CIRQUEIRA, Diogo Marçal. A maldição de Cam: relação homem/meio e projeto de nação em Sílvia Romero. Terra Livre, n. 46 (1): 142-182, 2016.
- CIRQUEIRA, Diogo Marçal. Inscrições da racialidade no pensamento geográfico brasileiro (1880-1930). Tese de doutorado em Geografia. Niterói, PPGeo/UFRJ, 2015.
- CIRQUEIRA, Diogo Marçal; CORRÊA, Gabriel Siqueira. Questão étnico-racial na Geografia Brasileira: Um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações. Revista da ANPEGE, [S.l.], v. 10, n. 13, p. 29-58, jul. 2014. ISSN 1679-768X. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6476>>. Acesso em: 21 set. 2019.
- CLAVAL, Paul. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da Geografia. In. MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salete (Orgs.). Elementos de Epistemologia na Geografia Contemporânea. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.
- COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.
- COLLINS, Patrícia Hill. O pensamento Feminista Negro. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. in. CORRÊA, Roberto Lobato et. all. (org.). Geografia: conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

- CRUZ, Walter do Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In. OLIVEIRA, Denilson Araújo de; CRUZ, Walter do Carmo. Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.
- ESCOBAR, Arturo. Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia/ Arturo Escobar - Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.
- FERREIRA, D. C. Diferenciação e segregação racial em Goiânia: representação cartográfica dos dados de cor ou raça e renda (IBGE, 2010). Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 2004. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In. SILVA, Márcia et. al. (org) Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009.
- GONZALEZ, Lélia. Lugar de negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. São Paulo, ANPOCS, Ciências Sociais Hoje, 2. ANPOCS, 1993
- GUIMARÃES, Geny Ferreira. Rio Negro de Janeiro: olhares geográficos de heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2015
- HAESBAERT, Rogerio. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HARAWAY, D. (2009). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, (5), 7-41. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 11 de jun. de 2020.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu (5) 1995: pp. 07-41.
- HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- JACKSON, Peter. Race and racism. Essays in social geography. Allen & Unwin, 1987.
- KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 2009.

- LOPES, Luiz Otávio do Canto. *Várzea e varzeiros: a vida de um lugar no Baixo Amazonas*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- LOPES, Renata Batista. *De casa para outras casas: trajetórias socioespaciais de trabalhadoras domésticas residentes em Aparecida de Goiânia e trabalhadoras em Goiânia*. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.
- MANOEL, Jones. *A luta de classes pela memória: raça, classe e Revolução Africana*. In. MANOEL, Jones; LANDI, Gabriel (Org.). *Revolução Africana – Uma antologia do pensamento marxista*. 2. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- MARCELINO, Jonathan da Silva. *Geografia, movimento negro e relações étnico-raciais: um diálogo necessário*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo. São Paulo: 2018
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia além: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerback, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Ideologias Geográficas – Espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1991.
- MOREIRA, Cristiane Geraldi Queiroz. Antônio Carlos Roberr Moraes. *Terra Brasilis (Nova Série)*. [Online], 5 | 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1361>. Acesso em: 21 de outubro de 2019.
- MOREIRA, Ruy. *O que é Geografia*. 7. Ed. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- MOSCHKOVICH, Marília e ALMEIDA, Ana Maria F.. *Desigualdades de Gênero na Carreira Acadêmica no Brasil*. Dados [online]. 2015, vol.58, n.3, pp.749-789. ISSN 0011-5258. <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201558>.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- NAME, Leonardo. *Visibilizando potências e contradições do “lugar do olhar”*. *GEOgraphia*. Vol. 19, Nº 40, 2017: Mai/Ago. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13811> Acesso em: 15 dez. 2020.
- NETO, Eduardo Rios e RIANI, Juliana de Lucena. *Desigualdades raciais nas condições habitacionais na população urbana*. in. SANTOS, Renato Emerson dos (org). *O negro na Geografia do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- NUNES, Camila Xavier. *Geografias do corpo: por uma geografia da diferença*. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.
- OLIVEIRA, Denilson Araújo de. *Legado de um professor: uma homenagem a Andreilino de Oliveira Campos*. [SYN]THESIS, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 9-15, jun./dez. 2016.

_____. Por uma geografia das relações raciais: o racismo na cidade do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2011.

PAULA, Marise Vicente de. Under the blue cloak our Lady fo the Rosary: women and identity in the gender in Congada of Catalão (GO). 2010. 245 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

PELÁ, Marcia e MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Cerrado goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa. In. (____) (org.), Cerrados – Perspectivas e Olhares. Goiânia: Editora Vieira, 2010.

PEREIRA, Amauri Mendes. Do Movimento Negro à cultura de consciência negra: reflexões sobre o antirracismo na sociedade brasileira. Belo Horizonte: Nandyala, 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Reinvenção dos territórios na América Latina / Abya Yala. Conceptos y Fenómenos Fundamentales de Nuestro Tiempo. Universidad Nacional Autónoma de México. Instituto de Investigaciones Sociales, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Geografia do sistema mundo moderno-colonial numa perspectiva subalterna. in. SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). Diversidade, espaço e relações étnico-raciais. O negro na Geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. Trabalho apresentado no Seminário Internacional “Conflito social, militarización y democracia en América Latina - nuevos problemas y desafios para los estudios sobre conflicto y paz en la región. Buenos Aires: Clacso, 2002.

QUEIROZ, Ana Maria Martins. Geo-grafias insurgentes: corpo e espaço nos romances Ponciá Vicêncio e Becos da memória de Conceição Evaristo. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa). Goiás, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. in. LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, CLACSO, 2005.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMOS, Altina; FARIA, Paulo M.; FARIA, Ádila. Revisão sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação. Revista Diálogo Educacional, 2014, vol. 14, no 41, p. 17-36

RATTS, Alex. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade - movimento negro de base acadêmica. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da (Org.). Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala Editora, 2009, pp. 81-108.

- RATTS, Alex. A questão étnica e/ou racial no espaço: a diferença no território e a geografia. *Boletim Paulista de Geografia*, nº 104, jul.-dez. 2020.
- RATTS, Alex. Geografia, relações étnico-raciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino. *Terra Livre*. Vol. 1 No. 34, Jan-Jun, 2010, p. 125-140.
- RATTS, Alex. Os lugares da gente negra: raça, gênero e espaço no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. Comunicação apresentada no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, 2011.
- RATTS, Alex. Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras. XXVII Encontro Anual da ANPOCS, 2015.
- RATTS, Alex. Fronteiras invisíveis: Territórios Negros e Indígenas no Ceará. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- RIOS, Flávia; MELLO, Luiz. Estudantes e docentes negras/os nas instituições de ensino superior: em busca da diversidade étnico-racial nos espaços de formação acadêmica no Brasil. *Boletim Lua Nova* (Online). Disponível em: <https://boletimluanova.org/2019/11/15/estudantes-e-docentes-negras-os-nas-instituicoes-de-ensino-superior-em-busca-da-diversidade-etnico-racial-nos-espacos-de-formacao-academica-no-brasil/?fbclid=IwAR3JGqxHPxqCKBZFR08bfvFITgQyqyBr95-UkIo-8PFcnyGHFcxoMHQrkgM> Acesso em: 11 de jun. de 2020.
- ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In. SANTOS, Renato Emerson dos (org). *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O Negro na Geografia do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- SANCHEZ, Edney Christian Thomé. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX - Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem*. 2003.
- SANTOS, A. D. dos. Representações das cotas raciais na graduação e pós-graduação entre docentes produtividade em pesquisa (PQ) na Universidade Federal de Goiás. 2018. 156 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In. SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina/CES, 2009. p. 23-71.
- SANTOS, Inês Maria Meneses dos; SANTOS, Rosângela da Silva. A etapa de análise no método história de vida: uma experiência de pesquisadores de enfermagem. *Texto contexto - enferm.*, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 714-719, Dec. 2008.
- SANTOS, Mariza. Fernandes. A temática racial nas teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação no Brasil (1987-2018). *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 12, n. Ed. Especi, p. 54-77, abr. 2020.

ISSN 2177-2770. Disponível em:

<<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/854>>. Acesso em: 14 jan. 2021.

SANTOS, Mariza Fernandes dos, e RATTTS, Alex. “Trajetórias Negras Discentes no Espaço Acadêmico: O quadro da Universidade Federal de Goiás diante das ações afirmativas.” *Educere et Educare*, vol. 10, no. 20, 2015, pp. 641-652, <http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/12603>.

SANTOS, Mariza Fernandes dos. O Movimento Negro de Base Acadêmica e as ações afirmativas na Universidade Federal de Goiás. In. MARQUES, Pâmela Marconatto et. all. *Universidade latinoamericana y movimientos populares*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; IIGG – Instituto de Investigaciones Gino Germani, 2018.

SANTOS, Mariza Fernandes. Movimento negro e relações raciais no espaço acadêmico: trajetórias socioespaciais de estudantes negros e negras na Universidade Federal de Goiás. 2016. 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

SANTOS, Milton. *O Espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. O intelectual e a universidade estagnada. *Revista Adusp*. Outubro, 1997. p. 16-20.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Renato Emerson dos. O ensino de Geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639. in._____. (org). *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais. O negro na Geografia do Brasil*. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SANTOS, Sales Augusto dos. *Movimentos negros, educação e ações afirmativas'* 01/06/2007 554 f. Doutorado em Sociologia. Instituição de Ensino. Universidade de Brasília, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, José Borzacchiello da. *Geografia: formação, escolas e institucionalização*. *Revista da ANPEGE*, V.1, N. 01 (2003).

SILVA, Joselina da. e PEREIRA, Amauri Mendes. Apresentação. In. (___) *O Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

SILVA, Maria Nilza da. *Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In. SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.), *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à Geografia. Geografia e Ideologia*. Petrópolis: Vozes, 1976

SOUZA, Lorena Francisco de. Migração para qualificação da força de trabalho e a questão racial: estudantes africanos/as lusófonos/as negros/as em universidades goianas. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo. São Paulo: 2014

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Debate Contemporâneo: Geografias ou Geografia? Fragmentação ou Totalização? In. GEOgraphia, Niterói, vol. 19, n. 40, 2017: mai/ago. pp. 95 – 102.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG. Consuni. Resolução Consuni n. 07, de 24 de abril de 2015. Disponível em: <<https://www.ufg.br/n/63397-resolucoes>> Acesso em: 20/12/2018

_____. Cepec. Resolução Cepec n. 1403 de 10 de julho de 2016. Disponível em: <<https://www.ufg.br/n/63397-resolucoes>> Acesso em: 20/12/2018

ANEXOS

Anexo A – Manifesto Por uma Geo-grafia Negra

Por uma geo-grafia negra

O nome desse país, em cujo coração estava outrora o reinado de Ghana, diz muita coisa a um brasileiro de sua árvore genealógica, de resto completamente inútil, mas desconfiado de que talvez aqui estaria suas origens.

Milton Santos – *Marianne em preto e branco* – 1960

Nós geógrafos/as negros/as, docentes e discentes, em reunião com 60 (sessenta) participantes no XIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, provenientes de 20 (vinte) Instituições de Ensino Superior, abrangendo as 5 (cinco) regiões brasileiras, concentrados nos Grupos de Trabalho “Espaço, cultura e diferença: as dimensões étnicas, sociais e ambientais dos sujeitos e dos conflitos Socioespaciais”; “Geografia e diversidade: gêneros, sexualidades, etnicidades e racialidades” e “Geografias, Giro Decolonial e Epistemologias do Sul” e na mesa redonda “Geografia, gêneros e questões étnico-raciais”, dirigimo-nos à Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), à Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e ao conjunto dos/as estudantes e profissionais de Geografia para apresentar nossas demandas e proposições por uma geo-grafia negra.

Nos anos 1990, Milton Santos trazia a lume seus escritos sobre o racismo na sociedade brasileira, por meio das noções de “corporeidade” e “cidadanias mutiladas”. Outros/as geógrafos/as negros/as também realizavam estudos e pesquisas acerca de comunidades negras, quilombos e favelas, abordando as categorias espaço, território, fronteira, etnia e raça, em consonância com as formulações da intelectualidade negra ativista. Iniciava-se então a geo-grafia negra, correlata das geografias feministas e *Black Geographies* nos Estados Unidos da América e no Canadá e dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil.

Somos um movimento composto por geógrafos/as negros/as, em distintas trajetórias de formação e atuação, que dirigimos nossos estudos e pesquisas para as questões negras, raciais, étnicas e africanas, por vezes correlacionando-as com etnicidade, gênero e sexualidade em suas dimensões espaciais. Nas linhagens de autores/as que referenciamos, assinalamos os trabalhos do polígrafo Manuel Querino e outros/as intelectuais negros/as estudiosos/as da diáspora africana, das culturas e espacialidades negras, a exemplo do artista e político Abdias Nascimento, da cientista social Lélia Gonzalez, da historiadora Beatriz Nascimento e do comunicólogo Muniz Sodré.

Trazemos em nossas preocupações o horizonte espaço-temporal da África e das sociedades africanas na antiguidade, no medievo e, sobretudo, no período moderno-colonial em que a ampliação e aprofundamento do capitalismo se processa com o controle territorial, o imperialismo e a globalização. Interessam-nos os estudos da formação

socioespacial brasileira e africana e seu caráter étnico, racial, cultural, diaspórico e territorial, articulando-a no sistema-mundo na perspectiva atlântica.

Em nosso entendimento, a racialidade, a etnicidade e a africanidade constituem o espaço em sua ontologia – na conformação das relações e das práticas sociais, raciais, étnicas, de gênero e sexuais –, o território em suas várias configurações e escalas de poder e os lugares qualificados pela diferença. As questões para uma geo-grafia negra podem ser observadas e acionadas no espaço urbano (na segregação, nos territórios e lugares, na espacialidade dos movimentos sociais; no rural (na terra, nos quilombos); nos estudos de população (nos percentuais populacionais, nos projetos de genocídio negro), no ensino, na educação e na escola (como conteúdo - a temática étnico-racial e africana, como metodologia - as pedagogias negras e africanas, como corpos - docente, discente e técnico e na relação escola - bairro ou comunidade); no ambiente (nas situações de vulnerabilização das terras indígenas e quilombolas, dos riscos socioespaciais e socioambientais e de racismo ambiental); nas trajetórias e corporeidades de sujeitos individuais e coletivos em suas diferentes espacialidades e territorialidades.

Não há um projeto único de geo-grafias negras. Trazemos algumas questões: ter condições e recursos de estudo e pesquisa das temáticas étnica, racial e africana, seja em equipes diversas - étnica e racialmente - ou em grupos negros; ter nos cursos de ensino básico, técnico e tecnológico, de graduação e pós-graduação a possibilidade de estudar estas temáticas na perspectiva da autoria negra de Geografia e áreas afins; reconhecer o estatuto epistemológico de um conjunto de saberes e conhecimentos negros, inclusive aqueles produzidos por mestres/as do saber e pela militância; ter como perspectiva, no horizonte das políticas de ações afirmativas, a implantação de cotas étnico-raciais e o aumento do número de geógrafos/as negros/as como docentes do ensino superior.

No passado recente e na contemporaneidade, temos interagido com geógrafos/as vinculados/as a diversas vertentes teóricas, o que indica o lastro e o alcance da geo-grafia negra que referenciamos, fazemos e propomos.

São Paulo, 06 de setembro de 2019.

Instituições e núcleos representados: Universidade Federal do Tocantins/UFT, Universidade Federal de Rondônia/UNIR, Universidade Federal do Oeste do Pará/UFOPA, Universidade Federal do Pará/UFPA, Universidade Estadual do Pará/UEPA, Universidade Federal de Pernambuco/UFPA, Universidade Federal da Bahia/UFBA, Universidade Estadual da Bahia/UNEB, Universidade Federal de Goiás/UFG, Universidade Federal de Uberlândia/UFU, Universidade Federal Fluminense/UFF, Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ, Universidade de São Paulo/USP, Universidade Estadual de Campinas/Unicamp, Universidade Federal de Santa Maria/UFSM, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE, Instituto Federal do Maranhão/IFMA, Núcleo de Estudantes e Pesquisadoras Negras do Departamento de Geografia na Universidade de São Paulo (NEPEN-USP), Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – Seção Niterói, Casa das Pretas – RJ